**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MARINA FELISBERTI**

# A POLÍTICA EXTERNA DO IRAQUE (1979-2003): CONDICIONANTES, INCENTIVOS E CONSTRANGIMENTOS

**Porto Alegre**
**2021**

**MARINA FELISBERTI**

# A POLÍTICA EXTERNA DO IRAQUE (1979-2003): CONDICIONANTES, INCENTIVOS E CONSTRANGIMENTOS

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini**

**Porto Alegre**

**2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Felisberti, Marina
A Política Externa do Iraque (1979-2003): condicionantes, incentivos e constrangimentos. / Marina Felisberti. -- 2021.
108 f.
Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Iraque. 2. Política Externa. 3. Saddam Hussein. 4. Política Internacional. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MARINA FELISBERTI**

# A POLÍTICA EXTERNA DO IRAQUE (1979-2003): CONDICIONANTES, INCENTIVOS E CONSTRANGIMENTOS

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Porto Alegre, 7 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador UFRGS

_____

Profa Dra. Analúcia Danilevicz Pereira - UFRGS

_____

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – UFRGS

_____

Profa. Dra. Ana Regina Falkembach Simão – ESPM

# AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela oportunidade de realizar os meus estudos de pós-graduação em uma universidade pública e de qualidade. Agradeço ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, seus docentes e funcionários, cujas contribuições para a minha formação profissional e pessoal foram enormemente significativas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que, durante os últimos dois anos, financiou a minha dedicação exclusiva para a realização do presente trabalho.

Agradeço ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, pela confiança depositada, pela paciência dedicada e pelo incentivo contínuo pela busca e produção de conhecimento atual e pertinente dentro das áreas da Ciência Política e da Política Internacional.

Agradeço a todos aqueles que me mantiveram motivada, de uma forma ou de outra, durante o processo de escrita e de pesquisa no último ano. São em momentos atípicos, como este, que se sobressai a importância de pensarmos o mundo para participarmos, ativamente, das dinâmicas que o condicionam e modificam.

Por fim, agradeço às pessoas amadas que, constantemente, dedicaram, a mim, o seu otimismo, palavras de conforto, carinho e incentivos intelectuais.

Tudo, pela metade, é verdade. Os extremos já de si sempre se tocam, antes que tese e antítese se proponham.

João Guimarães Rosa

*wa ja'alnakum shu'uban wa qaba'ilan li'ta'arifu*

Alcorão

## RESUMO

Este trabalho objetiva investigar os condicionantes, incentivos e constrangimentos da Política Externa do Iraque durante a administração de Saddam Hussein (1979-2003). Para tanto, a pesquisa parte do pressuposto de que existe uma relação intrínseca entre os movimentos políticos do Sistema Internacional e a formulação da Agenda externa do Estado iraquiano, diretamente influenciada pelo seu processo histórico formativo e pelas dinâmicas do seu ambiente nacional. Desta forma, a pesquisa buscou, paralelamente, desmistificar a noção de que a elaboração de Política Externa no Oriente Médio seria um produto idiossincrático de ditadores personalistas ou o simples resultado irracional da instabilidade doméstica. Preocupando-se em elaborar uma pesquisa sustentada por conceitos analíticos que evitem uma descrição a-histórica do objeto de análise, a Política Externa iraquiana foi examinada a partir dos múltiplos fatores que definiram seus movimentos entre 1979 e 2003, a saber: (1) no nível estatal, os interesses e desafios internos aos quais os tomadores de decisão responderam quando moldaram a Política Externa iraquiana, condicionados pelo grau de consolidação de suas instituições, sua retórica político-partidária e seus gargalos econômicos nacionais; (2) no nível regional, a organização geopolítica do cenário regional na qual o Iraque esteve inserido, como a crescente heterogeneidade do relacionamento árabe e a busca pela afirmação do interesse nacional em detrimento do relacionamento com Estados vizinhos, como o Irã e o Kuwait; (3) e, no nível internacional, as estruturas e processos sistêmicos - o equilíbrio de poder, a dependência econômica e os movimentos ideológicos transnacionais - que condicionaram os meios pelos quais o Estado buscou concretizar seus objetivos, ora em forma de incentivo e ora em forma de constrangimento.



**Palavras-chave: Iraque; Política Externa; Saddam Hussein; Política Internacional.**

## ABSTRACT

This work aims to investigate the conditions, incentives and constraints of Iraq's Foreign Policy during the administration of Saddam Hussein (1979-2003). To this end, the research assumes that there is an intrinsic relationship between the political movements of the International System and the formulation of the Iraqi State's external Agenda, directly influenced by its historical formative process and the dynamics of its national environment. In this way, the research sought, in parallel, to demystify the notion that the elaboration of Foreign Policy in the Middle East would be an idiosyncratic product of personalist dictators or the simple irrational result of domestic instability. Concerning the elaboration of a research supported by analytical concepts that avoid an a-historical description of the object of analysis, the Iraqi Foreign Policy will be examined from the multiple factors that defined its movements between 1979 and 2003, namely: (1) in the state level, the interests and internal challenges to which decision makers responded when shaping Iraq's foreign policy, conditioned by the degree of consolidation of its institutions, its political-party rhetoric and its national economic bottlenecks; (2) at the regional level, the geopolitical organization of the regional scenario to which Iraq was subjected, such as the growing heterogeneity of the Arab relationship and seeking to affirm national interest at the expense of the relationship with neighboring states, such as Iran and Kuwait; (3) and, at the international level, the systemic structures and processes - the balance of power, economic dependence and transnational ideological movements - that conditioned the means by which the State sought to achieve its objectives, sometimes in the form of incentives and sometimes in form of constraint.



**Keywords: Iraq; Foreign policy; Saddam Hussein; International Politics.**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CCG - Conselho de Cooperação do Golfo

CCR - Conselho do Comando Revolucionário

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

EUA - Estados Unidos da América

ONU - Organização das Nações Unidas

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO** ..... 11

**2 CONDICIONANTES DE POLÍTICA EXTERNA NO ORIENTE MÉDIO** ..... 15

2.1 PATRIMONIALISMO, PETRÓLEO E PAN-ARABISMO: ESTRUTURAS DE PODER NA POLÍTICA EXTERNA IRAQUIANA ..... 23

2.2 A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO (1980-1988): UMA ANÁLISE QUALITATIVA ..... 30

2.3 A DEFESA DO REGIME (1982-1984) E A GUERRA DE ATRITO (1984-1988): DIMENSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO CONFLITO ..... 32

**3 PODER E AUTONOMIA DO ESTADO: A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO (1990-1991)** ..... 39

3.1. O PERÍODO ENTRE GUERRAS (1988-1990) E A ESCALA DO CONFLITO NO KUWAIT ..... 40

3.2 MITOS NACIONAIS E ESTRATÉGIA MILITAR: A INVASÃO DO KUWAIT (1990) ..... 52

3.3 A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO (1990-1991): INTERSECÇÕES ENTRE PODER POLÍTICO E TECNOLOGIA MILITAR ..... 57

**4 NOVAS ALIANÇAS, REGRAS ANTIGAS: A NOVA ORDEM INTERNACIONAL** ..... 66

4.1 OS ESTADOS PÁRIAS E AS SANÇÕES ECONÔMICAS: MEIOS COLETIVOS PARA INTERESSES PRIVADOS? ..... 71

4.2 A POLÍTICA EXTERNA DO IRAQUE SOB O REGIME DE SANÇÕES (1991-2003): CONTINUIDADES E INFLEXÕES ADAPTATIVAS ..... 75

4.3 ENTRE *SHAYKHS* E ALIADOS INTERNACIONAIS: A SOBREVIDA DO REGIME DE SADDAM HUSSEIN ..... 80

**4.3.1 Dividir para Governar: a instrumentalização do neo-tribalismo** ..... 82

**4.3.2 Contratos Futuros para Sobreviver ao Presente: petróleo e espaço de manobra** ..... 87

4.4 A INVASÃO NORTE-AMERICANA E A QUEDA DE SADDAM HUSSEIN (2003) ..... 92

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 95

**6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 99

# 1 INTRODUÇÃO

"Saber do que se fala sempre ajuda." Jürgen Habermas (1983), desta forma, abriu a conferência que realizou no congresso da *Deutsche Vereinigung für politische Wissenschaft* em 1975. A frase objetiva, quase engraçada de tão óbvia, serve para descrever sucintamente a motivação mais profunda da pesquisa apresentada aqui. Às vésperas do vigésimo aniversário dos eventos do 11 de setembro e após 18 anos da queda de Saddam Hussein, muito pouco, e quase nunca corretamente, se discute sobre o Iraque nas mídias internacionais, tanto sobre aquele que existia antes da Invasão Norte-Americana (2003) quanto este que existe agora.

Localizado na região do Levante, o Iraque é composto pela reunião de 18 pronvíncias, um contingente populacional expressivo e limitado por fronteiras comuns com a Turquia, o Irã, o Kuwait, a Arábia Saudita, a Jordânia e a Síria. Com uma economia planificada altamente dependente do petróleo, o Iraque de Saddam Hussein foi governado, durante quase três décadas, por um regime político autocrático e organizado sob as diretrizes do nacionalismo árabe e da concepção particular de socialismo do Partido Baath.

Admitindo que a formulação de Política Externa iraquiana esteve intrinsicamente ligada a um projeto nacional em caminho de realização, esta pesquisa pretendeu retomar a discussão qualificada a respeito dos condicionantes, incentivos e constrangimentos da Política Externa Iraquiana durante a administração de Saddam Hussein (1979-2003). O processo analítico empregado esteve comprometido tanto com a investigação das estruturas presentes no Estado iraquiano quanto com as mudanças sistêmicas ocorridas no cenário internacional no período.

Conforme observado por Charles Tripp (2000), a formulação e a prática política nos países do Oriente Médio e do Norte da África testemunham não o enfraquecimento ou a crise do Estado, mas sua resiliência como forma de organização e como campo imaginativo. Neste sentido, o desafio de analisar as dinâmicas da Política Externa de Saddam Hussein tem sido conciliar a consciência da margem de autonomia estatal com o estudo dos fatores que limitaram e moldaram a sua atuação, como o papel das ideologias, do nacionalismo, dos processos de industrialização tardia na formação dos Estados nacionais do Terceiro Mundo. (HALLIDAY, 2007; SKOCPOL, 1979; TRIPP, 2000)

No âmbito doméstico, a análise do Estado iraquiano será feita a partir da concepção que o define como um complexo de relações marcadas pela contradição principal entre a retórica e a prática políticas. Sob essa estrutura, o núcleo no poder não apenas justificou e reafirmou seu papel e sua dominação política, mas buscou preservar o consenso dos governados. Portanto, parte-se do pressuposto teórico de que o Estado esteve atravessado pelas relações entre classes e frações de classes, dominantes e dominadas, cuja condensação de suas contradições encontrava-se no centro de seus aparelhos repressivos e ideológicos. Assim, os movimentos de Política Externa iraquianos serão analisados através da concepção relacional de Estado. Isso tornará possível a investigação das ações de sua política externa a partir dos processos adaptativos do regime relacionados aos períodos de crise política, econômica e social enfrentadas no período. (GRAMSCI, 1978a; HIRSCH, 1977; POULANTZAS, 1978)

No âmbito regional, a pesquisa estará preocupada, principalmente, com as dinâmicas de poder no Golfo Pérsico, definido, aqui, como um Complexo Regional de Segurança. Conforme definição de Barry Buzan (1991), o Complexo Regional de Segurança consiste em um conjunto de Estados com intensa interdependência securitária, ratificada tanto pela formação de alianças quanto pelo reconhecimento de mútua ameaça. Sendo assim, os Complexos Regionais de Segurança podem enfatizar tanto a interdependência da rivalidade quanto interesses conjunturais compartilhados. (BUZAN, 1991; GAUSE III, 2010; KOSTINER, 2009)

Analiticamente, a definição é importante para a pesquisa porque os desdobramentos dos eventos envolvendo os Estados do Golfo Pérsico possuem um efeito significativo sobre o resto do Grande Oriente Médio e do mundo.

Portanto, no nível internacional, a pesquisa tratará dos modos pelos quais as instabilidades da região, incluindo os conflitos armados envolvendo o Estado iraquiano, tenderam à internacionalização, principalmente, pela conexão dos Estados dessa região com o Sistema Internacional através da incorporação de suas economias às dinâmicas do modo de produção capitalista. (GAUSE III, 2010; HALLIDAY, 2005)

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é analisar a Política Externa do Iraque como sendo o resultado da interação inexorável entre as particularidades da sua estrutura nacional e os condicionantes do sistema de Estados no qual esteve inserida. Esse esforço analítico justifica-se por dois motivos: o primeiro, porque a posição que um Estado ocupa no ambiente sistêmico, longe de ser estática, é um produto do nível progressivo de organização da sua formação social; e, em segundo lugar, porque, no

longo prazo, a posição sistêmica reforça ou modifica sua pretensão original de comportamento externo, estando, o nacional e o externo, portanto, intimamente associados.

Como problema de pesquisa, foi questionado se a busca por legitimação da sua soberania nacional e projeção da sua influência em um cenário progressivamente desfavorável demonstraria uma característica formativa da Política Externa iraquiana. Portanto, a pesquisa buscou demonstrar que dado o baixo grau de diversificação da sua economia de caráter misto, agravando a dependência do Estado iraquiano das importações e da flutuação do câmbio internacional, o comportamento da Política Externa iraquiana mostrou-se, antes de tudo, como um conjunto de medidas descontínuas de curto e médio prazo, ora conservadoras, ora revolucionárias.

Ainda, como objetivos secundários, a pesquisa procurou apontar (i) que a Política Externa iraquiana só pode ser devidamente analisada reconhecendo as particularidades institucionais que sustentavam o governo de Saddam Hussein, como as redes neo-patrimonialistas. Desta forma, (ii) a retórica autônoma e revolucionária político-partidária do Baath esteve severamente constrangida pela dependência direta dos desdobramentos do cenário internacional, incluindo a dinâmica entre Estados Unidos e União Soviética condicionada, também, por seus próprios contextos políticos nacionais. Por fim, procurou-se demonstrar que (iii) outros movimentos transnacionais - como a retórica revolucionária islâmica, a economia política do petróleo, os processos liberalizantes liderados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional nas décadas de 90 foram fundamentais para o cálculo da ação externa iraquiana. Sob essa mesma perspectiva, a pesquisa analisou (iv) a capacidade adptativa da Política Externa iraquiana sob as sanções econômicas impostas pela comunidade internacional ao Iraque após a Guerra do Kuwait (1990-1991) e as diretrizes preemptivas da Guerra ao Terror, a partir de 2001.

A pesquisa justifica-se pela importância indiscutível do Iraque na organização regional do Oriente Médio e para o Sistema Internacional, dada sua histórica capacidade de influenciar diretamente os processos produtivos e mercados internacionais, mesmo após 2003. O fim da Guerra Fria marcou o encerramento da organização sistêmica que mantinha o equilíbrio do Sistema Internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial. A Nova Ordem Internacional, estabelecida a partir dos anos 1990, ao contrário do que previu a teoria da paz democrática, não representou o “fim da história”, mas o

início de uma fase transicional com alto grau de complexidade, apresentando grandes desafios práticos e teóricos que atravessam o século XXI.

Acredita-se, portanto, que a análise sobre as particularidades de um regime que buscou adaptar-se às dinâmicas que o cercavam, sem comprometer sua legitimidade interna, é cientificamente produtivo pois possui potencial de desdobrar-se em esforços analíticos para outras áreas da Ciência Política, ativamente envolvida na investigação das relações intra e inter-estatais no Sistema Internacional. Por isso, o contexto geral no qual a pesquisa se insere é atual e pertinente.

Evitando uma análise a-histórica, os condicionates, incentivos e constrangimentos da Política Externa iraquiana (1979-2003) serão analisados sob o potencial complementar que os conceitos das teorias clássicas de política internacional oferecem quando contrapostos às especificidades do processo histórico-social presentes no Estado iraquiano. Essa oposição reformula os paradigmas clássicos, mantendo o cerne do paradigma, mas adicionando a multidimensionalidade que as realidades dos Estados terceiro-mundistas carregam.

Acreditando na complementaridade de métodos científicos, a metodologia de pesquisa utilizada contou com mecanismos qualitativos e quantitativos. De caráter qualitativo, a pesquisa comprometeu-se com uma extensa análise da bibliografia especializada e com a utilização de fontes primárias. A análise das fontes primárias foi realizada a partir de relatórios oficiais do governo, entrevistas cedidas por Saddam Hussein e outras figuras importantes de seu governo, além de súmulas e discursos dos encontros de organizações multilaterais árabes e internacionais.

De caráter quantitativo, foi realizado o exame de indicadores macroeconômicos, com atenção especial àqueles relacionados diretamente aos gastos do governo. Foram analisados o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB), taxa de ocupação e taxas de investimentos, como a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e suas variações ao longo do período analisado. Ainda, foi realizada uma análise comparativa dos documentos de projeções econômicas com os balanços de pagamentos reais divulgados pelos ministérios do governo. Ademais, analisou-se o impacto das variações dos preços do barril de petróleo ao longo do período delimitado e o comportamento dos fluxos de capital estrangeiro, quantificados através da flutuação do câmbio internacional vis-à-vis a inflação em preços correntes. A análise quantitativa macroeconômica buscou demonstrar as implicações, diretas ou indiretas, desses

indicadores no processo de tomada de decisões da Política Externa iraquiana entre 1979 e 2003.

Desta forma, a pesquisa está estruturada em três grandes blocos de análise, além desta sessão introdutória e de uma sessão conclusiva. No primeiro bloco, a pesquisa realizou uma discussão histórico-formativa dos condicionantes de Política Externa no Oriente Médio e no Estado iraquiano. Foram apontandos os aspectos da construção e da consolidação das percepções que moldaram, ao longo da história do Iraque Republicano e Baathista, a construção da Agenda iraquiana: a dicotomia entre o real e o imagético, a estrutura e o papel das redes neo-patrimoniais e a contínua instrumentalização do nacionalismo árabe pelo Partido Baath iraquiano. Ainda, a sessão ocupou-se com dois grandes acontecimentos no período: a ascensão de Saddam Hussein à presidência do Iraque e a escalada, bem como os desenvolvimentos, da Primeira Guerra do Golfo entre Irã e Iraque (1980-1988).

O segundo bloco, por sua vez, dedicou-se à análise qualitativa do período entre guerras (1988-1990) e da Segunda Guerra do Golfo entre Iraque e Kuwait (1990-1991). Desta forma, procurou-se destacar os fatores que contribuíram para as escolhas de Política Externa realizadas pela administração no período. Demonstrou-se que as escolhas foram condicionadas pela aguda crise econômica associada à crise do modelo social iraquiano pautado na centralidade do Estado. Os argumentos levaram em consideração as dinâmicas da economia política do petróleo, os gargalos econômicos herdados dos 8 anos de conflito com o Irã e a diminuição do espaço de manobra do Iraque a partir da reorganização sistêmica do cenário internacional pós-89.

Por fim, o terceiro capítulo buscou discutir as formas pelas quais o regime de Saddam Hussein foi capaz de reinventar seu discurso e legitimidade política, através do neo-tribalismo e das redes de suprimento. E, além disso, a capacidade da Política Externa iraquiana, entre 1991 e 2003, de, progressivamente, reavivar o seu papel internacional sob o regime de sanções econômicas das Nações Unidas. Na conclusão, ainda, foi traçado um breve paralelo entre o Iraque durante a administração de Saddam Hussein e o Iraque após 2003, indicando pontos importantes para discussões que poderiam ser desenvolvidas em um trabalho futuro.

## 2 CONDICIONANTES DE POLÍTICA EXTERNA NO ORIENTE MÉDIO

Existem muitas formas de analisar os condicionantes de Política Externa no

Oriente Médio. Contudo, nem todas as formas dão conta da complexidade dos processos históricos-formativos da região, nem da influência desses processos nos seus relacionamentos com as dinâmicas internacionais. Portanto, buscando evitar particularismos analíticos, mas reconhecendo a especificidade desses aspectos, a análise da formulação da política dos Estados no Oriente Médio será construída sobre os aspectos que correspondem a essa interação.

O primeiro deles, a particular interação entre os Estados da região e o Sistema Internacional sobre a perspectiva da inserção assimétrica. Em segundo lugar, dada a importância da ação do Estado na política, a pesquisa investiga os processos de tomada de decisão na formulação de políticas. Ainda, que os desdobramentos políticos da região são resultado das percepções domésticas, regionais e internacionais dos Estados, ao passo em que influenciam e são influenciados pelas estruturas de poder, arranjo político-estratégico e movimentos sociais transnacionais, como o imperialismo, nacionalismo, guerra, petróleo, islã e globalização. E, por fim, que os sistemas normativos, de crenças e ideologias da região, embora recorram, seletivamente, ao passado, não caracterizam fenômenos tradicionais, mas modernos na medida em que estão relacionados aos interesses dos Estados contemporâneos, das suas ambições políticas e do funcionamento do seu aparato coercitivo. (HINNEBUSCH, 2003; HALLIDAY, 2005)

Assim, não são apenas legados dinásticos, mas particularidades estruturais sócio-econômicas contemporâneas do Oriente Médio determinadas pelo surgimento de uma modernidade européia expansiva e industrializada e pela integração de uma estrutura histórico-social antiquada à divisão internacional do trabalho, que explicam o caráter dos Estados contemporâneos do Oriente Médio e, em certa medida, suas interações com estruturas externas militares, econômicas e políticas. (HALLIDAY, 2003)

Mesmo em regimes autoritários, a formulação de Política Externa responde a uma série de limitações formais e informais, tais como os interesses institucionais-burocráticos, as capacidades convencionais e latentes do Estado, a legitimidade medida pela opinião pública e o contexto internacional. Como grande parte do Terceiro Mundo, os Estados do Oriente Médio são marcados por uma desconexão entre a identidade nacional e a questão da soberania do Estado-nação. Assim, o dilema do mundo árabe de "uma nação, muitos estados" ou "um estado, nações plurais", no *Mashriq* (parte oriental do mundo árabe), demonstra o conjunto de dicotomias que afeta diretamente a formulação da Política Externa da região.

Uma vez formuladas as Agendas, a eficácia da implementação das políticas depende, ainda, dos instrumentos de influência disponíveis para as elites, dirigentes e dominantes, dos Estados, como recompensas e punições econômicas, propaganda e poderio militar. Os resultados não podem, entretanto, ser adequadamente explicados simplesmente pelo equilíbrio dos recursos tangíveis. As habilidades diplomáticas e estratégias de barganha dos líderes, incluindo recursos intangíveis como legitimidade e vontade política, também contribuem decisivamente para o processo. Conforme observado por Telhami (1990), mesmo quando não há barganha formal, muitas das relações entre os Estados - até mesmo a guerra - representam barganhas tácitas, e, neste sentido, a atuação do líder pode configurar uma diferença decisiva. A atuação política de Sadat durante as negociações de Camp David (1978), por exemplo, produziu um resultado abaixo do ideal para o Egito no médio e longo prazo. (GRAMSCI, 1978a; HALLIDAY, 2005; HINNEBUSCH, 2001; TELHAMI, 1990)

Ainda, embora uma concentração acrítica de análises de política externa no papel do líder tenha sido corretamente criticada, onde a sociedade carece de força ou classes de interesse, onde a tradição da regra patrimonial prescreve lealdade à pessoa do governante e onde a legitimidade política depende da construção da sua imagem heróica, pode-se afirmar que o líder possui maior probabilidade de moldar a opinião pública do que de ser constrangido por ela. Contudo, a relativa ausência de controles formais institucionalizados sobre os líderes no Oriente Médio não significa que não haja restrições ou pressões internas informais sobre eles. Em primeiro lugar, o líder herda a concepção do papel da política externa que seu país deveria desempenhar, afetando suas percepções e preferências; e, em segundo lugar, a preservação da legitimidade do regime geralmente depende do desempenho da política externa a serviço desse papel. (AYUBI, 1988; DAWISHA, 1990; DESSOUKI, 1991)

Dessa forma, a capacidade dos Estados do Oriente Médio de lidar com as pressões de diferentes níveis é constantemente colocada à prova e a sua eficiência depende de um certo grau de coesão interna e consolidação institucional. No nível doméstico, a preocupação será direcionada às questões comumente relacionadas à identidade nacional, ao passo em que, no nível regional serão as considerações geopolíticas que guiarão grande parte dos movimentos político. Por fim, o nível internacional será caracterizado, principalmente, pela busca da superação das relações de dependência com o centro tradicional do sistema.

Assim, a busca pela condução de políticas externas que atendam racionalmente às demandas do nível internacional exige, das elites nacionais, o controle e a legitimidade sob suas instituições para que se estabeleça certa autonomia das demandas internas do Estado, ao mesmo tempo em que sustentam algum nível mínimo de apoio público. Enquanto as teorias clássicas tendem a aceitar essa capacidade como condição *sine qua non* e a racionalidade como um conceito estático, no Oriente Médio, a consolidação do Estado sob a perspectiva institucional permanece incompleta e é um assunto de considerável controvérsia. (BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P., 1993)

Ainda, em um sistema de estados como o Oriente Médio, no qual a militarização regional aumenta o nível de ameaça externa significativamente, a questão securitária ocupará lugar de destaque nas Agendas de política externa destes Estados. Enquanto, de forma geral, as ameaças externas tendem a precipitar uma busca por contrabalanceamento de poder ou formação de alianças protetivas (ou, quando não são possíveis, tentativas de agradar o Estado ameaçador), será a posição geopolítica do Estado que definirá as ameaças e as oportunidades que enfrentará no cenário. A posição geopolítica, portanto, consiste na vizinhança imediata do Estado na qual os conflitos de fronteira e movimentos revisionistas estão concentrados, além das zonas tampão e esferas de influência construídas. Por isso, Egito e Iraque, com civilizações historicamente fortes, podem ser considerados como competidores diretos por influência no enfraquecido e fragmentado *Mashriq*, assim como Irã e Iraque têm sido rivais pela influência no Golfo Pérsico. (HINNEBUSCH, 2003; GAUSE III, 2010)

No âmbito internacional, a atuação das grandes potências e o impacto da economia política internacional constituem um dilema para os Estados da região. Isso porque o centro do sistema é a fonte de diversos recursos cruciais – sobretudo militares - e, ao mesmo tempo, de restrições à autonomia dos Estados da região. O nível de constrangimento imposto pelas potências oscila entre a ameaça de intervenção militar ativa ou a imposição de sanções econômicas até a influência branda derivada do grau de dependência dos Estados regionais, maximizada onde há grande necessidade de recursos e falta de alternativas para o Estado clientizado. Em casos extremos, a política externa dos Estados do Oriente Médio pode ser projetada principalmente para acessar esses recursos econômicos, apaziguando a ação de doadores e investidores na região. Em contrapartida, a vulnerabilidade às demandas essenciais, como o ajuste estrutural e fiscal, pode inflamar a oposição interna ao regime. No entanto, a segurança e os interesses econômicos compartilhados entre os poderes centrais e as elites clientelistas

do *status quo* podem sustentar o raciocínio de que esses custos de legitimidade valem à pena.

Parte da literatura argumenta que o petróleo pode ser considerado fundamentalmente diferente de outros produtos primários no estabelecimento da relação centro-periferia, dado que as economias centrais dependem da sua importação e o alto nível de receitas que geram nos Estados produtores. Entretanto, argumenta-se que a reciclagem de petrodólares perpetuou a dependência regional da importação de capital (ajuda externa, empréstimos e investimento) e bens de consumo, contribuindo para a formação de grandes dívidas externas no longo prazo. Porque as bases das receitas dos Estados são excepcionalmente dependentes de recursos externos e não de uma política econômica taxativa interna, estes acabam tornando-se mais responsivos às demandas das potências globais do que à opinião pública nacional na concepção de suas políticas. (HINNEBUSCH, 2001; CAMMETT, M.; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J., 2018)

Assim, apesar de conterem contribuições importantes para a análise de Política Externa na região, ambos os modelos da vulnerabilidade doméstica e da dominação da liderança não dão conta, isoladamente, da complexidade dos comportamentos de Política Externa no Oriente Médio. (MUFTI, 1996; HALLIDAY, 2005)

De acordo com David (1991), as escolhas racionais das elites determinam as políticas do Estado, ou seja, sua avaliação sobre onde a ameaça é maior em um determinado momento. No caso dos Estados do Oriente Médio, a maior racionalidade do processo político tem sido a capacidade de *omni*-equilíbrio entre ameaças em diferentes níveis (nacional, regional e internacional). No entanto, a formulação de políticas raramente é uma questão de cálculo racional puro e os interesses e ameaças, longe de serem evidentes e imutáveis, são continuamente construídos. Assim, as escolhas racionais de um Estado, em um determinado momento, são filtradas por seu papel histórico e pela posição que ocupa no Sistema Internacional. O papel de um Estado é uma tradição durável enraizada na identidade que define suas orientações em relação aos seus vizinhos (amigo ou inimigo), grandes poderes (ameaça ou patrono) e o tipo de estrutura estatal desenvolvida (revisionista ou conservador).

Então, a formação do Estado e o tipo de regime político desenvolvido são fatores decisivos na definição do seu papel internacional. Assim, a concepção de Israel de si mesmo, como um refúgio sitiado para o judaísmo mundial, está enraizada em sua formação como um produto do movimento sionista. A posição geopolítica, por sua vez,

também pode ser considerada como outro fator; a centralidade regional do Egito, desta forma, levou seus tomadores de decisão a buscarem influência no Leste Árabe, no Norte da África e no Vale do Nilo. (DAVID, 1991; HOLSTI, 1970)

Sem negar o papel do cálculo racional nos processos políticos, nos Estados do Oriente Médio este deve ser tratado como um conceito adaptativo. Ou seja, capaz de evoluir ao longo do processo histórico, respondendo às oportunidades e aos desafios da relação entre o ambiente nacional e externo. (MUFTI, 1996)

A racionalidade pura raramente fornece soluções prontas para desafios específicos. As demandas políticas, freqüentemente incompatíveis, requerem compensações em um nível ou em outro. Portanto, há muitas decisões racionais possíveis no cálculo do processo de tomada de decisão em Política Externa. As escolhas das elites formuladoras de políticas serão moldadas por seus valores e interesses. Assumindo que a formulação de política é essencialmente responsiva e adaptativa, conforme descrito por Maquiavel (2013), ao governante cabe realizar políticas conforme a necessidade:

> "Ora, um homem que de profissão queira fazer-se permanentemente bom não poderá evitar a sua ruína, cercado de tantos que bons não são. Assim, é necessário a um príncipe que deseja manter-se príncipe aprender a não usar [apenas] a bondade, praticando-a ou não de acordo com as injunções." (MAQUIAVEL, 2013, p. 89)

Desta forma, os meios dos quais se vale o Príncipe não são justificados pelos fins conforme propaga a interpretação vulgar e inexata do pensamento maquiaveliano. São, na verdade, impostos, tornados necessários pelo modo da experiência, ou seja, pelo ambiente dentro do qual o líder deve agir.

Assim, a tendência evolutiva do sistema regional do Oriente Médio pode ser classificada como a progressiva socialização dos Estados revisionistas e o equilíbrio de poder instável, capaz de preservar o sistema, mas não necessariamente de manter a paz. Além disso, não apenas a maioria dos regimes permanece autoritária, mas, contra as expectativas pluralistas, a democratização relativa não levou necessariamente a políticas externas menos arriscadas, visto que as populações permaneceram mobilizáveis pela ideologia transnacional e revolucionária.

Durante a crise do Golfo, em 1990, quanto mais a democratização permitia que a opinião pública se expressasse sobre a política externa de seus Estados, mais a opinião pró-saddam forçava seus líderes a distanciarem-se da Coalizão anti-Iraque. Esta

tendência vai em direção às descobertas de Mansfield e Snyder (1995) de que os regimes democráticos estabelecidos podem ser mais pacíficos, mas os frágeis regimes democratizantes são, na verdade, mais inclinados à guerra do que os autoritários estáveis, uma vez a busca pela manutenção do regime incentiva a conquista de corações e mentes através, muitas vezes, do cartão nacionalista. (HINNEBUSCH, 2001; MANSFIRLD & SNYDER, 1995)

Desta forma, a Guerra Árabe-Israelense de 1967; o declínio do sistema regional centrado no Egito a partir de 1970; e a paz separada de Sadat (1979), contribuíram para a caracterização do cenário regional multipolar e fragmentado da década de 1980. A rivalidade entre os atores, que ambicionavam exercer a liderança regional através de políticas centradas no Estado, corroboram os investimentos exponenciais em capacidade militar no período.

Ainda, o eclipse da dominação egípcia nas instituições árabes foi acompanhado pela crescente influência das monarquias petrolíferas do Golfo – principalmente pelo grau de consolidação dos seus sistemas bancários e da sua capacidade credora - e pelo fortalecimento dos aparatos estatais em geral na região. Havia, ainda, a expectativa de que a nova riqueza do petróleo árabe seria compartilhada entre países produtores e não-produtores, principalmente com os Estados que lutaram pela causa árabe durante a Guerra do Yom Kippur (1973). De fato, as transferências aconteceram por meio da migração de mão-de-obra, gerarando certa interdependência econômica ao longo da década de 1970. Ainda, os movimentos de subversão interárabes foram abafados pelos incentivos econômicos cedidos pelos regimes conservadores da região, moderando o radicalismo das repúblicas nacionalistas. Desta forma, a nova riqueza do petróleo estimulou uma busca popular por benefícios materiais, significando o triunfo da *tharwa* (recursos) sobre a *thawra* (revolução). (BARNETT, 1995; HALLIDAY, 2005; HEIKEL, 1975; VISENTINI, 2014)

Além disso, as receitas do petróleo permitiram aos Estados construirem grandes exércitos, expandirem suas burocracias e a cooptarem suas classes médias. Como consequência do fortalecimento do Estado, a ideologia pan-árabe virtualmente declinou ou foi "estatizada": assim o baathismo tornou-se a ideologia oficial e o Partido Baath um instrumento de cooptação do Estado tanto na Síria quanto Iraque. (BAYART, 2015; CAMMETT, M.; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J., 2018; OWEN, 1992)

Desta forma, ao mesmo tempo em que cada Estado árabe mostrava-se forte o suficiente para impedir a hegemonia de outro, o *trade off* envolvendo suas políticas externas, movidas por interesses particulares, não demostrava interesse concreto na formação de um eixo promotor da coesão regional ou da união árabe. Essa aparente fragmentação regional tornou o mundo árabe mais vulnerável aos poderosos impulsos revisionistas, que perturbaram radicalmente o equilíbrio de poder regional a partir da década de 1980. (AYOOB, 1995; BARNETT, 1995)

Ainda, a Revolução Iraniana (1979), transformando essa grande potência regional de defensora do *status quo* em exportadora da revolução, rompendo, também, o eixo Teerã-Tel Aviv contra o nacionalismo árabe, ameaçava alterar o equilíbrio de poder regional contra Israel. Contudo, a invasão do Iraque ao Irã, desencadeando a guerra de oito anos, fez com que ambos fossem removidos temporariamente do equilíbrio de poder árabe-israelense. Consequêntemente, isto aumentou a margem de atuação israelense sob o governo revisionista do Likud (Partido Político Israelense) que pode projetar seu poder no mundo árabe com pouca restrição. Desta forma, o Líbano tornou-se a principal arena de luta para a questão árabe-israelense, enquanto o governo de Menachem Begin (1977-1983), com a cumplicidade dos EUA, instrumentalizava a oportunidade para tentar estabelecer sua hegemonia regional. Ao mesmo tempo, a invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989), além da atuação soviética no Chifre da África e no Iêmen democrático, quando combinada com a ameaça revisionista iraniana, em 1979, produziu um sentimento de vulnerabilidade aumentado entre as monarquias do Golfo. (HALLIDAY, 2005; HINNEBUSCH, 2001; VISENTINI, 2014)

Assim, o declínio das normas e instituições pan-árabes, longe de contribuir para um Oriente Médio mais estável, significou a superação dos conflitos ideológicos travados pela subversão e propaganda por conflitos militares muito mais violentos e sustentados pelos discursos da fratura árabes-não-árabes. Desta forma, a intensificação maciça de ameaças e ambições traduzida em uma busca por segurança por meio da militarização apenas exacerbou o dilema securitário regional. (HINNEBUSCH, 2003; SCHLUMBERGER, 2007)

De modo geral, os condicionantes de política externa dos Estados do Oriente Médio podem ser organizados da seguinte forma: no sistema internacional, (1) as ameaças, oportunidades, restrições e disponibilidade de recursos externos; regionalmente, (2) o papel das ideologias transnacionais e as questões de interdependência conjuntural; e, no ambiente nacional, (3) as concepções dos papéis

históricos das elites, o grau da autonomia de Estado e a busca pela preservação da legitimidade do regime no poder.

## 2.1 PATRIMONIALISMO, PETRÓLEO E PAN-ARABISMO: ESTRUTURAS DE PODER NA POLÍTICA EXTERNA IRAQUIANA

O regime estabelecido no verão de 1968 era nominalmente baathista. Contudo, como eventos subsequentes demonstrariam, isso não significou que aqueles no centro do poder poderiam ser definidos simplesmente com referência no partido. Essa era apenas uma das muitas identidades capazes de influenciar parcialmente as ideias dos dirigentes sobre o Iraque e sobre os métodos de operar na política iraquiana. (DELVIN, 1991; TRIPP, 2001)

Historicamente, o Estado iraquiano incorpora narrativas nacionais concorrentes, algumas dominantes em um período particular de tempo, e outras que têm sido subordinadas ou incorporadas nas construções simbólicas e materiais do governo no poder. As narrativas nacionais competitivas - árabes, curdas, sunitas e xiitas - têm sido visíveis nas disputas políticas internas que, por sua vez, têm moldado as iniciativas de Política Externa iraquianas. Assim, um aspecto-chave do Estado iraquiano, entendido, aqui, como um projeto controverso ainda em desenvolvimento, é a questão não resolvida da identidade nacional como uma comunidade política. Ou seja, de uma comunidade capaz de agir coletivamente para a subordinação de um território e para dominação ordeira dos nacionais. (WEBER, 2004; TRIPP, 2007)

Neste sentido, a retórica pan-árabe pode ser entendida como uma tentativa de construção e sedimentação da unidade nacional iraquiana, muito mais do que uma vontade política concreta de construção da grande nação árabe. Isso porque, na medida em que define todos os indivíduos sob a mesma identidade, atenua as divisões sociais e de classe, sufocando as narrativas sub-nacionais na busca pela coesão interna da sua população. Conforme descrito pelo Artigo 42 da Constituição do Partido Baath:

> "A separação das classes e a diferenciação entre elas estão abolidas. A separação em classes é a consequência de uma ordem social imperfeita. Portanto, o partido continua a sua luta entre as classes trabalhadoras e oprimidas da sociedade para que essa separação e diferenciação cheguem ao fim e os cidadãos recuperam a totalidade da sua dignidade humana e tenham permissão para viver sob a sombra de ordem social justa na qual nada possa distinguir um cidadão de outro exceto a sua capacidade intelectual e habilidade manual. (apud DEVLIN, 1976, p. 351, tradução própria)

São as interações entre essas premissas imaginativas - a construção imagética da identidade nacional e do papel do Estado - e os cálculos dos recursos concretos disponíveis, as responsáveis pela produção dos distintos padrões da Política Externa desse Estado no período analisado e que marcam a atuação contrastante do Iraque no período. No caso iraquiano, admitir o Estado como uma unidade de análise dinâmica torna possível examinar o processo adaptativo da política externa em consonância com o grau de consolidação do poder no Estado, partindo de políticas condizentes com um Estado mais frágil até o desenvolvimento de posturas mais assertivas, refletindo, cada vez mais a proeminênica da sua *raison d'état*[1]. (MUFTI, 1996; TRIPP, 2007)

Em particular, a importância central de políticas simbólicas, destacando a dicotomia entre o discurso e ação, são parte central da formulação política do regime baathista. Desta forma, a Política Externa do Estado iraquiano será analisada sob duas premissas: a primeira, que a atuação internacional iraquiana está intimamente associada à construção do seu projeto nacional, refletindo as diretrizes do Partido Baath e da presidência de Saddam Hussein; e a segunda, que o Iraque, durante o período analisado, pode ser entendido como um projeto ainda inacabado. No caso iraquiano, o Estado tem sido, e permanece sendo, não simplesmente uma engrenagem de poder conforme a definição clássica do conceito, mas um terreno de mútua construção e contestação. (DELVIN, 1991; TRIPP, 2001)

Assim, defende-se que sua postura assertiva e sua busca por projeção de poder regional, por exemplo, são reflexos da sua emergência como uma construção tanto material quanto imaginativa marcada por uma série de contraposições - dependência e autonomia, identidade nacional e pan-arabismo, participação política e autoritarismo - influenciando seus processos de tomada de decisão, formulação de Agenda e engajamentos nos cenários internacionais, sobretudo, no cenário regional e na relação com Estados vizinhos.

Ainda, uma das consequências dessa pluralidade de influências foi a diluição progressiva do seu compromisso com o pan-arabismo, amplamente em declínio desde a guerra árabe-israelense de 1967. A retórica do nacionalismo árabe certamente formou parte importante do núcleo oficial do regime e foi aderida como um ideal a ser seguido

[1] Meinecke (1957) define a Razão de Estado como o princípio fundamental da condução nacional, a primeira Lei de Movimento do Estado. Assim, ela indica ao estadista o que este deve fazer para preservar a prosperidade e a força do Estado. O Estado é uma estrutura orgânica cujo poder total apenas pode ser mantido ao se permitir, de alguma forma, que ele continue a crescer; a Razão de Estado indica tanto o caminho quanto a meta para tal crescimento.

por um número considerável de baathistas e não-baathistas iraquianos. Contudo, o núcleo no poder, na prática, mostrou-se cada vez mais inclinado à defesa da soberania estatal, preocupado, essencialmente, com a estrutura e com a organização do poder dentro do território, assim como a maioria dos regimes que antecederam o Iraque baathista. (HINNEBUSCH, 2001; TRIPP, 2002)

Com o considerável aumento das receitas governamentais, a tendência de colocar os interesses iraquianos em primeiro lugar destacou-se ainda mais. Neste sentido, particularmente digna de nota foi a espetacular expansão da rede de transporte do Iraque, triplicando, no período de uma década, a extensão total das estradas pavimentadas. A disponibilidade de recursos, e o abandono dos Planos de Desenvolvimento Quinquenais, a partir da metade da década de 1970, flexibilizando a alocação de recursos, levou a um aumento no papel e na eficácia do aparelho institucional do Estado; a promoção governamental do desenvolvimento de infra-estrutura, a elevação do padrão de vida da população em geral e, finalmente, ao aprofundamento da lealdade nacional ao Estado e seu governo central. (ALNASRAWI, 1994; MUFTI, 1996; BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P., 1993)

O regime passou a ver o mundo árabe como um local no qual o potencial hegemônico iraquiano poderia ser colocado em prática, bem como a hegemonia do líder à frente do seu governo. Sobre a perspectiva iraquiana a respeito do seu próprio papel de liderança no mundo árabe, Tariz Aziz apontou que:

> "O Iraque não desejava demonstrar para o mundo árabe que era o seu líder. O que o Iraque queria dizer era que este é um modelo que o resto do mundo árabe poderia seguir. Um modelo de Estado moderno, capaz de defender a si mesmo. [...] Então, nós queríamos mostrar aos árabes que estamos aqui, isto é o que conquistamos; veja isso e, se você gostar (do que vê), faça o mesmo." (AZIZ, 1991, tradução nossa)

Em muitos aspectos, o crescimento econômico liderado pelo Estado foi bem-sucedido. A transformação estrutural, seja medida pela participação da indústria na produção ou pela taxa de ocupação, ocorreu a taxas comparáveis a perspectiva comparativa internacional. No entanto, o setor industrial raramente era internacionalmente competitivo. Muitos países continuaram a contar com fontes externas de capital, acumulando grandes dívidas externas. Os objetivos de justiça social e independência econômica nacional mostraram-se, em grande parte, elusivos. (ROBERSON, 2002; OWEN, 1999).

Contudo, o ponto a ser considerado, aqui, é que as empresas públicas desempenhavam um papel diferente daquele puramente concebido pelo capital, ou seja, a geração de lucro. Dada a dimensão política inclusa na infraestrutura estatal, incluindo a representação do governo no setor industrial, os riscos econômicos de uma empresa pública ineficiente compensavam os riscos políticos de abrir mão da influência direta sobre os recursos e as pessoas que a empresa pública fornecia. (CAMMETT, M.; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J., 2018)

Ademais, ciente do contexto internacional e das oportunidades regionais, e otimista em relação ao que deveria ser mais uma década de prosperidade econômica, as ambições regionais de Bagdá passaram a assumir uma postura política pragmática. Em junho de 1975, Saddam – ocupando o cargo da vice-presidência - expôs suas percepções sobre o futuro do comportamento da política externa iraquiana a um grupo de diplomatas iraquianos, dizendo-lhes que o sistema mundial bipolar progressivamente daria lugar a uma organização sistêmica multipolarizada e que, tendo isso em vista, o Iraque deveria preocupar-se, antes, em desenvolver relações que o permitissem ampliar sua capacidade de manobra no novo cenário:

> "Na luz de tudo isso, é também nosso dever ver a multiplicação de tais centros como compatíveis com nossa luta pan-árabe e nacional. Sempre que há muitos pólos de polarização no mundo, aumentam nossas chances de manobra e ação na política internacional, e sempre que esses centros diminuem em número e aumentam em concentração, podemos ser perseguidos." (HUSSEIN, 1979, tradução própria)

Ainda que certamente o regime baathista tenha utilizado as pautas árabes como plataforma para os interesses próprios do Estado, as consequências da utilização do discurso pan-arabista trazem à tona algumas questões importantes. Em primeiro lugar, o Iraque foi constantemente confrontado com os desafios das propostas de unificação com outros Estados árabes, particularmente com o regime em Damasco. Contudo, tornava-se cada vez mais visível que, na verdade, não havia a intenção real de desfazer a estrutura estatal sob o argumento da integração pan-arabista, dado que o interesse real do núcleo de poder no Iraque baathista, assim como fora o de seus antecessores, era preservar a estrutura que lhes garantia seus privilégios: o Estado.

A linguagem do pan-arabismo permaneceu como um elemento-chave de legitimação do regime, e o mundo árabe, amplamente definido, continuou sendo a arena principal das políticas externas iraquianas. Contudo, mesmo com o grande simbolismo,

o verdadeiro impulso da política externa no cenário regional era a determinação de garantir a dominância do Estado iraquiano ou garantir a disponibilidade dos recursos de outros Estados árabes aos estadistas iraquianos. Sob este aspecto, a Agenda externa iraquiana ocupou-se com duas questões principais: a questão árabe-israelense, na qual o engajamento iraquiano foi, principalmente, demonstrativo; e as relações do Iraque com os Estados do Golfo Pérsico. (GAUSE III, 2010; MUFTI, 1996)

Os governos árabes, principalmente Egito, Iraque e Síria, iniciaram projetos de unidade, no geral, por dois motivos: ou por questões expansionistas – visando a incorporação de outros Estados em suas esferas de influência ou por questões defensivas, buscando repelir ameaças internas ou externas ao regime. A análise feita em um contexto histórico adequado indica que o surgimento de instituições estatais mais fortes, sobretudo no Iraque e na Síria na década de 1970, deu origem a uma nova forma de pensar suas políticas externas. Por isso, defende-se que, a partir dessa inflexão, a política externa iraquiana passou a buscar objetivos que garantissem e reforçassem sua soberania estatal. (BARNETT, 1995; HALLIDAY, 2005; MUFTI, 1996)

Há, portanto, uma relação inversa entre a estabilidade de um regime e a probabilidade de que este considere ceder a soberania de seu país. Desta forma, foi a incapacidade das elites governantes de consolidar seu controle do poder que as empurrou na direção pan-árabe em busca de legitimidade e apoio até os anos 1960. Por outro lado, tendo em vista que o desenvolvimento progressivo das instituições políticas reduziu a instabilidade doméstica, o desejo de seus líderes de adotarem projetos de unidade diminuiu signficativamente nas décadas seguintes. Assim, a análise da ascensão e queda da retórica nacionalista, incluindo o caso iraquiano, aborda o tema da transformação secular da política regional: o desenvolvimento da história do pan-arabismo é o desenvolvimento da história do surgimento e da consolidação dos Estados soberanos no mundo árabe. Esta tendência pode ser observada na fala de Saddam Hussein (1979) sobre a relação entre o Estado iraquiano e o nacionalismo árabe e a reformulação da sua retórica:

> "A glória dos árabes deriva da glória do Iraque. Ao longo da história, toda a vez que o Iraque tornou-se poderoso e próspero também torrnou-se assim a nação árabe. Este é o motivo pelo qual nós lutamos para tornar o Iraque poderoso, formidável, capaz de desenvolver-se, e este é o motivo pelo qual nós não pouparemos nenhum esforço para aprimorar o seu bem-estar e para ressaltar a glória dos iraquianos." (HUSSEIN, 1979, tradução nossa)

Portanto, o aumento expressivo das receitas do petróleo permitiu que o governo iraquiano centralizasse o poder e retornasse, após um hiato de quinze anos, às políticas voltadas para o desenvolvimento do Estado. Contudo, embora a Primeira Guerra do Golfo refletisse a confiança de Saddam Hussein nas capacidades de suas instituições, as consequências da Segunda Guerra do Golfo trouxeram à tona uma crescente incompatibilidade entre o regime altamente centralizado e os imperativos de um desenvolvimento político contínuo. (CAMMETT, M.; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J., 2018; TRIPP, 2002)

Desta forma, se o argumento central estiver correto e o radicalismo pan-árabe for, principalmente, uma resposta à instabilidade do Estado, um declínio no comportamento revisionista pode ser esperado quando a necessidade de tal resposta diminui. Contidas as possibilidades de novos golpes de Estado através do desenvolvimento de redes securitárias bem equipadas, os regimes árabes passaram a exibir uma longevidade sem precedentes. Como Charles Tilly (1992) apontou, as transformações políticas e institucionais mais amplas associadas à construção do Estado na Europa foram geradas como produtos precisamente dessa consolidação do controle central pelas elites governantes. No Iraque, também, o desenvolvimento da estabilidade do regime, ou seja, a capacidade de prevenir um novo *coup d'état*, implicou no desenvolvimento da força do Estado. (MUFTI, 1996; TILLY, 1992)

Ademais, a emergência de Saddam Hussein à presidência e os fatores que tornaram possível a sua ascensão, assim como as consequências do seu regime para a vida política do Iraque, não sugerem uma cisão radical com o passado do país. Ao contrário, os métodos utilizados por Saddam, alguns dos valores que defendia e a lógica política do sistema que estabeleceu e aprimorou, estiveram presentes em regimes anteriores. Pode ser argumentado que não fosse este o caso, e que caso o regime não estivesse enraizado em importantes estruturas sociais e atento às preocupações e às expectativas dos grupos associados ao regime, a concentração de poder dentro da sua administração teria sido muito mais limitada, independentemente das ambições de seu líder. Contudo, isso não quer dizer que Saddam Hussein foi o resultado inexorável da história iraquiana, nem que as particularidades de seu regime foram determinadas somente pela herança histórica iraquiana. (TRIPP, 2001)

Ao invés disso, o regime autoritário de Saddam Hussein foi a manifestação de uma particular e potente narrativa dentro da história do Estado iraquiano - na qual a exclusividade, a desconfiança comunal, a patronagem e o exemplar uso da força foram

os elementos principais. Essas características estiveram entrelaçadas em um sistema de dependência e de conformidade com a vontade de um número pequeno de figuras no centro do poder em nome da disciplina social e do destino nacional. É importante, portanto, entender não apenas os constituintes da narrativa, mas também as circunstâncias que permitiram, em contraponto há muitas outras alternativas, que esta pudesse se tornar a força que definiria a política iraquiana no final do século XX e início do século XXI. (AHMAD, 1991; TRIPP, 2007)

Ao longo da sua trajetória política dentro do Partido Baath, Saddam havia estabelecido um controle incontestável sobre o aparato de segurança do Estado e sob a organização do partido. Isso deu a ele uma compreensão incomparável da estrutura administrativa iraquiana, sobre a qual passou a construir novas redes de patrocínio que, além de estarem ligadas ao regime, estavam essencialmente conectadas a sua figura.

Assim, ao tornar-se presidente em 1979, a dupla natureza do Estado iraquiano tornou-se ainda mais evidente. Por um lado, o poder estava ainda mais concentrado nas mãos de um círculo cada vez mais estreito de pessoas, reforçando seus traços tradicionais. Por outro lado, se intensificaram os esforços cujos objetivos eram demonstrar que o Iraque era um Estado essencialmente moderno. Na Assembléia Nacional de 1980, a primeira desde a queda da monarquia em 1958, Saddam destacou durante o seu discurso de abertura que o gesto deveria ser interpretado como evidência da ligação necessária entre o governo e o povo iraquiano, afirmando que a ação política do Estado deveria ser coletiva. Portanto, a lógica do nacionalismo, adotada pelo Baath como a base de seu direito de governar, obrigara Saddam Hussein a revestir seu domínio da máquina administrativa do Estado com a linguagem da democracia pluralizada. (HUSSEIN, 1979; CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

Realizando uma analogia com a análise de Fossaert (1991), a distribuição do poder no Iraque pode ser interpretada como uma série de círculos concêntricos que emanam do autocrata, dependentes dele para sua animação, bem como atestando suas diretrizes por sua extensão. Os círculos, essas organizações e estruturas especializadas, foram projetadas para defender o círculo interno e também para expandir o domínio sobre a borda externa do *imperium* do governo autocrata. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018; FOSSAERT, 1991)

## 2.2 A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO (1980-1988): UMA ANÁLISE QUALITATIVA

O conflito entre Irã e Iraque foi o mais longo, e talvez o mais intransigente, desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em alguns aspectos, o conflito foi atípico no mundo não-industrializado, tanto em sua duração quanto em suas motivações, menos materiais ou territorialistas do que morais e ideológicas. Deste modo, a busca pelo estabelecimento de um *status quo ante bellum* territorial, revogando os Acordos de Argel (1975), deve ser entendida, principalmente, como a tentativa de consolidação da posição dominante do Iraque vis-à-vis a posição iraniana, sobretudo, na região do Golfo Pérsico. Ainda, em outros aspectos, a guerra assemelha-se a outros conflitos do Terceiro Mundo, particularmente, nas formas de engajamento militar e, acima de tudo, nas limitações do planejamento do Estado sobre a guerra, demonstrando as incongruências entre ação e estratégia militar características tanto de um grau incompleto de coesão nacional quanto dos desafios que a profissionalização das Forças Armadas impõe nesta região do mundo. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

A guerra, como empreendimento que exige o comprometimento de recursos coletivos, bem como a atenção aos mitos nacionais que permitem a mobilização da nação em armas, coloca em destaque os traços distintivos da coletividade que nela se engaja. Ainda que a Primeira Guerra do Golfo (1980-1988) destaque-se pelo aspecto quantitativo do conflito, ou seja, pela utilização massiva de capacidades convencionais militares, faz-se necessário analisarmos as questões qualitativas envolvendo o conflito, isto é, os impactos políticos dos oito anos de guerra, tanto nas estruturas e instituições do Estado iraquiano quanto no cenário regional e no ambiente sistêmico internacional.

A guerra iniciada pela invasão do Iraque, em setembro de 1980, pretendia ser, em grande parte, uma guerra demonstrativa, conduzida pela liderança política iraquiana cuja intenção era impressionar os líderes árabes e iranianos com a qualidade e a superioridade da força militar do Iraque. Buscando dissuadir, portanto, a escolha de uma escalada do conflito e, ao mesmo tempo, consolidando a pretensão de formação de uma zona de influência regional do regime iraquiano. (TRIPP, 2007)

Ignorando a infra-estrutura e a linha de suprimentos iraniana e, ademais, evitando o engajamento direto com as tropas inimigas, a intenção demonstrativa do conflito foi corroborada pela ofensiva terrestre iraquiana através da fronteira iraniana em quatro pontos distintos além de um ataque aéreo preventivo, ambos sem caráter

militar decisório. Assim, a guerra seria uma operação breve, capaz de convencer os líderes iranianos de que, na longa competição entre os dois países, a liderança iraquiana, naquele momento, detinha a capacidade de impor sua vontade.

Portanto, a "*Qadisiyya* de Saddam" consolidaria o protagonismo regional iraquiano, forjaria um senso de união entre a diversidade étnica do Estado e permitiria o desenvolvimento de um sistema político forte, construído à imagem de Saddam Hussein. A guerra contra o Irã, assim como estabelecimento da primeira Assembléia Nacional desde 1958 e tantos outros gestos em direção a uma política de sociedade de massas, teriam, como fim, um significado amplamente simbólico. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

Mais uma vez, então, as dicotomias do processo histórico de desenvolvimento do Estado iraquiano vêm à tona. Em termos de interação regime-sociedade, o regime de Saddam Hussein pode ser classificado como uma "autocracia de massa". Isto é, mesmo que a regra absoluta de um único indivíduo impere, coexiste um esforço, realizado através de uma linguagem inclusiva, para estabelecer um canal de comunicação com o conjunto social sem que sejam aplicados, efetivamente, os mecanismos participativos de uma democracia popular[2].

Contudo, as convicções iraquianas sobre a natureza e os desdobramentos do conflito com o Irã mostraram-se equivocadas. A estratégia iraquiana de guerra pautava-se na premissa de que o Irã revolucionário estaria desestabilizado e frágil, sendo incapaz de mobilizar um esforço de guerra, assim como o Iraque esteve após a subida do Partido Baath ao poder em 1968. Por sua vez, a estratégia iraniana centrava-se no incentivo ao levante popular nos segmentos sub-nacionais do Iraque, explorando as questões xiitas e curdas, pretendendo desestabilizar o regime de dentro para fora ao passo em que valorizada a figura nobre do homem islâmico vis-à-vis o poderio militar-tecnológico das potências tradicionais. Ambas as estratégias, portanto, desconsideravam as particularidades dos regimes em guerra, um apoiado pela população e buscando a exportação da retórica revolucionária e o outro pela capacidade de controle

[2] Em muitos sentidos, essa forma de dispensa política é comum a vários Estados do Terceiro Mundo. Isso porque estes herdaram não apenas as suas fronteiras geográficas, mas, também, muitas das suas estruturas institucionais dos Estados europeus que ocuparam os seus territórios e, não raramente, os forjaram do zero. No entanto, a herança dessas estruturas estatais passou a operar em sociedades nas quais as tradições dominantes, os padrões de comportamento que afetam a promoção de uma identidade e a alocação de autoridade política, podem divergir significativamente da tradição européia. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

populacional através de braços institucionais estatais securitários e patrimonialistas. (TRIPP, 2007)

O estudo do conflito, ainda, requer um exame cuidadoso das unidades políticas envolvidas em questão, incluindo os fundamentos de seu poder, a definição de seus interesses e o terreno no qual ocorreu a intersecção dos interesses das unidades envolvidas. A esse respeito, duas questões específicas precisam de atenção. Em primeiro lugar, o grau em que as características do Estado e de seu ambiente político transformam a guerra em uma forma apropriada de perseguir um conjunto de objetivos, sejam eles internos ou externos. Em segundo lugar, o grau em que a experiência e os efeitos da guerra podem modificar, ao longo do tempo, o equilíbrio estrutural e moral dos beligerantes. Assim, em um sentido profundo, a vantagem comparativa de qualquer um dos Estados envolvidos na guerra refletiu sua política nacional: politicamente, o Iraque não poderia emular o Irã no perfil das suas ofensivas militares frontais mais do que o Irã revolucionário, isolado diplomaticamente, não poderia admitir, publicamente, confiar mais em armamentos avançados estrangeiros do que no ímpeto guerreiro do "novo homem islâmico". (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018; TRIPP, 2007)

O grande problema, então, como Saddam estava começando a perceber, era que a liderança iraniana não parecia nem impressionada com a demonstração de força simbólica do Iraque, nem inclinada a interpretar o conflito nos termos pré-concebidos pelo Estado iraquiano.

## 2.3 A DEFESA DO REGIME (1982-1984) E A GUERRA DE ATRITO (1984-1988): DIMENSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO CONFLITO

Portanto, os desdobramentos do conflito entre 1980 e 1982, demonstraram, em muitos aspectos, que os cálculos políticos e estratégicos anteriores sobre as características e utilidade da guerra estavam errados. Ao travar a guerra com o Irã, o regime de Saddam Hussein passou a dedicar atenção a duas frentes distintas: a frente do conflito armado externo e a frente doméstica, principalmente após 1982, quando os combates passaram a ser travados em solo iraquiano.

Em ambas as frentes, a consideração crucial do regime iraquiano era a manutenção do controle estatal para garantir o emprego dos recursos do país ao esforço de guerra e, em última instância, garantir a sobrevivência de Saddam Hussein como

líder do país. Sendo assim, tentando justificar o novo cenário e a postura essencialmente defensiva das Forças Armadas iraquianas – que contradiziam, em muito, a propaganda estatal de um Iraque guerreiro e destemido, o regime passou a afirmar que o ataque iraquiano ao território iraniano, em 1980, na verdade, havia sido motivado pelo desejo de prevenir uma iminente e massiva ofensiva iraniana ao território iraquiano. Desta forma, a ofensiva mal sucedida de 1980 foi justificada, politicamente, pela tentativa de ganho de profundidade estratégica e a formação de uma fronteira avançada, permitindo, assim, que os iraquianos pudessem defender seu próprio território ameaçado pelo vizinho revolucionário e expansivo. Entre 1980 e 1984, o esforço de guerra iraquiano esteve quase inteiramente concentrado em frustrar as repetidas ofensivas terrestres iranianas. O rearranjo da narrativa do conflito sinaliza, desta forma, a busca pelo controle social interno uma vez que a política de Armas e Manteiga, subsidiada pelas reservas estrangeiras governamentais, demostrava sinais de arrefecimento. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018; TRIPP, 2007)

Contudo, percebendo o crescente fardo econômico e político do conflito, a partir de 1984 a estratégia iraquiana foi redirecionada para a intenção de internacionalização do conflito regional. Em primeiro lugar, acreditava-se que era politicamente imperativo que as forças armadas iraquianas fossem vistas como ativas, uma vez que a posição defensiva iraquiana era desfavorável a autoimagem do regime de Saddam Hussein. Em segundo lugar, e mais importante, havia a crença de que o Iraque, agora, poderia utilizar-se de meios e métodos especiais para fazer com que os governantes do Irã entendessem que o preço da agressão ao Iraque era muito alto. (HINNEBUSCH, 2001)

Por isso, o incidente iraquiano com o *USS STARK*, bem como o crescente escopo e escala da atividade da Força Aérea iraquiana nas águas do Golfo podem ser interpretados como uma estratégia política e militar sob a perspectiva da busca pela internacionalização do conflito. Precisamente em função dessa conexão, os ataques aéreos do Iraque contra navios no Golfo Pérsico, incluindo aqueles que transportavam petróleo iraniano, pareciam estar cada vez mais voltados para os novos objetivos estratégicos. O primeiro passou a ser, portanto, a rendição do governo iraniano e o fim da guerra, dada a paralisação da sua economia. O segundo de assegurar o aumento da ansiedade contínua da comunidade internacional, especialmente das grandes potências, com a ameaça que a guerra representava para seus próprios interesses na região do Golfo, forçando a participação dessas potências no conflito em prol do Iraque e a utilização de mecanismos que forçassem a assinatura de um cessar-fogo. Essas

expectativas estiveram especialmente em evidência após a aprovação da Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU, em julho de 1987, e a subsequente incapacidade da ONU de agir com a urgência exigida pelo Iraque para fazer cumprir o Irã com a resolução. (AHMAD, 1991; CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018; TRIPP, 2007)

A partir da mudança estratégica iraquiana, a utilização da retórica pan-árabe buscando incentivar o engajamento regional no conflito esteve orientada não tanto para preparar o caminho para o impacto positivo de uma vitória árabe, mas para mobilizar recursos para o apoio do esforço de guerra depreendido pelo Iraque na contenção do perigoso inimigo persa. Saddam Hussein, portanto, empregou energia considerável à tarefa de persuadir seus vizinhos regionais que compartilhavam uma comunidade de interesses comuns com o Iraque em suas tentativas de frustrar os objetivos das forças armadas iranianas e encerrar a guerra. Em certo nível, isso significou uma mudança progressiva na identificação dos incentivos políticos da guerra; iniciada como uma reafirmação do papel de liderança iraquiano, durante os últimos anos, o conflito assumiu a forma de um apelo político direto ao interesse particular de outros governantes árabes, ameaçados com as prováveis consequências desastrosas de um colapso militar iraquiano e, simultaneamente, prometendo-lhes os dons financeiros ou políticos sob os quais o Iraque ainda possuia disposição.

Assim, a importância da Cúpula da Liga Árabe em Amã, em novembro de 1987, não residiu apenas na esfera das relações Iraque-Síria ou Iraque-Egito. Também sublinhou, de uma forma altamente vantajosa para o Iraque, a identificação de seu destino com a Arábia Saudita e o Kuwait em face das ameaças e agressões iranianas. Ao longo da guerra, mas especialmente desde 1982, a possibilidade de drenar os recursos financeiros e petrolíferos destes dois estados do Golfo havia sido crucial para o esforço de guerra iraquiano. A instrumentalização da retórica nacionalista-árabe na construção de um nexo relacional entre a guerra contra o Irã e a defesa da nação árabe foi dirigida tanto aos estados árabes do Golfo quanto ao resto do mundo árabe. Foi através da imposição da solidariedade árabe que o regime iraquiano angariou subsidios para a defesa do Iraque e, por implicação, para a defesa do regime de Saddam. Na verdade, o histórico sentimento de vulnerabilidade dos Estados do Golfo é tal que, em geral, eles quase não precisavam ser lembrados, através do incentivo moral da identidade árabe, de que o colapso militar do Iraque e, mais do que isso, a vitória iraniana, provavelmente teria efeitos catástrofe sobre eles. (GAUSE III, 2010; HINNEBUSCH, 2003)

A crescente dependência do Iraque dos Estados do Golfo Árabe foi, portanto, um resultado importante da guerra, uma vez que prejudicou as pretensões anteriores de Saddam Hussein de desempenhar um papel político e securitário dominante na região. A atitude original, de decepção pública e represália verbal, quando os Estados do Golfo estabeleceram o Conselho de Cooperação do Golfo em 1981, excluindo especificamente o Iraque, foi necessariamente forçada a ceder à aceitação da organização indicando um novo momento político para o Iraque. (AHMAD, 1991; BARNETT, 1998; TRIPP, 2001)

Ao administrar as relações com os Estados árabes da região, Saddam Hussein teve sucesso em utilizar seus recursos para o benefício próprio do seu Estado mantendo, ao mesmo tempo, a impressão de que tal ajuda fora fornecida em consonância com o espírito de cooperação pan-árabe. Isso ajudou a reforçar a imagem, considerada fundamental para a legitimidade não apenas iraquiana mas, também, de todos os governos envolvidos, de que estariam a serviço da causa maior da nação árabe.

A guerra, de fato, evoluiu de uma maneira bem diferente daquela esperada e desejada pela administração de Saddam Hussein. No entanto, é digno de nota que o sistema político que sustentava sua liderança tenha sido capaz de lidar tão prontamente, tanto conceitualmente quanto organizacionalmente, com os efeitos adversos de uma inesperadamente guerra prolongada e de caráter defensivo. Surpreendentemente, a guerra não afetou seriamente os procedimentos políticos nem as suposições sob as quais o núcleo no poder se baseava. Inegavelmente, as conseqüências quantitativas da guerra apresentaram desafios para o Iraque nos anos subseqüentes. Na esfera governamental, pode-se questionar se a guerra foi capaz de causar uma mudança qualitativa significativa nos métodos empregados para controlar o comportamento da população iraquiana. (TRIPP, 2007)

Sobre os efeitos quantitativos, no que diz respeito a economia, a guerra afetou duas áreas importantes do regime: os recursos disponíveis e, consequentemente, o emprego de mecanismos de controle no ambiente doméstico e regional. A receita à disposição do governo, que lhe permitiu perseguir seus objetivos durante a guerra, era um imperativo essencial ao equilíbrio socioeconômico do país, por meio do qual as realidades econômicas se transformavam em legitimação política. A característica mais saliente da economia no pré-Primeira Guerra do Golfo, apesar de não ser totalmente corroída, precisou ser adaptada: a concentração de papés da vida social na figura do Estado. O vasto aumento das vendas de petróleo, devido aos aumentos de preços dos

anos 1970, significou, como assinala Hanna Batatu (1978), que o Estado adquiriu uma medida vital de autonomia financeira e que, consequentemente, a relação da sociedade com a propriedade privada foi reinventada tendo o controle do aparelho de governo tornado-se determinante da ação social de forma mais conclusiva do que anteriosmente. Foi por meio dessa percepção e dos imperativos do controle do governo, portanto, que os efeitos econômicos da guerra com o Irã foram sentidos no Iraque. (BATATU, 1978; CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

Por sua vez, essas percepções tiveram implicações particulares para o regime de Saddam Hussein. A noção de que o poder absoluto pode ser justificado não apenas pela manipulação de valores simbólicos, mas, também, pelo aprimoramento material do povo é fundamental para a ideia de uma autocracia de massa. Isso poderia ser considerado como um esforço para conquistar legitimidade política *ex-post facto*, atendendo às necessidades materiais da sociedade, como um substituto para a concessão de qualquer participação significativa no processo político. (BARAM, 1989)

Portanto, o desenvolvimento de seus benefícios era visto como uma parte fundamental da tentativa do regime de legitimar-se e, assim, reforçar as bases de seu poder. Sem socialismo, nem unidade nem uma nação árabe, a capacidade de "entregar a revolução", através do patrocínio econômico, foi um elemento fundamental na justificativa do regime de Saddam Hussein. (TRIPP, 2001)

Muitos fatores contribuíram para as restrições às receitas disponíveis para o regime ao longo do conflito. Entre elas estavam (i) o fechamento do principal oleoduto iraquiano na Síria, em abril de 1982; (ii) o esgotamento das reservas em moeda estrangeira do Iraque, estimados em US$ 35 bilhões em 1980; (iii) o custo crescente da manutenção das linhas de fortificações ao longo da fronteira com o Irã; (iv) a necessidade de substituir grande parte do equipamento militar perdido durante a guerra; e (iv) a possível relutância de alguns dos aliados regionais do Iraque em continuar a subsidiá-lo economicamente. (TRIPP, 2007)

Ainda, facilitada primeiro pela cooperação soviética e, posteriormente, pelas crescentes receitas do petróleo à disposição do governo, a expansão das Forças Armadas, no período anterior ao conflito, apresentou duas características importantes para o Estado iraquiano. Em primeiro lugar, demonstrava o esforço do regime para a construção de uma organização militar compatível com suas próprias ambições internas e regionais. Desta forma, diferentemente do papel clássico que as Forças Armadas tendem a assumir em outros lugares do mundo, isto é, a defesa do inimigo externo, as

capacidades profissionais e técnicas das Forças Armadas no Iraque foram aprimoradas a fim de equipá-las para realizar a tarefa militar mais urgente de subjugar a atividade guerrilheira curda intra-territorial. Em segundo lugar, o investimento na qualificação técnica das Forças Armadas não deveria estar acompanhado do desenvolvimento de uma identidade corporativa coletiva independente do controle estatal. Paralelamente à expansão das Forças Armadas, realizou-se a expansão de outros braços armados, através dos quais a liderança do Estado poderia continuar a exercer a estreita vigilância sobre o corpo de oficiais e sua própria população.

Com o desenrolar da guerra, os oficiais acabaram adquirindo um grau de independência de atuação no teatro de operações. Isso não significou que houve um grau de liberdade política associada a esta liberdade. Saddam Hussein manteve o aparato de vigilância política e patrocínio dentro da instituição militar, o que assegurou que tal independência de ação militar nas frentes de batalha não levasse a quaisquer pensamentos perigosos após a dispensa dos oficiais e recrutas em Bagdá. Esse esforço incluía, ademais, a manutenção da presença da Guarda Republicana, das forças especiais e das brigadas blindadas da guarnição de Bagdá, mas, também, de milícias como o Exército Popular, inclusive durante as reuniões coorporativas oficiais. Desta forma, a ênfase colocada na identidade profissional das Forças Armadas e em sua dedicação aos objetivos que lhes eram próprios como organização, não implicou na diminuição do grau de controle político que Saddam Hussein esperava exercer sobre as instituições do Estado. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

Assim, os 8 anos de guerra tenderam a demonstrar o quão bem equipado o regime iraquiano havia sido ideológica e organizacionalmente na busca por lidar com os efeitos imediatos do Estado de sítio imposto pelo conflito. As percepções de poder e os meios utilizados para garantir sua exclusividade, puderam ser reforçadas pela ameaça inconfundível representada pelo Irã.

Em muitos aspectos, o próprio fato de o fenômeno da guerra ter sido incorporado com tanta facilidade à política iraquiana é um testemunho da resiliência do universo moral e estrutural que fundamentavam essa política. Para Saddam e aqueles que o cercavam, a guerra exigiu barganhas pragmáticas que permitiram um uso mais eficaz dos recursos humanos e outros recursos iraquianos no esforço de guerra. No entanto, estes foram redigidos nos próprios termos do núcleo no poder da administração de Saddam Hussein: a questão da redistribuição do poder político foi especificamente excluída. (TRIPP, 2001)

Ademais, como em todas as outras esferas de atividade, a principal consideração de Saddam com relação à natureza das relações do Iraque com potências estrangeiras, se deixado o discurso político de lado, foi o grau em que esse relacionamento poderia, ou não, facilitar a tarefa de sobrevivência política e manutenção do regime a frente do Estado. Isso porque, assumindo uma postura pragmática de ação, os objetivos do relacionamento regional ou internacional do Estado iraquiano buscavam, de forma consubstanciada, dois objetivos: (1) o acesso aos recursos de poderes externos e, simultaneamente, uma restrição mínima à sua própria liberdade de ação e (2) um grau mínimo de contradição com os propósitos através dos quais procurava justificar seu poder no cenário nacional. Era vital, portanto, que durante a guerra não se permitisse que a ajuda externa infringisse, pelo menos em nível simbólico, a autonomia política do regime.

Antes da guerra, o aumento significativo das receitas do petróleo permitiu ao governo iraquiano seguir uma postura de não-alinhamento e de cooperação pontual, como com a União Soviética, sobretudo, em setores estratégicos. Com uma maior liberdade de ação nos anos 1970, entre 1974 e 1979, a União Soviética perdeu, progressivamente, sua posição como o principal parceiro bilateral do Iraque para vários outros Estados ocidentais, inclusive no fornecimento de equipamento militar para as Forças Armadas iraquianas, como exemplifica a compra de grandes sistemas de armas da França. Por isso, a reaproximação com os Estados da Europa Ocidental, com o Japão e com os Estados conservadores historicamente pró-ocidentais do mundo árabe, não trouxe consigo nenhuma das conotações simbólicas, ainda arriscadas, de um restabelecimento das relações com o principal aliado e patrono de Israel na região, os Estados Unidos.

Em 1984, entretanto, o Iraque e os Estados Unidos restabeleceram relações diplomáticas formalmente. Portanto, apesar do fato de a mídia iraquiana manter sua retórica anti-imperialista, as condições da guerra trouxeram uma mudança significativa na natureza das relações do Iraque com as superpotências. Na verdade, seria mais verdadeiro dizer que a situação difícil do Iraque na guerra, especialmente após 1982, forçou uma reavaliação da utilidade relativa da assistência que tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos poderiam oferecer. (HINNEBUSH, 2003)

Assim, politicamente, Saddam Hussein demonstrou considerável habilidade adaptativa, explorando a difícil situação iraquiana, a partir de meados dos anos 1980, para obter o apoio das superpotências para seu esforço de guerra, relativamente livre de

condições que pudessem limitar sua liberdade de ação. Contudo, conforme as próximas décadas demonstrariam, obteve significativamente menos sucesso na indução desses poderes para a libertação do Iraque em termos que ele consideraria aceitável no cenário pós-guerra. Esse dilema não se relaciona apenas com as percepções e interesses das potências envolvidas, mas também com o entendimento sobre a natureza do inimigo e, portanto, da própria guerra. Embora Saddam Hussein tivesse obtido alguma satisfação com o fato de que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética desejam impedir uma vitória iraniana, adotanto, temporariamente, uma postura favorável ao Iraque, estava claramente menos tranqüilo sobre a determinação conjunta de permitir que o Iraque saísse do conflito sob condições que Saddam poderia, verdadeiramente, reivindicar como compatíveis com uma vitória. (CHUBIN, S.; TRIPP, C., 2018)

## 3. PODER E AUTONOMIA DO ESTADO: A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO (1990-1991)

A Segunda Guerra do Golfo (1990-1991) nos confronta com um desafio interpretativo de dois tipos: o primeiro, visando os aspectos quantitativos da guerra, diz respeito as lições aprendidas que permanecem centrais para as estratégias políticas e Agendas securitárias. O segundo, visando aspectos qualitativos, as lições oferecem desafios analíticos sobre a natureza da organização e distribuição do poder e a autoridade do Estado.

Portanto, um dos interesses permanentes a respeito da crise do Kuwait é a luz que lança sobre a natureza e a instrumentalização das relações de poder. Seja no nível nacional, do subsistema regional ou do Sistema Internacional, uma compreensão de como o poder foi percebido, administrado e projetado sublinha as várias interpretações possíveis da crise de 1990-1991.

Compreender a complexa relação entre poder e autoridade requer, em primeiro lugar, examinar as maneiras pelas quais a natureza da autoridade estatal dos principais protagonistas envolvidos na guerra, deu origem a um conjunto de crenças utilizado em determinadas justificativas de ação e projeções de poder antes e depois da guerra. Em segundo lugar, deve-se olhar para a autoridade das principais instituições e regras do próprio Sistema Internacional e sua capacidade de regular o comportamento dos atores internacionais. Terceiro, deve-se olhar para a utilidade das sanções - como recursos diretos e possivelmente coercitivos do poder - para sustentar uma Ordem Internacional

organizada por perspectivas particulares. Além disso, em torno de todas essas dimensões estão grupos de questões mais específicas que também iluminam a natureza frequentemente problemática da relação entre poder e autoridade.

Entre 1990 e 1991, as ações do Iraque ameaçaram simultaneamente a autoridade da ordem internacional e os interesses econômicos e estratégicos dos Estados responsáveis pela construção e manutenção dessa ordem. Em outras palavras, ao desprezar essa autoridade, o Iraque desafiou as próprias regras do jogo internacional.

A imposição de sanções, a mobilização de apoio global e a rápida transferência de forças militares para o golfo deixaram claro que os centros tradicionais de poder, unidos na Coalizão anti-Iraque, sentiam que o Iraque não havia simplesmente desafiado o status quo da soberania de um Estado vizinho: havia desafiado os princípios sobre os quais essa estrutura de poder alegou ser fundada, desafiando, indiretamente, a autoridade dos governos que constituíam a hierarquia dominante. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C. 2019)

Desta forma, o período que antecedeu a invasão iraquiana e os desdobramentos do conflito no Golfo serão analisados, aqui, sob a perspectiva política-estratégica do Iraque e dos Estados árabes ao final dos anos 1980; as imbricações entre as questões militares e políticas do conflito; os efeitos da guerra sobre o poder econômico iraquiano, expressos, principalmente, em termos de recursos petrolíferos; e as reações de potências externas, sobretudo Estados Unidos e União Soviética, e da ordem mundial associadas aos seus interesses - uma em processo de consolidação de seu papel hegemônico e outra em franco declínio e processos de desintegração.

## 3.1. O PERÍODO ENTRE GUERRAS (1988-1990) E A ESCALA DO CONFLITO NO KUWAIT

Em 1988, mesmo com a assinatura do cessar fogo, Saddam Hussein estava ciente do fato de que o fim da guerra com o Irã, a contenção da rebelião curda e a contínua e efetiva repressão das organizações islamistas xiitas dentro do território nacional não eliminaram os desafios políticos impostos ao regime e à sua posição no Estado iraquiano. Antes de mais nada, o período entre guerras ilustra a busca pela defesa do regime iraquiano, confrontado com legados da guerra anterior que ameaçavam a manutenção da administração de Saddam Hussein: mecanismos de

contenção da crescente solidariedade corporativa entre os oficiais iraquianos, reformas paliativas nos cargos públicos, o reforço dos mitos nacionais que sustentavam o regime através da questão identitária e alternativas que pudessem aliviar a situação econômica frágil do país. Assim, os desenvolvimentos das questões militares, sociais e econômicas representavam desafios particularmente agudos para a estrutura neo-patrimonialista que sustentava o poder de Saddam Hussein e das elites dirigentes associadas a ele. (TRIPP, 2007)

A fim de caracterizar melhor a organização social derivada da característica rentista do Estado iraquiano toma-se emprestado o conceito de estamento burocrático desenvolvido por Raymundo Faoro (2001) pela abrangência da sua capacidade explicativa a respeito da característica patrimonialista em Estados de estrutura moderna. Assim, em um Estado caracterizado pelo patrimonialismo, a organização política básica fecha-se sobre si própria através de um estamento de caráter marcadamente burocrático. Contudo, burocrático não no sentido moderno do conceito, como aparelhamento racional do Estado, mas como apropriação do cargo, ou seja, o cargo carregado de poder próprio, articulado com o líder a sua frente, sem anulação da esfera própria de competência. Desta forma, a estrutura estatal configura-se não necessariamente como uma pirâmide autoritária, mas como um feixe de cargos - aproximando-se de um trapézio - reunidos por coordenação, com respeito ao *status* das elites subordinadas. A centralidade administrativa, portanto, é mantida por uma estrutura dedicada ao gerenciamento estatal, mas voltada para si, concretizando, institucionalmente, a indissolução concreta entre o público e o privado. Nesse sentido, a burocracia do Estado estaria estreitamente associada ao processo de diferenciação social. Se, em uma sociedade de classes, as posições sociais são definidas por posições de mercado, em uma sociedade estamentalizada, ao contrário, a posição social define-se por prerrogativas que garantem a diferenciação social por oposição, ou *status quo.* Mesmo parecendo anti-intuitivo, a característica patrimonialista do Estado sustenta-se, justamente, porque era compatível com o modo de produção capitalista: se o modo de produção é orientado essencialmente pela possibilidade de lucro, surgirá, dentro da estrutura centralizada e patrimonial, um capitalismo politicamente orientado. (FAORO, 1974; FAORO, 2001)

Ademais, dado o papel histórico das Forças Armadas nos processos políticos no Oriente Médio, manter o controle político sobre esta instituição é parte importante da manutenção do regime no poder. Assim, um dos pontos fundamentais da relação entre

militares e política será a busca, por parte do núcleo no poder, do afastamento - ou de controle - da interferência da instituição militar em seus governos, criando - principalmente - modalidades de controle estatal sobre as Forças Armadas no Oriente Médio conforme o tipo de regime estabelecido. Em Estados aparentemente democráticos, por exemplo, as instituições civis predominam, mas permitem que os militares desempenhem um papel importante no plano interno da política (Israel e Turquia); em Estados que buscaram civilizar seus regimes, transformando oficiais em burocratas, foi criada uma rede de controle extensa desde o setor público até o setor privado (Argélia, Egito, Síria, Sudão, Tunísia e Iêmen); e, em Estados de regimes monárquicos, a limitação demográfica os obrigou a confiar em mercenários estrangeiros em questões relacionadas à Defesa Nacional (Bahrain, Omã, Catar e Emirados Árabes Unidos), ou em contingentes tribais leais ao governo central, garantidos por laços familiares, para contrabalançar influência e autonomia potencial das Forças Armadas regulares (Jordânia, Kuwait, e Arábia Saudita). Finalmente, em Estados como o Iraque, assim como a Líbia e o Irã, que construíram sua governabilidade em torno do militarismo, serão criados mecanismos de controle para as aspirações políticas do militar regular, como milícias altamente ideológicas e amplamente voluntárias - ao contrário do modelo de conscrição universal - atreladas ao governo e ao líder do regime. (KAMRAVA, 2000)

Ainda, quando perguntado a respeito do papel das Forças Armadas no Iraque, se este seria um papel técnico ou político, Saddam Hussein (1976) afirmou que:

> "Caso o papel das Forças Armadas fosse somente técnico, a revolução julho de 1968 não teria sido nada além de um *coup d'état.* O papel das Forças Armadas é principalmente político. Os oficiais das Forças Armadas são membros da revolução de julho e, acima de tudo, baathistas, que utilizam suas habilidades técnicas para o bem do programa revolucionário do Baath. Este é o principal papel das Forças Armadas." (HUSSEIN, 1979, tradução nossa)

Assim, ao longo das décadas, os programas de governo da maioria dos Estados árabes foram projetados precisamente para romper os canais de influência das Forças Armadas nos interesses do núcleo no poder, através de mecanismos de controle e de despolitização. Dentre as medidas de controle está a criação de forças securitárias paralelas as Forças Armadas, organizações que respondem diretamente a mais alta cúpula do governo, como a Guarda Revolucionária Iraniana (*Pasdaran*), a Guarda Republicana Iraquiano e o Exército Popular no Iraque (*al-Jayshal al-Sh'bi*) e os Comitês

Revolucionários na Líbia (*al-Lijan al-Thawriyya*), por exemplo, servem como instituições paralelas às Forças Armadas regulares e, em alguns casos, tornaram-se componentes burocratizados e bem desenvolvidos destes Estados. Assim, pode-se definir que cada Estado possui um componente militar duplo a ser considerado derivado essencialmente do fator político: um exército regular, cuja missão institucional é proteger o país contra inimigos estrangeiros e uma milícia altamente ideológica, que geralmente assume a forma de órgãos paramilitares, projetados, principalmente, para vigiar inimigos domésticos e outros centros de poder internos que apresentem potencial ameaça para governabilidade do país. Essa característica será significativamente importante para o Iraque a partir de 1991, quando o seu esforço militar estará muito mais envolvido na defesa de seu próprio regime do que na defesa do território kuwaitiano. (AL-MARASHI, I. & SALAMA, S., 2008; BROWN, 1984; CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018)

Contudo, desmistificando o efeito multiplicador do aumento dos gastos com Defesa sobre a economia nacional, principalmente quando o investimento em segurança não é acompanhado da aquisição de *know-how*, o aumento expressivo do poder militar iraquiano durante a guerra com o Irã foi acompanhado por um franco enfraquecimento financeiro. O financiamento do esforço de guerra anterior recaiu, de forma mais expressiva, em países árabes credores no Golfo Pérsico, de modo que, no final da guerra em 1988, o Kuwait era um dos principais credores do Iraque. Ao mesmo tempo, a determinação do Iraque de obter apoio regional e internacional para sua guerra contra o Irã levou a uma espécie de assimilação do seu caráter historicamente revisionista através de uma posição marcadamente conciliatória com relação às regras do jogo internacional e regionais. Entretanto, a ordem árabe que endossou com tanto entusiasmo, agora ameaçava excluí-lo. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C. 2019; MUFTI, 1986)

Foi contra o pano de fundo de suspeita e conspirações militares, rixas clânicas e expectativas gerais de mudança que Saddam Hussein prometeu a abertura do domínio público a uma maior diversidade política, inicialmente incorporada através de maior competição por assentos na Assembléia Nacional e no encorajamento de críticas aos ministros do governo e a burocracia estatal. De fato, a partir de 1986 a mudança estrutural política era visível, mesmo que sua aplicabilidade não fosse concreta. Desde meados da década de 1970, a elite governante do Iraque sob o Baath passou por duas mudanças importantes: a penetração dos xiitas nos corredores do poder e a diminuição da influência de oficiais do exército nas três instituições políticas mais poderosas do

Iraque, isto é, o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), a Liderança Revolucionária (LR) e o governo. No início de 1987, cerca de 33% do CCR e cerca de 30% da LR e do governo, combinados, eram xiitas. Em contrapartida, o número de oficiais do exército era apenas de 11% no CCR e 13% nas outras esferas combinadas. Embora os árabes sunitas ainda fossem claramente predominantes, o número de xiitas em cargos públicos de alto escalão, assim como a representação simbólica de curdos e cristãos no governo, sustentavam a imagem de uma estrutura governamental pluralizada e que, apesar de laica, reconhecia a diversidade religiosidade presente em território nacional. (BARAM, 1989; TRIPP, 2007)

Entre 1988 e 1990, a ideia de recorrer à força militar começou a tomar forma entre o círculo político de Saddam Hussein. O cálculo da invasão ao país vizinho compartilhava muitas características com a decisão de dez anos antes de usar a força contra o Irã. Foi baseado na crença de que os Estados do Golfo Árabe veriam o movimento iraquiano como uma oportunidade de negociação, cedendo aos pedidos iraquianos de supressão da dívida externa quando confrontados com sua vantagem relativa militar significativamente maior. Baseou-se, além disso, na suposição de que a comunidade internacional e os Estados Unidos, em particular, optariam por uma resolução diplomática da situação, negociando o fim da crise. Contudo, a iniciativa iraquiana em 1990 coincidia com o crepúsculo da URSS e a desintegração da organização sistêmica da Guerra Fria, alterando drasticamente a configuração da balança mundial de poder e, consequentemente, suprimindo o espaço de manobra que o Estado iraquiano havia experimentado em 1980.

Assim, diante da impossibilidade de obter concessões substanciais dos Estados do Golfo, mesmo utilizando uma retórica nacionalista árabe de cooperação e cada vez mais assertiva, e tendo estabelecido o que interpretara como, pelo menos, a anuência problemática de outros Estados árabes e dos Estados Unidos, Saddam Hussein ordenou que suas forças invadissem o Kuwait em 2 de agosto 1990. Em um primeiro momento, as Forças Armadas iraquianas estabeleceram um governo provisório kuwaitiano, buscando construir a imagem de que estariam exercendo um papel libertador e revolucionário em prol da população subjugada pela família Al-Sabah. Entretanto, em questão de dias, o governo iraquiano anunciou a anexação do território kuwaitiano como a décima nona província do Iraque, "devolvendo-o", portanto, à pátria iraquiana. Contudo, demonstrando sua característica verdadeiramente política, primeiramente, o conflito foi instrumentalizado como um ato revolucionário de libertação e, em seguida,

passou a ser justificado através do interesse nacional, ambos os discursos capazes de conquistar mentes e corações em um contexto regional mais amplo. (TRIPP, 2007)

Mesmo assim, uma das características mais marcantes do conflito deu-se no âmbito internacional: a capacidade dos membros ocidentais da Coalizão - França e Reino Unido, e os Estados Unidos, com a aquiescência soviética e, pelo menos, a falta de resistência chinesa - de usarem suas posições como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para condenar as ações iraquianas e angariar legitimidade para seus esforços na retirada do Iraque do Kuwait. Após a Resolução 660, de 2 de agosto de 1990, que condenou a invasão do Kuwait, determinou a retirada incondicional das forças iraquianas e exigiu negociações imediatas entre os dois Estados, as Resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança gradualmente endureceram-se. Assim, o Conselho condenou a medida tomada pelo Iraque para consolidar seu domínio sobre Kuwait, declarando a anexação nula e sem efeito (Resolução 662), e insistindo que os estrangeiros fossem autorizados a partir e que as missões diplomáticas no Kuwait permanecessem abertas (Resolução 665). Exigiu, ainda, a compensação por perdas financeiras e violações de direitos humanos incorridas pela invasão (Resolução 647) e evitou tentativas de mudar a estrutura demográfica de Kuwait através no movimento de cidadãos iraquianos para o território (Resolução 677). As severas sanções econômicas, impostas em 6 de agosto (Resolução 661), foram reforçadas em 25 de agosto autorizando, ademais, a utilização das forças navais da Coalizão para que as sanções fossem cumpridas e, um mês depois, proibiu o tráfego aéreo na região (Resolução 670). (UNSC, 1990; UNSC, 1990; UNSC, 1990; UNSC, 1990; UNSC, 1991; UNSC, 1991)

O resultado de duas guerras e duas derrotas em um período relativamente curto de tempo impôs uma série de gargalos econômicos e impasses políticos ao Estado iraquiano. O esforço de guerra durante a década de 1980 afetara profundamente a economia iraquiana, cerca de 21% da força de trabalho foi recrutada para o exército e os gastos militares, em 1986, já ocupavam 60% do PIB. A produção de petróleo foi sensivelmente reduzida como resultado da destruição de instalações de exportação de petróleo no sul do país e, além disso, os movimentos dos mercados mundiais indicavam uma baixa no preço da commodity. Abbas Alnasrawi (1986) estimou que a perda de produção e receita do petróleo, mais os custos de reconstrução da infraestrutura perdida, chegavam a mais de US$ 400 bilhões, o que representa mais de 100% do PIB iraquiano

para cada um dos 8 anos de conflito. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018)

Ainda, em 1988, o Iraque possuía um PIB per capita menor do que em 1975, somando dívidas externas de US$ 86 bilhões - quando começou a guerra, tinha reservas de cerca de US$ 50 bilhões. Embora a nova elite empresarial que emergiu como resultado das reformas liberalizantes colocadas em prática pelo Estado no início da década de 1990 permanecesse intimamente ligada ao *establishment* político - em muitos casos consistindo dos mesmos indivíduos ou seus parentes - a quebra do monopólio estatal da atividade econômica lançou as sementes para um setor privado independente, aumentando as possibilidades de reorganização social do trabalho e turbulência doméstica. Portanto, o dilema enfrentado pelo governo iraquiano em 1990 poderia ser resumido na busca por medidas que promovessem sua produtividade e recuperação econômica, responsável por manter sua estrutura social, sem, em contrapartida, comprometer a autoridade e a autonomia do Estado. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018)

Em 1991, o Ministro das relações exteriores do Iraque, Tariq Aziz, foi ainda mais longe, fazendo uma conexão explícita entre a economia vacilante do Iraque e sua necessidade de tomar medidas contra aqueles que considerava responsáveis pela situação enfrentada pelo Iraque:

> "(...) A questão econômica foi um fator importante para agravar a situação atual. Além dos quarenta bilhões de dólares em dívidas árabes, devemos, pelo menos, o mesmo ao Ocidente. O orçamento deste ano exigia sete bilhões de dólares para o serviço da dívida, o que seria uma quantia enorme, deixando-nos apenas com o suficiente para os serviços básicos de nosso país. Nosso orçamento é baseado em um preço de dezoito dólares por barril de petróleo, mas desde que os kuwaitianos começaram a inundar o mundo com sua produção petrolífera, o preço do barril caiu um terço. (...) Quando nos encontramos novamente - em Jidda, no final de julho - o Kuwait disse não estar interessado em nenhuma mudança. Estávamos desesperados e não podíamos pagar nossas contas de importação de alimentos. Foi uma guerra de fome. Afinal, quando é aceitável que você utilize o seu poder militar para se preservar?" (AZIZ, 1991, tradução nossa)

### 3.1.1 Os desafios do Estado Capitalista de Tipo Rentista: Crise, Hegemonia e a Economia Política do Petróleo

Possivelmente, era na área da economia política que Saddam Hussein enfrentava seu maior desafio. Isso porque, dada a estrutura patrimonialista que sustentava seu

governo, a impossibilidade de manter subsídios estatais para economia iraquiana - orientada para consumo e pautada na importação de bens duráveis e não-duráveis - e as engrenagens do clientelismo em pleno funcionamento, poderiam potencialmente desencadear uma onda de ressentimento contra o líder a frente do regime e desmantelamento da sua hegemonia.[3] (GRAMSCI, 2002; TRIPP, 2007)

Além disso, a dívida do Iraque com uma ampla gama de credores colocou o país na posição de um Estado peticionário, ao contrário da pretendida afirmação do papel de liderança do Iraque na região, minando, ao mesmo tempo, a credibilidade da imagem de Saddam Hussein como bastião do mundo árabe. Buscando aliviar o orçamento público em meio a crise fiscal, o tímido processo de liberalização econômica, iniciado durante a guerra contra o Irã, foi ampliado no período subsequente. Como grande parte dos Estados da região, o ajuste fiscal reunia medidas de remoção de controle sobre preços, incentivos à atividade empresarial privada e a privatização de uma série de empresas estatais assim como alguns outros ativos estatais menores, pressagiando, ao que parecia, o desmantelamento final do grande setor público e do desenvolvimento levado à cabo pelo Estado. (TRIPP, 2007)

Contudo, a situação iraquiana apresentava um nível de complexidade maior do que a simples fórmula milagrosa oferecida pelas medidas do Consenso de Washington eram capazes de responder.

No início da década de 1990, as sociedades do Oriente Médio como um todo haviam chegado ao fim de uma importante fase histórica de desenvolvimento. Anteriormente, em grande parte da região, o desenvolvimento liderado pelo Estado havia logrado certa transformação estrutural, mas o rápido crescimento populacional e o colapso dos preços do petróleo sobrepujaram os efeitos de aumento de renda que essa transformação presumivelmente produziria. O Estado, protagonista de projetos de desenvolvimento emancipatórios, mas essencialmente dependente dos mercados internacionais que não controlava, superestimou sua capacidade de administrar e orientar economias cada vez mais diversificadas. Foi capaz de dar um grande impulso à industrialização, mas não foi capaz de lidar com as complexidades do aprofundamento

[3]De acordo com o Gramsci, "[...] o conteúdo [da crise orgânica] é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma 'revolução'. Fala-se de 'crise de autoridade': e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto" (GRAMSCI, 2012, v. 3, C. 13, § 23, p. 60).

industrial, ou seja, o uso eficiente do trabalho e do capital. (ALNASRAWI, 1994; CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018)

Desta forma, parece ser amplamente aceito que a renda do petróleo é um fator-chave para entender as realidades árabes econômicas e políticas. Da mesma forma, é amplamente aceito que o acesso a essa renda é um fator que reforça o controle de poder dos regimes autocráticos existentes, independentemente do fato dos governos diferirem muito entre si. De fato, a complexidade da interação entre os condicionantes políticos nacionais e a economia política do petróleo, ao passo em que integra produtores e compradores ao mercado internacional, deve ser explorada unindo perspectivas da economia e da ciência política. Conforme salientado por Robert Gilpin (1987), sem essa síntese, os cientistas políticos tendem a ignorar o papel dos mercados e os economistas frequentemente negligenciam a importância das relações de poder e o contexto político dos eventos em pauta. (GILPIN, 1987; LIEBER, 2019)

Na literatura especializada, encontramos muitos trabalhos que documentam como os recursos naturais podem afetar a estrutura das economias e, portanto, determinarem seu desempenho geral. Sob essa perspectiva, a receita do petróleo difere de outras fontes de receita de três maneiras principais, cada uma delas exercendo uma influência negativa no processo de desenvolvimento econômico no longo prazo. Em primeiro lugar, a expansão do setor petrolífero reduz o preço das moedas estrangeiras, prejudicando, assim, os setores produtivos expostos à concorrência estrangeira. Em segundo lugar, o acréscimo ao Estado de grandes receitas advindas do petróleo pode impedir o desenvolvimento de um setor privado eficiente. E, terceiro, os ciclos de expansão e queda criados pelas receitas do petróleo, que tendem a ser altamente variáveis ao longo do tempo, prejudicam o processo de crescimento econômico auto sustentado. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018)

Contudo, excluídas as questões derivadas de variação da taxa de câmbio e da volatilidade do preço da *commodity* no mercado internacional, os efeitos citados poderiam ser combatidos com políticas macroeconômicas voltadas à estabilização de preços, combate a inflação e diversificação da economia, por exemplo. Desta forma, indo além do escopo explicativo da Doença Holandesa ou do determinismo do papel do petróleo em países produtores, as maiores dificuldades desses Estados parecem estar no âmbito político, uma vez que as políticas recomendadas tendem a incluir restrições aos gastos do setor público. Assim, tem-se que a principal questão por trás do ajuste estrutural é, na verdade, sua viabilidade ou desejabilidade política.

Em Estados capitalistas de tipo rentista, como no caso iraquiano, o acesso a grandes quantidades de recursos econômicos gerados externamente serve, ademais, para fortalecer a autonomia do Estado. Como as receitas do Estado não dependem, em última análise, da produção doméstica, os tomadores de decisão tendem a ser menos limitados pelos interesses dos atores domésticos. Isso porque a disponibilidade de recursos financeiros não apenas apóia o aparato coercitivo do estado, mas também sustenta programas de bem-estar social e alimenta poderosas redes neopatrimoniais baseadas em laços familiares, clânicos e na proximidade da elite dominante. De fato, a coerção se torna menos importante à medida que a legitimidade política é, em um sentido real variado, adquirida por meio de recompensas econômicas. (BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P., 1995)

Desta forma, a correlação entre os fundamentos do modelo rentista e o autoritarismo pode ser vista como um encadeamento dedutivo da noção de autonomia do Estado, mas também acrescenta uma dimensão explicativa à existência dessa autonomia. Todos os Estados podem ser autônomos no curto prazo, mas, no longo prazo - e, particularmente, no caso do Estado rentista ou do regime de tipo rentista -, sua capacidade de agir de forma autônoma em relação à sociedade está ligada aos seus fundamentos de arrecadação e receita. Dito de outra forma, um Estado que sustenta economicamente a sociedade e é a principal fonte de receita privada, transferida por meio de gastos do governo, torna-se menos responsivo ao conjunto social porque desenvolve uma relação direta indivíduo-Estado. Ao contrário, um Estado que é apoiado pela sociedade, por meio de impostos cobrados de uma forma ou de outra, será, em última análise, mais responsivo às pressões coletivizadas. Portanto, esse é um dos motivos pelos quais se explica a dificuldade de formação de uma verdadeira vontade coletiva nacional-popular vis-à-vis à predominância de uma postura econômico-corporativista por parte de determinados grupos sociais associados ao núcleo de poder estatal. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018; GRAMSCI, 1978b)

Contudo, ao contrário do que defende parte da literatura sobre os processos de liberalização econômica e a democratização dos regimes políticos no Terceiro Mundo, a relação dinâmica entre renda e ordem política está longe de ser automática. Em outras palavras, a ideia de que mudanças na disponibilidade de renda estão necessariamente ligadas a mudanças inversas na prestação de contas, representação e participação, através de processos de “democratização", não pode ser provada em geral e não

raramente apresenta uma relação contrária. Um relacionamento existe, mas é aquele que necessita de análises históricas e circunstanciais mais complexas para ser devidamente compreendido. (BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P., 1995; LUCIANI, 1995)

Assim, a lógica política infunde os mercados não apenas em termos de preocupações com a redistribuição, mas também em termos de reorganização de renda de maneira a preservar a estrutura de poder e manter a estabilidade política. Embora no início dos anos 1990 analistas de reformas no Oriente Médio tenham se concentrado na tensão entre modelos econômicos "vencedores" e "perdedores", percebeu-se que os processos de liberalização econômica, na verdade, voltaram-se para a formação de novas coalizões entre os governos e partes da comunidade empresarial, ganhando o ajuste estrutural uma dimensão política, como um processo de formação de novas redes de privilégios impulsionadas pela lógica de preservação do poder. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018; CHAUDHRY, 1997)

À parte suas especificidades, o que os Estados do Oriente Médio têm em comum e que ajuda a explicar a manutenção das elites no poder é a sua capacidade adaptativa derivada da relutância em abrir mão do poder que o setor público oferece tanto a sua liderança política e quanto ao controle de setores estratégicos da força de trabalho, dois setores fundamentais para a manutenção do seu *status quo*. Mesmo em Estados nos quais o processo de ajuste estrutural ocorreu de forma mais significativa, como a *infitah* egípcia de Sadat, a indisposição de abrir mão de setores-chave permanece. Não nos surpreende, por exemplo, ver líderes de regimes autoproclamados socialistas defendendo seus setores públicos, mas à primeira vista parece estranho ver grandes setores públicos em sistemas econômicos nominalmente liberais ou liberalizantes, como os do Egito, Jordânia ou Tunísia.

Finalmente, a ausência de tributação interna pelo Estado rentista pode alterar a própria natureza das demandas políticas coletivas que lhe são feitas. Na maioria dos países em desenvolvimento, a apropriação estatal de recursos sociais ("tributação") tipicamente estimula a população a buscar uma voz mais ativa na alocação dos gastos do Estado ("representação"). Pelo menos na experiência política ocidental, as proto-instituições da democracia liberal foram derivadas da busca pela diminuição do poder estatal caracterizado como excessivamente intrusivo. Tais pressões, entretanto, são muito menos prováveis em Estados rentistas.

Desta forma, mesmo que a autoridade estatal advenha da tipificação weberiana racional-legal, o contrato social no Iraque é de um tipo diferente: espera-se que o Estado

forneça um certo nível de segurança econômica, em troca da qual a sociedade concede aos líderes do estado uma autonomia política considerável. Desta forma, *o slogan* da Revolução Americana - "sem representação não há tributação" (*no taxation without representation*) - encontra um significado invertido: em um Estado rentista, as relações Estado-sociedade parecem basear-se no princípio de "nem tributação nem representação". (TILLY, 1985)

Incapaz, portanto, de alterar a fonte de receita estatal sem uma mudança política estrutural, foram concedidas licenças para projetos industriais privados, o setor privado respondia por quase um quarto de todas as importações e havia claramente alguma esperança de que o investimento estrangeiro dos outros estados do Golfo Árabe se materializasse. Estas atividades proporcionaram excelentes oportunidades de lucro para alguns indivíduos e empresas familiares, especialmente aquelas ligadas aos círculos dirigentes do regime que se beneficiavam de licenças especiais e da venda de fazendas do Estado em particular. No entanto, eles levaram a uma inflação massiva que se tornou tão séria que as regulamentações tiveram de ser reimplementadas em várias áreas. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018; TRIPP, 2007)

Entretanto, as medidas embora benéficas para aqueles em posição de lucrar, não poderiam afetar seriamente a situação econômica geral do país. Dada a carga da dívida (totalizando mais de 50 por cento da receita do petróleo do Iraque em 1990), os enormes custos de reconstrução, a contínua fraqueza no preço do petróleo e uma conta de importação militar e civil - especialmente de alimentos - que excedeu em muito as receitas de petróleo projetadas, uma solução mais drástica era necessária. A escassez de dados estatísticos, assim como as convulsões ocasionadas pela invasão do Kuwait em 1990, tornam difícil avaliar a extensão do recuo econômico do estado durante esse período. Um indicador da eficácia do estado para o qual existem dados disponíveis sugere que pode ter sido significativo: a participação do setor público na Formação Bruta de Capital Fixo caiu de uma média anual consistente de cerca de 80 por cento ao longo dos anos de guerra para 59,4 por cento em 1989. (CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J, 2018; MUFTI, 1986)

Medidas de austeridade, como a redução do número de funcionários públicos ou a desmobilização de milhares de militares das Forças Armadas, só agravaram o problema do desemprego e conduziram, no caso das Forças Armadas, à restrição das medidas em causa.

Exaurido por 8 anos de guerra e confrontado com a possibilidade de ruína do seu regime, o Iraque tentou aumentar suas receitas do petróleo, persuadindo os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a aumentarem o preço do petróleo no mercado mundial por meio de novas cotas restritivas sob suas próprias produções. Isso porque, dado o que Bijan Mossavar-Rahmi (1983) definiu como "Multiplicador OPEP", através da coordenação de quotas disponíveis, a organização deveria ser capaz de alterar a tendência do preço de mercado da *commodity* pelo menos no curto prazo[4]. (LUCIANI, 1995)

Além disso, Saddam Hussein invocou, em mais de uma ocasião, os princípios da solidariedade árabe justificando a supressão da dívida externa financeira que recebera de outras nações árabes durante o conflito contra o Irã, sobre tudo a Arabia Saudita e Kuwait, mas sem sucesso. Além disso, sugeriu-se que eles deveriam contribuir substancialmente para a reconstrução econômica do Iraque. Reconhecendo sua superioridade militar, principalmente no potencial latente representado pela sua grande população, as respostas decepcionantes recebidas pelo Iraque levaram Saddam a substituir a retórica de solidariedade árabe para uma linguagem cada vez mais intimidadora nos primeiros seis meses de 1990, sugerindo que, caso fosse necessário, o Iraque poderia buscar outros meios para extrair as concessões que buscava. (AHMAD, 1991; TRIPP, 2007)

## 3.2 MITOS NACIONAIS E ESTRATÉGIA MILITAR: A INVASÃO DO KUWAIT (1990)

Grande parte das análises sugere que a invasão iraquiana ao Kuwait foi um esforço pragmático voltado majoritariamente para a maximização de poder, aumento de suas reservas petrolíferas e expansionismo territorial. Ou seja, garantindo o acesso do Iraque ao mar, assumindo o controle dos ativos e recursos petrolíferos do Kuwait e estabelecendo o controle sobre o petróleo no litoral do Golfo Pérsico como um todo. Embora não negue a importância dessas abordagens e suas contribuições para a compreensão dos parâmetros materiais dentro dos quais a liderança iraquiana tomou a

[4]Para uma discussão mais completa a respeito do conceito, consultar "The OPEC Multiplier." *Foreign Policy*, no. 52, 1983, pp. 136–148.

decisão de invadir o Kuwait, há, também, um outro aspecto dessa decisão a ser considerado: o significado da decisão dentro de seu universo normativo iraquiano.

É amplamente aceito que, durante o período entre guerras e a subsequente invasão ao Kuwait, a formulação da estratégia iraquiana permaneceu firmemente nas mãos de Saddam Hussein e de um pequeno círculo interno de sua confiança, cujas perspectivas eram quase idênticas às dele. No entanto, em um sentido mais amplo, essas perspectivas e estratégias eram produtos do universo político do Iraque - um universo composto não apenas pelo líder, mas, também, pelos processos históricos e sociais da sua cultura política e do ambiente identitário no qual essas percepções ganhavam sentido transformando-se em estruturas, por sua vez, capazes de auto-reproduzir a lógica responsável pela manutenção do Estado.

No desenvolvimento político iraquiano, assim como em grande parte do mundo árabe, o impacto das dinâmicas estruturais internacionais na formação dos Estados modernos produziu, entre outras coisas, um descolamento entre a política árabe (o processo de articulação e agregação de interesses) e a cultura política da sociedade árabe (o processo de determinação e articulação de valores). Ou seja, em função do processo histórico de formação dos Estados árabes, criou-se uma lacuna entre a cultura política popular - representada como os valores políticos, normas e interesses manifestados em uma nação - e a cultura política pública, representada como os valores políticos, normas e interesses do Estado. Desta forma, nos Estados árabes contemporâneos cuja estrutura é produto da ingerência externa, o sistema político acaba refletindo apenas a cultura política pública e, essencialmente, marginalizando muitos aspectos da cultura política popular. (BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P., 1995; ISMAEL & ISMAEL, 1993)

Por isso, não raramente os atores políticos árabes buscaram legitimidade cultural para institucionalizar a política através dos símbolos da cultura árabe - história, religião, língua, costumes e tradições, ao mesmo tempo em que o Estado pautava-se, cada vez mais, nos instrumentos de controle social para impor sua autoridade à sociedade, criando antagonismos entre o discurso político e a *práxis* política. (ISMAEL & ISMAEL, 1993; TRIPP, 2019)

Desta forma, ao longo da administração da Saddam Hussein, como aconteceu em 1990-1991, foi a importância simbólica da guerra que, muitas vezes, se sobrepôs à estratégia concreta do conflito, gerando aparentes desconexões entre os cursos de ação e seus supostos efeitos pretendidos. Se examinarmos a invasão de Kuwait e as estratégias

subsequentes do Iraque para lidar com as consequências dessa invasão à luz desses temas, será possível compreender melhor as escolhas de alvos e estratégias do Iraque durante a crise. O nacionalismo árabe, por exemplo, tem sido historicamente uma característica central do compromisso ideológico expresso publicamente pelos sucessivos regimes iraquianos. Isso significa que para todos os regimes baathistas, incluindo o de Saddam Hussein, é a principal *raison d'être* pública, embora, como em todos esses casos, a interpretação das obrigações práticas derivadas do discurso recaia sobre o governante, sendo facilmente instrumentalizado. (AHMAD, 1991; TRIPP, 2002)

Contudo, a ideologia nacionalista árabe desempenha um papel fundamental ao passo em que interliga a estrutura (na organização social através do trabalho) à superestrutura (o Estado). Por isso, a política interna do Iraque e todas as elites governantes, desde a fundação do país, têm afirmado uma identidade nacionalista árabe. Através da utilização dessa retórica, as frações de classe que compõe o núcleo no poder, majoritariamente sunitas mas, representando apenas 24% da população iraquiana, foram capazes de integrarem-se à uma maioria dos árabes sunitas no mundo árabe como um todo, transformando-as, pelo menos em sua avaliação, de uma minoria não representativa em representantes da esmagadora maioria, legitimando sua posição internamente. Portanto, os mitos identitários, na medida em que sustentam a hegemonia de uma classe sob a outra, tornam-se fundamentais para a manutenção do Estado, ou seja, a união entre sociedade civil e sociedade política couraçada pela coerção e pelo monopólio do uso da força. (GRAMSCI, 1978b; TRIPP, 2007).

A crise do Kuwait demonstrou o grau em que a expressão do nacionalismo árabe enquadrava os fundamentos da política iraquiana, não apenas em um sentido instrumentalizado no qual foi muitas vezes utilizado, mas na construção da linguagem iraquiana, formando um nexo entre governo-sociedade sob o qual o governo central apoiou as justificativas da sua política.

O nacionalismo árabe, portanto, não foi simplesmente um tema escolhido por Saddam e a liderança iraquiana para confundir o resto do mundo árabe sobre as verdadeiras questões em jogo na invasão do Kuwait. Pelo contrário, foi por causa do nacionalismo árabe que a invasão do Kuwait fez sentido em certo universo moral. A elite à frente do Estado iraquiano, ainda que sua composição tenha se modificado substancialmente ao longo dos anos, carregava um senso de injustiça histórica fielmente transmitido de um regime para o outro, encontrando sua última expressão nos

pronunciamentos de Saddam Hussein. À medida em que a crise se desenrolava após a ocupação do Kuwait, *slogans* e exortações nacionalistas iraquianas foram utilizados com frequência crescente, com dois temas em particular vindo à tona. O primeiro, a identidade e a vontade nacional do Iraque e do líder iraquiano. O segundo, a reiteração de que a batalha verdadeira travava-se entre todos os iraquianos contra uma impressionante gama de inimigos estrangeiros, todos com a intenção de destruir o Iraque em função do desafio aberto que impunha sobre o imperialismo, o sionismo e outras formas de opressão e ingerência internacional. (TRIPP, 2019)

Falando a língua dos clãs e comunidades rurais que haviam tomado o poder em todo o Oriente Médio, desalojando elites antigas na onda de golpes e revoluções radicais dos anos 1950 e 1960, Saddam despertou progressivamente a simpatia do mundo árabe com a causa iraquiana.

Pesquisas de opinião realizadas na época com 284 participantes de diferentes países árabes e diferentes posições sociais, mostram que, antes do início da guerra, em 17 de janeiro de 1991, a maioria dos entrevistados - cerca de 86% - atribuiu a responsabilidade primária da crise a Saddam Hussein, citando sua invasão do Kuwait como o evento precipitante da crise. Além disso, 78% consideravam que a resolução da crise deveria basear-se em uma solução árabe e em sanções econômicas internacionais. Após a guerra, contudo, quase 64% dos entrevistados passaram a considerar que a guerra foi o resultado de uma conspiração criada externamente. Os resultados da guerra, particularmente a sobrevivência política e militar de Saddam Hussein e a crescente intransigência de Israel sobre os Territórios Ocupados foram as evidências mais utilizadas para sustentar o argumento. Em setembro de 1991, a perspectiva a respeito da conspiração externa como causa primária do conflito foi aprofundada, e 76% dos entrevistados assumiram esse ponto de vista. Os argumentos utilizados pelos entrevistados foram que os objetivos da guerra eram a destruição do Iraque como potência militar no Oriente Médio e como sociedade civil no mundo árabe; a invasão do Kuwait por Saddam Hussein foi apenas um pretexto para legitimar a destruição militar e a aniquilação da sociedade civil iraquiana, bem como impulsionar as vendas de armamento para a região - vista como uma estratégia para a desestabilização da sociedade civil árabe já utilizada anteriormente no Camboja, no Líbano e em Moçambique. (ISMAEL & ISMAEL, 1993)

Sem dúvida, os mitos da identidade coletiva foram importantes para Saddam durante a crise do Kuwait. Igualmente importantes para ele foram os mitos de sua

própria liderança, isto é, as versões da realidade, atual e potencial, que justificavam sua manutenção no poder. Saddam Hussein precisava manter a crença contínua em sua indispensabilidade nos círculos de poder patrimonialistas que o sustentavam na posição de liderança do Estado. (AHMAD, 1991; TRIPP, 2002)

O patrimonialismo, que sustentava uma grande estrutura de privilégios no Iraque, conquistou muitos cúmplices voluntários e recompensados por Saddam Hussein e seu estilo de governo. Estavam cientes do lado mais sombrio do regime, mas também confiantes de que saberiam gerenciar o funcionamento das redes e que poderiam, sem dúvida, justificar a sua participação em tal sistema referindo-se à sua "estabilidade" e "ordem". (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C. 2019)

Afinal, a experiência do Iraque com sistemas políticos alternativos era extremamente limitada enquanto o patrimonialismo parecia entregar os bens e gozava da respeitabilidade da tradição. O sistema patrimonial se encaixava perfeitamente nos padrões de poder comunal e privilégios presentes na sociedade e na história iraquianas. Saddam auxiliava o funcionamento dessa estrutura por meio de sua capacidade de dialogar com as preocupações coletivas, que sustentavam as múltiplas identidades desses círculos de iraquianos, demonstrando capacidade de manter os recursos e a credibilidade. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Defende-se, ainda, que a estratégia da liderança iraquiana baseava-se em um conjunto de prioridades que pouco tinha a ver com o objetivo óbvio da guerra, ou seja, a ocupação territorial de Kuwait. Como alternativa, pode-se argumentar que a invasão esteve muito mais ligada a necessidade da manutenção da estrutura iraquiana a partir da superestrutura baathista. Ou seja, um movimento para sublinhar a seriedade de seu propósito e obrigar o resto do mundo a fazer concessões substantivas ao Iraque para persuadi-lo a se retirar. Como o líder do Iraque estava seguindo um curso que tinha como objetivo final o aprimoramento de seu próprio poder e autoridade no Iraque, ele poderia mudar os objetivos materiais apropriados a essa busca para atender às demandas do momento. Em alguns aspectos, a maneira como ele lidava com o mundo era tão importante quanto os benefícios materiais que suas estratégias pretendiam obter. (TRIPP, 2019)

Alinhado a um poderoso tema da política iraquiana, por meio da retórica e da sutileza gestual, garantia a impressão de que os eventos estavam sob o seu comando, mesmo quando a iniciativa estava claramente terceirizada. O fato de que o Iraque recebeu diversas visitas diplomáticas de governos ao redor do mundo no período,

sustentava o *tableau vivant* contínuo das recepções de um político ocidental após o outro, bem como os curiosos filmes feitos de seus encontros com alguns dos reféns, que, sobretudo internamente, ilustravam seu poder e status como guardião do Iraque, bastião do mundo árabe e desafiador do Oeste. (MYLORIE, 2019)

Contudo, quando as potências da Coalizão decidiram lutar, os erros de cálculo e as vulnerabilidades militares iraquianas vieram à tona, fazendo com que o Iraque adotasse duas estratégias distintas, mas com um mesmo objetivo final: a criação de circunstâncias para uma retirada rápida e a sobrevivência da ordem política no Iraque.

## 3.3 A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO (1990-1991): INTERSECÇÕES ENTRE PODER POLÍTICO E TECNOLOGIA MILITAR

Em termos militares, talvez a característica mais importante da Segunda Guerra do Golfo tenha sido seu caráter decisivo e avassalador. A estratégia que levou a Coalizão à vitória - uma campanha aérea sistemática seguida por uma campanha terrestre baseada nas estratégias de envolvimento e manobra - embora anunciada de antemão, mostrou-se extremamente eficiente. Incapaz de oferecer uma resistência eficaz e optando pela divisão do seu aparato militar em duas frentes, uma no território kuwaitiano e outra em território nacional, suas forças terrestres, as linhas de suprimento iraquuianas estiveram à mostra e desprotegidas. Desta forma, foram facilmente desestabilizadas durante o avanço da Coalizão que, com o recuo da força aérea iraquiana, também dizimou a sua marinha em um show à parte. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

Politicamente, contudo, os incentivos e constrangimentos que contribuíram nos cálculos de tomada de decisão dos Estados envolvidos no conflito foram ainda mais decisivos para a forma como a guerra foi travada e seu desfecho. Tendo em mente que a ação externa de um Estado está intimamente associada à orientação da sua política nacional, defende-se que as estratégias de ambos os lados na guerra do Golfo foram orientadas por um alto grau de sensibilidade aos contextos políticos nos quais estavam inseridos. (FREEDMAN & KARSH, 2019)

A Segunda Guerra do Golfo também é frequentemente descrita como a primeira guerra verdadeiramente eletrônica. A visão de mísseis de cruzeiro e bombas inteligentes rondando para seus destinos com extrema precisão criou uma impressão generalizada e

amplamente mal concebida de uma combinação desigual de recursos entre uma potência detentora de alta tecnologia e um exército infeliz, mal equipado e atrasado do Terceiro Mundo. Embora a guerra claramente represente a vitória militar de uma sociedade tecnológica sobre uma de industrialização tardia, tal resultado não foi de forma alguma uma conclusão precipitada. O exército iraquiano provou estar muito aquém do poder formidável retratado entre os diplomatas ocidentais antes do início da guerra e era inferior às forças da Coalizão em aspectos tecnológicos cruciais. Contudo, o fato de ter sido incapaz de responder com uma contra-ofensiva a altura foi, principalmente, resultado de uma combinação de fatores tradicionais da guerra, como um fraco desempenho em combate junto com uma liderança político-militar incompetente e uma série de erro de cálculos em sua estratégia de guerra. (YESSON, 2019)

Ainda, a ineficiente e contraditória resposta da Força Aérea iraquiana em oferecer resistência aos ataques chama atenção para outros dois pontos: o primeiro, que a preocupação do governo iraquiano era, primordialmente, defender a manutenção do regime no poder. E, o segundo, que, mesmo com o grande fluxo de importação de armas convencionais e o aumento nos orçamentos de Defesa, o Iraque carecia de meios eficazes para adquirir inteligência tática, o que teve um grande impacto no desenvolvimento das hostilidades e na formulação da sua política externa no período. Assim, as transferências de armamentos têm menos impacto equalizador sobre o poder militar do que frequentemente se supõe. (CATRINA, 2019)

Sob esse ponto de vista, ainda, para todo o Estado, existe uma relação entre a percepção de poder militar e a construção de sua Política Externa, sendo essa uma conseqüência direta da visão de mundo mantida pela liderança estatal. Conseqüentemente, são as capacidades militares de um Estado, em um dado momento, que podem determinar os limites de uma Política Externa Assertiva. Muitas vezes, a percepção equivocada ou dos objetivos nacionais ou das capacidades militares reais, levam a conflitos desastrosos. Conforme Clausewitz (2003): “(...) se a guerra diz respeito à política, ela adota naturalmente o seu caráter.” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 871). (AL-MARASHI, I. & SALAMA, 2008; CLAUZEWITZ, C. 2003; DELVIN, 1991; KARSH, 1987; TRIPP, 1993)

Ademais, preservar a distinção entre tecnologia disponível e capacidade técnica operacional é essencial para explicar o curso do conflito militar. Do contrário, cria-se a percepção rasa de que as forças de um país são mais eficazes simplesmente porque possuem armamentos mais tecnológicos, igualando conceitos distintos e gerando um

raciocínio circular pouco explicativo. Sistemas tecnologicamente avançados são mais rápidos, mais precisos e possuem maior alcance. Contudo, esses critérios, isoladamente, não explicam de que forma a tecnologia afeta um dos fatores mais decisivos do conflito: a conduta política da guerra. Portanto, ao considerar o papel da tecnologia como um mecanismo causal no conflito militar, é importante entender a relação entre a tecnologia disponível e o seu uso como um fenômeno político. (YESSON, 2019)

Dito isso, o governo iraquiano, há muito, se preparava para a defesa do regime. Saddam manteve divisões-chave da Guarda Republicana na reserva em Bagdá e no coração dos centros árabes sunitas, não por questões que superficialmente demonstrariam um sectarismo, mas porque essas eram as áreas nas quais o regime obtinha seu apoio mais acrítico. Essas divisões foram preparadas psicológica e militarmente para responderam a qualquer demonstração de insatisfação ou oportunismo de forças na sociedade iraquiana que buscasse tirar vantagem dos reveses sofridos pelo governo. Assim, quando as rebeliões eclodiram no norte curdo e no sul predominantemente xiita, logo após a retirada do Kuwait, as divisões da Guarda Republicana estavam preparadas e longe de estar desmoralizadas. Na verdade, estavam combatendo exatamente os tipos de rebeliões para as quais essas unidades haviam sido criadas. (TRIPP, 2007; TRIPP, 2019)

Sendo o primeiro conflito regional após o fim da Guerra Fria, a crise do Golfo foi essencialmente diferente dos confrontos militares anteriores no Oriente Médio. Embora a rivalidade soviética-americana não fosse, em si, uma fonte de conflito regional, suas estratégias de negação de área de influência e a lógica da formação de suas relações bilaterais influenciavam diretamente a dinâmica entre os Estados da região. Apesar de ter sido o primeiro conflito no qual as superpotências estiveram lado a lado, as ações conjuntas ou paralelas da União Soviética e dos Estados Unidos no contexto da crise não significava que seus interesses fossem idênticos ou que tivessem oportunidades iguais de projetar e proteger seus interesses particulares. (HINNEBUSCH, 2003)

Incentivado pelo o que parecia ser o início de uma Nova Ordem Mundial, mas assombrado pela memória do conflito no Vietnã, o lado estadunidense, responsável por representar 90% do efetivo da Coalizão anti-Iraque, estava sob intensa pressão política doméstica para adotar uma estratégia que proporcionasse uma guerra curta e com o menor números de baixas norte-americanas possíveis. Ao passo em que, em meio aos desdobramentos da Unidade Alemã (1990) e as repercussões da formação da

Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a política externa de Gorbachev no conflito assumiu um considerável grau de ambigüidade, buscando conciliar as pressões internas e externas da União Soviética no período, sobretudo, no entorno imediato de Moscou.

Além disso, a Segunda Guerra do Golfo forneceu uma oportunidade única para o exercício da força militar em uma escala decisiva. As opções estratégicas disponíveis para a administração George H. W. Bush (1989-1993), por exemplo, eram bastante diferentes daquelas enfrentadas pela administração Johnson no Vietnã (1955-1975). Contudo, a afirmação de que a Segunda Guerra do Golfo representou uma ruptura com os antigos conceitos da doutrina norte-americana de *flexible response* (resposta gradual) deve ser examinada com cuidado. Isso porque, segundo essa visão, o fracasso no Vietnã poderia ser atribuído, em parte, à política de resposta gradativa. Ainda, muitas das críticas a estratégia norte-americana anterior argumentam que esses pequenos passos apenas forneciam ao oponente tempo para ajustar e desenvolver formas de contrapressão. (FREEDMAN & KARSH, 2019)

Garantindo um contingente militar que fosse capaz de enfrentar todas as eventualidades, embora Bush pudesse ter sentido que sua estratégia representava uma ruptura brusca com a adotada no Vietnã, a verdadeira diferença estava no contexto político e militar, que era significativamente mais simples no Golfo: a população kuwaitiana se opunha claramente à ocupação iraquiana e as posições da base militar da ocupação iraquiana assim como suas linhas de suprimento e centros de comando eram conhecidas de antemão, facilitando os desdobramentos norte-americanos no teatro de operações.

De antemão, poucos poderiam prever que a União Soviética de 1977, ou mesmo de 1987, agiria da maneira que a administração de Gorbachev agiu entre 1990 e 1991. Na política externa soviética desse período, a Guerra do Kuwait ocupa um lugar importante não em função de qualquer papel causal direto que possa ter tido na dissolução do bloco soviético, mas por uma questão de *timing*: ocorreu exatamente no período após o colapso da estrutura ao redor de Moscou, mas antes da desintegração de sua estrutura interna. Assim, mesmo que isto esteja aquém do escopo desta pesquisa, um exame do comportamento da política externa da URSS neste período revela, também, alguns indícios sobre porquê a União Soviética desintegrou-se no momento em que desintegrou-se e da maneira como o fez. (WOHLFORTH, 2019)

Em 1990, a liderança soviética enfrentou uma série de incentivos internacionais e domésticos que reforçavam o comportamento ambíguo da sua atuação externa, marcada pelo dualismo e a aparente contradição. Assim, Moscou buscou ser membro da Coalizão anti-Iraque e, ao mesmo tempo, exercer o papel de mediador entre a Coalizão e Bagdá. Na literatura especializada, a ambigüidade do período levou a avaliações contraditórias da política durante e após o conflito. Alguns relatos enfocam a cooperação com o Ocidente; outros em uma "inclinação para o Iraque"; e outros o caráter "dual" ou "conflituoso" da política, decorrentes principalmente da necessidade de Gorbachev de apaziguar seus oponentes domésticos. O que concluí-se é que a ambigüidade na política do Golfo de Gorbachev estava sobredeterminada, ou seja, poderosos incentivos domésticos e internacionais contribuíam para que a ambigüidade fosse mantida. (WOHLFORTH, 2019)

Isso porque a ambigüidade é um recurso político amplamente utilizado, tão importante para as figuras políticas quanto para os poetas. Não raramente, os estadistas constroem imagens distintas para públicos e situações distintas. Assim, a ambigüidade presente nas medidas do Novo Pensamento de Gorbachev, encabeçadas pela *perestroika* e *glasnost*, dificultou a evolução da oposição interna, obscurecendo objetivos e compensações, ao passo em que, no âmbito internacional, não comprometia os recursos soviéticos. Mais perto do nexo real de tomada de decisão, as simpatias também foram divididas entre aqueles que apoiavam um compromisso inequívoco com a Coalizão – aliada a uma posição “ocidentalizada”, conforme a defendida por Shevardnadze, - e aqueles que favoreciam uma aproximação com o Iraque, assumindo, portanto, uma posição “arabista”, como a centralizada na figura de Primavok. (ZVIAGELSKAIA, 2019)

Durante a primeira fase do conflito, por exemplo, praticamente todas as declarações soviéticas apontavam para a oposição à invasão do Kuwait pelo Iraque, expressando preocupação sobre o aumento militar liderado pelos EUA, como se este fosse uma ameaça à estabilidade regional. Contudo, uma vez que a Operação Tempestade no Deserto foi iniciada, os porta-vozes soviéticos alegaram que era uma punição merecida por Saddam, mas que talvez estivesse sendo perseguida de maneira muito violenta e indiscriminada. Tais declarações eram contraditórias, mas úteis como sinais para ambos os lados da disputa, e especialmente para os iraquianos.

Isso porque as demandas políticas nacionais sobre a administração Bush e Gorbachev sugeriram oportunidades para o Iraque. Utilizando uma retórica simbólica e

dissuasiva, a estratégia iraquiana guiava-se pelo pressuposto de que a guerra, efetivamente, não ocorreria. Contudo, caso a guerra ocorresse, o conflito deveria ser travado essencialmente através do *boots on the ground,* ameaçando os Estados Unidos com a possibilidade de "Segundo Vietnã" e, rapidamente, forçando a assinatura de um cessar-fogo. Assim, a estratégia do presidente Saddam Hussein pautava-se em duas premissas: a ameaça de um conflito com grandes baixas norte-americanas capaz de afetar negativamente a opinião pública estadunidense; e a busca pela dissolução da aliança entre os Estados árabes que compunham a Coalizão por meio da instrumentalização de valores e pautas árabes cujo teor ideológico encontrava simpatia em muitas parcelas das populações de seus países vizinhos. Por isso, a estratégia iraquiana apresentava uma dicotomia entre retórica e ação: o Iraque travou uma guerra defensiva no âmbito militar, mas essencialmente ofensiva no âmbito político. (TRIPP, 2019)

Tanto para os membros da Coalizão quanto para o regime iraquiano, as vertentes política e militar de suas estratégias não poderiam funcionar de forma independente. O sucesso de qualquer uma das campanhas dependeria do reforço mútuo das habilidades políticas nas esferas nacional e internacional. Desta forma, defende-se que, acima de tudo, a Coalização e, particularmente, os Estados Unidos, foram bem-sucedidos em suas campanhas porque, entre outros fatores, a força de sua ofensiva militar foi capaz de aliviar a pressão sobre suas fragilidades políticas em território nacional. (FREEDMAN & KARSH, 2019)

### 3.3.1 A reconfiguração do sistema árabe: rumo à Nova Ordem ou à instabilidade regional?

A crise do Golfo de 1990-1991 foi uma das crises internacionais mais significativas da época pós-1945. Compreendeu a mobilização de cerca de um milhão de homens armados, o envolvimento diplomático de grande parte da comunidade internacional e uma guerra que, apesar de seu caráter limitado, foi um caso significativo de conflito interestatal. De acordo com a visão de que a guerra é um catalisador da mudança, a Segunda Guerra do Golfo inevitavelmente ofereceu incentivos à reconfiguração regional do Oriente Médio e a reorganização do Sistema Internacional. (HALLIDAY, 2003)

Contudo, nem todo o processo de mudança leva a um cenário posterior de estabilidade. Ao final do conflito, aquilo que seria a nova ordem regional, demonstrou ser, na verdade, uma série de alianças de ocasião, incapazes, no longo prazo, de estalecerem um arranjo econômico-institucional capaz de previnir grande parte das instabilidades futuras. Desta forma, no caso do sistema regional do Oriente Médio, a invasão do Kuwait trouxe à tona duas tendências concomitantes e complementares: o fim do relacionamento entre os Estados da região pautado no arabismo e a consolidação da tendência da *raison d'état* como balizadora das interações na região. (KRÄMER, 2019)

Contudo, nenhuma das duas tendências emergiara como novidade. Ao invadir o Kuwait, o Iraque tentou de várias maneiras manter o conflito em um ambiente que mantivesse sua vantagem relativa, ou seja, no universo árabe. Primeiro, desafiou a autoridade de um sistema internacional de Estados fundado nos interesses das potências imperiais européias que já haviam partido, sendo a separação do Kuwait um resquício do mapa imperial britânico. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C., 2019)

Mesmo sendo capaz de associar a crise a questões importantes pan-árabes, como a busca por equidade e a solidariedade árabe e islâmica, paradoxalmente, o governo iraquiano demonstrou por meio de suas ações contra o Kuwait que nenhuma ordem normativa governava as relações entre os Estados árabes. Seu uso de poder militar para invadir um Estado árabe havia demonstrado claramente que a situação não poderia ser resolvida por uma "solução árabe". Havia se tornado, em vez disso, uma crise de proporções internacionais. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C., 2019; ISMAEL & ISMAEL, 1993)

Além disso, a crise do Kuwait criou uma situação em que a contenção de Saddam Hussein parecia ser mais importante para os membros árabes da Coalizão do que diferenças ideológicas e ambições regionais: a agressão do Iraque contra Kuwait era igualmente perigosa para todos os participantes árabes da Coalizão. A expansão territorial do Iraque e sua intenção proclamada de redistribuir a riqueza do petróleo igualmente entre os Estados árabes foram percebidas como uma ameaça direta pelos produtores de petróleo do Golfo. Essa percepção se intensificou a medida em que os *slogans* iraquianos provocaram uma resposta favorável nas ruas nos círculos dirigentes desses Estados. Ainda, no Egito e na Síria, a perspectiva de o Iraque poderia ter um papel decisivo nos assuntos árabes era especialmente desagradável. Suas oposições aos

movimentos de Saddam foram ditadas não apenas por contradições ideológicas com o regime iraquiano, mas principalmente pela *realpolitik*. (KRÄMER, 2019; TRIPP, 2007)

Dada a importância dos contextos domésticos, a guerra deixou claro, ou deveria ter deixado claro, que as condições socioeconômicas e políticas dentro de cada Estado, e não a questão das fronteiras, estão na raiz da violência e da instabilidade na área. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C., 2019)

Cada presidente dos Estados Unidos, de Harry S. Truman a Bill Clinton, tentou remodelar a organização política e econômica do Oriente Médio buscando assegurar os interesses norte-americanos na região, sobretudo, geopolíticos dada a importância da sua estratégia de contenção para o continente asiático. Uma vez que o presidente Roosevelt deu a garantia secreta ao Rei Ibn Saud de que os Estados Unidos defenderiam a Arábia Saudita no caso de um ataque externo, a iniciativa de Roosevelt foi perseguida, de uma forma ou de outra, por seus sucessores. Desde a política de contenção de Truman e de Eisenhower até as Doutrinas de Nixon e a estrutura de paridade estratégica de Reagan, embora tivessem resultado em medidas variadas de sucesso, nenhum esforço até a virada dos anos 1980 mostrou-se tão eficaz quanto o depreendido pela administração Bush nos anos 1990. Aproveitando o declínio simultâneo da União Soviética como uma superpotência, a administração Bush moveu-se rapidamente para capitalizar o sucesso da Operação Tempestade no Deserto, desenvolvendo um sistema de segurança no Golfo que seria discreto em sua disposição política e economicamente viável em sua implementação. Contudo, o sistema securitário não logrou êxito e, como demonstraria o século XXI, o cenário árabe passaria por uma fragmentação ainda maior. (DANSPECKGRUBER, W.; TRIPP, C., 2019)

Portanto, talvez o resultado mais importante da crise tenha sido o fracasso dos vencedores em criar um novo sistema de segurança econômica ou militar na região do Oriente Médio e, especialmente, no Golfo Pérsico. O Irã foi isolado e logo se tornou antagônico; os preços do petróleo caíram, alimentando o rancor popular; muitos dos regimes através de seus aliados ocidentais recorreram às políticas de segurança mais antigas e mais simples, nomeadamente, inundar a região com armamentos que ameaçavam desestabilizar o frágil equilíbrio. (HALLIDAY, 2005)

O sistema político árabe mostrou-se suficientemente viável por mais de quatro décadas, adaptando-se de forma autônoma às turbulências do sistema produzidas por instabilidades internacionais, regionais e internas. As guerras árabe-israelenses de 1948, 1956, 1967 e 1973; a guerra civil libanesa (1975-1990); invasão israelense ao Líbano

em 1982; a guerra de oito anos entre o Iraque e o Irã (1980-1988); a ocupação da Cisjordânia, Gaza e das Colinas de Golã por Israel desde 1967 e a ocupação do sul do Líbano desde 1982; e a *intifada* palestina, iniciada em 1987, refletem a capacidade de absorção de turbulências por meio de realinhamento entre os Estados e atores políticos regionais. Desta forma, o maior impacto da Segunda Guerra do Golfo foi a desestruturação parcial da dinâmica entre o discurso e a práxis na política regional; as agências de gestão de conflitos e cooperação que evoluíram no sistema político árabe acabaram esvaziadas de sua autoridade normativa. Corroborando essa perspectiva, pesquisas de opinião realizadas ao final da guerra apontavam, ainda, que 72% dos entrevistados citaram o aumento da militarização e a desestabilização regional como os legados mais expressivos da crise do Golfo, ao passo em que 42% dos entrevistados mostraram-se pessimistas quanto ao futuro regional para o século XXI. (ISMAEL & ISMAEL, 1993; TIBI, 1991)

Assim, o comportamento do Iraque durante e após a invasão é um lembrete útil de que o poder político se refere tanto à capacidade de manter o controle do universo simbólico que empresta credibilidade e autoridade à liderança quanto ao controle dos recursos materiais do poder econômico e coercitivo.

Quaisquer que fossem os cálculos envolvidos, a invasão não foi produto simplesmente da idiossincrasia temperamental de Saddam Hussein e chama a atenção para algo quase totalmente ignorado na discussão da guerra, a saber, o contexto político dentro do Iraque. De fato, grande parte da literatura especializada não leva em consideração, dentro das análises dos fenômenos de 1990 e 1991, o tipo de Estado que era o Iraque, quais eram suas estratégias políticas de longo prazo e, não menos importante, os aspectos históricos e ideológicos do seu corpo governante: os árabes do Partido Baath. A natureza do baathismo, com sua idéia dramática da nação árabe, seu culto à guerra como o fogo purgativo, sua glorificação do *sharaf* (honra), sua obsessão pelo homem forte, o rei ou *faris* a cavalo - responsável por entregar a nação aos árabes - e sua valorização explícita da *al-qiswa* (dureza) como uma ferramenta de controle do governo, nos diz muito sobre esta guerra e seu resultado. Deixar de discutir este aspecto seria comparável a negligenciar a ideologia do comunismo ao avaliar a política externa soviética. (HALLIDAY, 2003)

# 4. NOVAS ALIANÇAS, REGRAS ANTIGAS: A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

O fim da organização sistêmica bipolar e a derrota do Iraque em 1991, seguida pelo endurecimento das sanções econômicas impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, alteraram visivelmente o equilíbrio regional de poder no Oriente Médio. Na região, enquanto a ex-União Soviética progressivamente normalizava suas relações com oponentes anteriores, como Israel e Arábia Saudita, reduzia seu apoio a aliados tradicionais, entre eles, mais notavelmente, a Síria, o Iraque e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). No início dos anos 1990, falar em um "novo Oriente Médio" estava muito em voga. Com uma aparente Pax Americana reinando sobre a região após a Segunda Guerra do Golfo, e com Israel e seus vizinhos aparentemente aproximando-se de um acordo abrangente, parecia que a prosperidade guiada por interesses econômicos, e não rivalidades políticas, sustentariam o novo arranjo regional. A literatura especializada mais otimista, previu que Israel posicionaria-se no centro de uma zona econômica integrada que incluiria aliados norte-americanos tanto no leste árabe e quanto no Golfo Pérsico. Enquanto isso, a administração Clinton colocava em prática a política externa norte-americana de contenção dupla (*dual containment*) para a região do Golfo Pérsico, planejando uma "contenção de acordos" para garantir o isolamento político e econômico dos inimigos em potencial de Washington, o Irã e o Iraque. No Irã, os Estados Unidos esperavam que a política de contenção dupla neutralizasse a força da revolução islâmica, evitando a exportação da retórica revisionista. No Iraque baathista, por sua vez, a meta era ainda mais ambiciosa: a mudança de regime de dentro para fora, evitando o ônus de uma intervenção direta estadunidense no território iraquiano. (GAUSE III, 2010; KRÄMER, 2019; RAAD, 2001)

Contudo, a Nova Ordem Internacional, pautada na Paz Democrática e na propagação da estabilidade, pareceu desenvolver uma dinâmica contrária na região, como desmontrava a tendência das turbulentas rupturas da União Soviética e da desintegração iugosláva. Na verdade, se uma análise concreta do comportamento estadunidense na região fosse realizada - separada da ideologia e dos simbolismos que a periodização histórica tende a carregar consigo -, o período poderia ser melhor caracterizado como a “Era da Diplomacia Aérea” norte-americana. Iniciada durante o bombardeio dos Estados Unidos à Líbia em 1986, foi mais tarde implementada durante

a Segunda Guerra do Golfo e, em seguida, em intervalos regulares e prolongados contra o Iraque ao longo da década de 1990. O Sudão e o Afeganistão, ainda, sofreram ataques aéreos em agosto de 1998. Ademais, ataques aéreos foram usados, também, durante os conflitos na Bósnia e no Kosovo. Assim, ao invés de corroborar a propagação do modelo democrático-liberal de Estado e da interdependência econômica através da flexibilização das economias e expansão dos mercados, a derrota do Iraque, em 1991, contribuiu muito mais significativamente para a desorganização da dinâmica das relações inter-árabes, a ponto de cada uma das principais potências regionais, mais uma vez, voltarem-se atentamente para questões securitárias, de influência e de estabelecimento de hegemonia regional, desconsiderando possíveis arranjos na criação de um sistema securitário pautado na cooperação mútua. Durante o período, o alto grau de volatilidade das alianças estabelecidas, as tensões recorrentes e os diferentes graus de confronto regional foram tão desconcertantes, que muitos observadores presumiram que os cálculos de tomada de decisão dos Estados baseavam-se na irracionalidade dos regimes, rotulados como conservadores e atrasados, refletindo a incapacidade política dos líderes no poder cujas políticas nacionais e externas seriam um desdobramento puramente de suas personalidades de suas convicções pessoais. (DANSPECKGRUBER, 2019; KRÄMER, 2019)

Entretanto, as manobras políticas não foram irracionais na maioria dos casos. O problema central dessas percepções é que não reconhecem nem a influência dos processos históricos particulares de formação dos Estados e das sociedades nem a flexibilidade e adaptabilidade das elites governantes dos Estados do Grande Oriente Médio, demonstrada, em mais de uma oportunidade, na história moderna da região. Certamente, as mudanças promovidas têm sido lentas e graduais, mas os núcleos no poder têm sido capazes de desenvolver instituições estatais efetivas, administrar gargalos econômicos e introduzir o diálogo político conforme sua conveniência, reajustando progressivamente seus regimes sem ferir os interesses das elites, que, não raramente, se fundem à definição do interesse nacional. Neste sentido, sim, a década de 1990 serve como um prelúdio para o cenário do arranjo regional do Grande Oriente Médio do século XXI e destaca-se por um motivo em especial: a determinação das elites governantes em permanecer no poder, independentemente do custo enfrentado. (HALLIDAY, 2003; SCHLUMBERGER, 2007; TRIPP, 1996)

A última década do século XX, portanto, introduziu uma fase de transição instável e imprevisível, como demonstram os impasses que surgiram após a Guerra Fria

nas relações inter-estatais, bilaterais e multilaterais, e na gestão de crises internacionais através das Organizações Internacionais. Em muitos casos, os programas de liberalização, impostos pelas instituições financeiras internacionais, trouxeram mais benefícios às economias ocidentais avançadas do que aos países forçados a adotá-los. Ademais, as crises financeiras subsequentes, como a Crise Financeira Asiática de 1997, indicavam a existência de falhas do modelo liberal proposto. Entre os resultados da liberalização econômica estão a desestruturação completa de algumas economias, a ampliação do *gap* entre ricos e pobres, nacional e internacionalmente, e uma reformulação da dependência entre o centro e a periferia do Sistema Internacional. (OSTERHAMMEL, 2005; WALLERSTEIN, 1992)

Ainda, a assistência militar e humanitária ocidental, após a Guerra do Kuwait, em nome dos curdos no norte do Iraque (Operação Proporcionar Conforto I e II) demonstrou o surgimento de novas formas de intervenção que moldaram as expectativas internacionais em relação ao envolvimento de grandes potências externas e desafiaram os conceitos básicos dos Estados modernos, abriram uma série de precedentes para a ingerência internacional. No Grande Oriente Médio, as consequências diretas desses desdobramentos foram a busca pela sobrevivência, auto-afirmação e dominação das elites no governo na região consubstanciadas em militarização através do armamento intensivo; na verdade, o aumento do grau de militarização e o estreitamento dos canais políticos de participação, e não a paz duradoura e a democratização das instituições, foram algumas das características mais proeminentes dos primeiros desenvolvimentos da era pós-Kuwait na região do Oriente Médio. O amplo rearmamento certamente afetaria o equilíbrio militar regional, inevitavelmente atraindo o Irã, a Arábia Saudita e Israel para a nova corrida armamentista. (DANSPECKGRUBER, 2019; KRÄMER, 2019)

Regionalmente, portanto, a invasão de um Estado árabe a outro e as relações inter-estatais após a guerra expuseram mais uma vez os limites da regulamentação do conflito interárabe tanto dentro da estrutura da Liga Árabe quanto com base em esforços individuais de mediação e conciliação. O que se demonstrou foi que, embora a implementação do cessar-fogo e a supervisão internacional contínua possam, por certo tempo, impedir que um Estado adote políticas revisionistas em relação aos seus vizinhos, a situação instável dentro deste Estado mantém vivo seu senso de vulnerabilidade e insegurança coletiva.

Apesar dos enormes gastos militares, a retomada da Agenda securitária pelos Estados do Golfo Pérsico, em última instância, apoiou-se sobre a cooperação e as garantias de atores externos, sobretudo, dos Estados Unidos. Uma solução árabe para o que era essencialmente um problema árabe parecia estar surgindo na forma do Pacto SixPlus-Two (1991), uma aliança dos seis estados membros do CCG além do Egito e Síria, mas que fracassou devido à profundidade da desconfiança e ressentimento entre os países participantes: os Estados do Golfo Pérsico, com menores territórios ou pequenas populações, temiam a possibilidade de serem submetidos à contínua interferência e extorsão por parte do Egito e da Síria, significativamente mais fortes militarmente, mas que notoriamente precisavam de auxílio financeiro. (HINNEBUSCH, 2003)

Assim, o uso de sanções pelas Nações Unidas deve ser analisado tanto sob a perspectiva do novo cenário árabe quanto no contexto da organização sistêmica que surgiu após a desintegração da União Soviética e o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental. Isso porque a nova configuração política deste cenário foi uma condição *sine qua non* para que o Conselho de Segurança ganhasse capacidade prática de impor restrições a outros Estados. Ademais, a dinâmica das relações internacionais sob a Nova Ordem Mundial, de fato, não só permitiu a imposição de sanções, mas também moldou o caráter, o conteúdo e a aplicabilidade dessas sanções. Além disso, a experiência do mundo árabe com o mecanismo de sanções das Nações Unidas é importante sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar, uma quantidade significativa de casos em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aplicou sanções econômicas obrigatórias aos Estados ocorreu no mundo árabe - ainda que outros Estados tenham sido sujeitos a tais sanções como nos casos emblemáticos do Haiti e da Federação Iugoslava. Qualquer tentativa de avaliar a utilidade das sanções internacionalmente é, portanto, obrigada a dar atenção substancial à experiência árabe.

Em segundo lugar, a política e a economia do mundo árabe foram substancialmente afetadas pelas sanções ao longo da década de 1990. Independentemente de estarem sob sanções ou não, não seria exagero afirmarmos que todos os países árabes sentiram os seus efeitos, demonstrando o alto grau da coletivização das consequências das imposições, ainda que impostas individualmente. Ainda, é verdade que alguns dos efeitos dessa coletivização poderiam ser avaliados como positivos, especialmente, no curto prazo - tendo em vista que Estados vizinhos produtores de um mesmo produto final ganharam espaço de mercado com o desvio de

comércio causado pelas sanções; contudo, no longo prazo, o impacto geral foi amplamente negativo. As sanções podem ter sido idealizadas como uma forma de resposta a ameaças à estabilidade e ao funcionamento hierárquico da ordem do Sistema Internacional, mas, o que a prática indica é que, inegavelmente, alimentaram tensões políticas regionais, intensificaram divisões sociais intra-estatais e fomentaram distúrbios e disfunções econômicas em toda a região do Oriente Médio. Desta forma, uma compreensão da política e da economia do mundo árabe e, principalmente do Estado iraquiano - antes e depois da invasão de 2003 - requer, no mínimo, algum conhecimento da dinâmica posta em movimento pelos mecanismos das sanções. (ALNASRAWI, 1994; NIBLOCK, 2001)

Neste contexto, a capacidade de Saddam Hussein de manter seu regime e grande parte de seu círculo de governo intactos durante os anos que se seguiram à derrota de 1991 testemunhou a resiliência da estrutura que havia reformulado e desenvolvido, principalmente, desde 1979 dentro do Estado. Em certa medida - e principalmente quando analisarmos o fenômeno subsequente do neo-tribalismo na metade dos anos 1990 -, também foi uma comprovação de sua habilidade em reconhecer e interpretar a existência das fraturas e distinções presentes no tecido social iraquiano, sabendo, através destas, a quem favorecer e a quem excluir, e como e quando. O Iraque sob o regime de sanções (1990-2003) configura, sem dúvida, um período devastador na história moderna do Estado iraquiano, mas traz à tona, de forma ainda mais nítida, o caráter desse Estado a habilidade política do governo de Saddam Hussein, reinventado a sua própria imagem, mas lastreado às narrativas tradicionais e dominantes que compõem a estrutura social iraquiana. (TRIPP, 2007)

Assim, em meio a hostilidade internacional e regional, enfrentando os efeitos político e sociais do esgotamento das receitas do petróleo e a secessão virtual dos territórios curdos, bem como o visível esvaziamento do poder de retórica do Partido Baath e cisões dentro de sua própria família e clã, Saddam Hussein, no entanto, foi capaz de desenvolver formas de manter a estrutura principal que sustentava o Estado e, ao mesmo tempo, manter-se a frente dele. As formas pelas quais o Iraque Baathista foi capaz de manter sua integridade territorial e seu regime político inalterado, entre 1991 e 2003, são analisadas a seguir.

## 4.1 OS ESTADOS PÁRIAS E AS SANÇÕES ECONÔMICAS: MEIOS COLETIVOS PARA INTERESSES PRIVADOS?

Muito do debate inicial sobre a nova organização sistêmica pós-Guerra Fria esteve relacionado com a reação internacional à ocupação do Iraque, em 1991, e a imposição e manutenção das sanções econômicas aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no período que se seguiu até 2003. Grande parte do debate dedicou-se à crítica dos mecanismos utilizados pela organização internacional dada a expressiva ineficiência que apresentavam, mas há uma diferença significativa na maneira como as críticas ocidentais e não-ocidentais são expressas na literatura especializada.

A literatura dos centros tradicionais de poder tende a descrever os desenvolvimentos dos anos 1990, nos países de industrialização tardia, como um produto das forças globais cujos efeitos danosos podem ser identificados nas mais diversas sociedades: um aprofundamento do processo de globalização - desencadeado pelas características do modo de produção capitalista e sua fase financeira - que buscou diminuir as barreiras globais das trocas e investimentos -, resultando, na verdade, em uma série de problemas nos âmbitos nacionais e nas relações interestatais, como o crescente desemprego; a tendência da queda dos salários; disjunção social; flexibilização das relações de trabalho; e, consequentemente, o aumento da desigualdade sócio-econômica entre os eixos de poder mundiais. Além disso, criou um sistema internacional financeiro cada vez menos estável, responsável por crises financeiras recorrentes, sendo as duas últimas - com capacidade de escopo global - separadas apenas por três décadas. (MEASHEIMER, 2019)

Fora dos centros tradicionais de poder, por sua vez, a literatura especializada, apesar de não negar o papel da superestrutura - condicionada pelas características do modo de produção capitalista inerentemente expansivo - adiciona à crítica o protagonismo do domínio ocidental dentro da lógica dessas forças globais descritas, frequentemente, com impessoalidade excessiva. Desta forma, os centros tradicionais de poder, consubstanciados na imagem dos Estados Unidos, são vistos como a força orientadora deste movimento e os principais beneficiários dessa reafirmação da hegemonia Ocidental, corroborada através da aplicação de restrições impositivas, como sanções, a outros Estados que não estejam em consonância, ou demonstram-se capazes de desestabilizar a ordem sistêmica. Sob essa perspectiva, a imposição de sanções,

portanto, representaria um novo mecanismo de manutenção da dominância e da estrutura hierárquica do Sistema Internacional através de um discurso legitimador atualizado, impondo valores culturais e interesses de algumas sociedades, governos e corporações sobre o resto do mundo, e não um movimento em direção à harmonização dos diferentes povos unidos em uma grande "aldeia global". (WALLERSTEIN, 2007)

Ainda, o desaparecimento do chamado Terceiro Mundo não foi simplesmente uma função semântica da desintegração do Segundo Mundo, o bloco comunista, ou das mudanças no bem-estar econômico que levaram alguns antigos países em desenvolvimento a uma nova categorização - "Estados de Industrialização Tardia" ou "Países Emergentes". O liberalismo, a nova organização mundial das etapas discretas da produção nas cadeias produtivas e o alargamento dos interesses e da atuação da OTAN sobre o subterfúgio de programas de parceria para a paz, criaram novos padrões de identificação e alinhamento dentro e entre Estados diminuindo significativamente o poder de barganha da maioria destes no cenário internacional, incluindo o Iraque. (NIBLOCK, 2001; WALLERSTEIN, 1992)

Sob essa perspectiva, a resistência às sanções dos Estados-alvo, pode indicar, antes do desrespeito às normas internacionais, uma determinação de resistir à instrumentalização do Direito Internacional Público e das organizações internacionais para a promoção da ingerência externa permanente sobre assuntos nacionais sob o aval da transgressão normativa. Ainda, a capacidade dos Estados de resistir aos efeitos das resoluções de sanções da ONU, por meio da mobilização de simpatia e apoio internacional, fortalece substancialmente essa percepção e configura a dinâmica dicotômica, de apoio e oposição, presente nos mecanismos das sanções: o grau em que as potências ocidentais podem obter respaldo internacional para os regimes de sanções que aplicam por meio das nações unidas vis-à0-vis as possibilidades que os Estados sancionados têm de manter uma rejeição e postura intransigente sobre as demandas exigidas pelas Nações Unidas. (NIBLOCK, 2001)

Dito isso, não apenas o Estado iraquiano, como grande parte do mundo árabe foi particularmente afetado pela percepção de que as estruturas e resoluções da ONU seriam utilizadas seletivamente para fins ocidentais. A Resolução 687 do Conselho de Segurança, responsável por estabelecer a estrutura para o regime de sanções em vigor no Iraque desde 1991, reafirmava o apelo por um Oriente Médio livre de armas nucleares, embora esta questão nunca tenha sido abordada, direta e efetivamente, com a única potência nuclear do Oriente Médio: Israel. A rigidez demonstrada pelas principais

potências ocidentais em assegurar a implementação de resoluções restritivas contra o Iraque e a Líbia, por exemplo, foi contrastada com a recusa dos EUA em permitir que Israel estivesse verdadeiramente sujeito a críticas ou restrições tão significativas em quaisquer Resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança.

Assim, os Estados na vanguarda da preocupação ocidental foram descritos de várias maneiras nos círculos governamentais ocidentais. Na administração de Ronald Reagan, "Estado Pária" era o epíteto mais comum, passando para "Estados Desonestos" nos anos 1990 e, por fim, "Estado de Preocupação" a partir de meados dos anos 2000. De todos esses termos, "Estados Pária", provavelmente, reflete com maior precisão a maneira como os governos dos EUA os interpretam. Sob essa classificação, esses Estados desempenham um papel internacional que não apenas perturba os interesses dos estadunidenses, mas também contrariam às normas e valores da ordem internacional. Desta forma, os "Párias" precisariam, necessariamente, serem restringidos e contidos até que uma mudança política doméstica (*regime change*) removesse a liderança que inspirara o comportamento nocivo do Estado tornando-o, possivelmente, cooptável. (NIBLOCK, 2001)

Neste cenário, logo após a derrota do Iraque, havia um claro consenso no Conselho de Segurança de que o Iraque de Saddam Hussein deveria ser contido e impedido de lançar uma agressão semelhante no futuro. As sanções econômicas impostas ao Iraque em agosto de 1990, incluindo a proibição das vendas de petróleo iraquiano, seriam mantidas enquanto o Iraque não aceitasse, sem objeções, uma série de condições cujos objetivos eram politicamente orientados. A mais importante dessas condições era a desistência iraquiana da sua capacidade em armamentos químicos, biológicos e nucleares, além de mísseis convencionais com um alcance de maior do que 150 quilômetros. A Resolução 687, então, designava uma Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) para o desarmamento iraquiano auxiliada pela Agência Internacional de Energia Atômica, responsável pela inspeção nuclear. Ademais, a retirada das tropas da Coalizão do sul iraquiano esteve atrelada a outras condições que incluíam a aceitação de uma fronteira traçada pela ONU entre o Iraque e o Kuwait e a obrigação do Iraque de pagar indenizações a indivíduos, entidades e países prejudicados por sua ocupação do Kuwait em 1990. (GAUSE III, 2010; TRIPP, 2007)

Portanto, o regime de sanções passou a ser a peça central das negociações do Iraque com a comunidade internacional e os Estados Unidos na próxima década. Na verdade, quando a Resolução 687 foi aprovada pelo Conselho de Segurança, pensava-se

que o regime de Saddam Hussein não seria capaz de manter-se no poder por muito tempo. Assim, a manutenção e a imposição de novas sanções, ao longo da década, podem ser interpretadas como possuindo um papel no esforço para enfraquecer o regime e incentivar sua derrubada através de um golpe da oposição política interna. Contudo, a fragmentação da oposição dentro do Estado iraquiano, uma consequência da habilidade histórica de insulamento daqueles que demonstravam algum tipo de desgosto com o governo central, fez com que os meses de espera pela derrubada do regime transformassem-se em anos, expondo, progressivamente, uma hipocrisia escancarada da postura das administrações Bush pai, Clinton e Bush filho para com o Iraque baathista. (GAUSE III, 2010; KOSTINER, 2009)

Na década de 1970, conforme analisado previamente nesta pesquisa, as receitas petrolíferas transformaram o Iraque em um lugar relativamente próspero e com uma expressiva classe média. Já na década de 1990, não havia dúvida de que, entre outros motivos, as sanções causaram dezenas de milhares de mortes evitáveis no país. A classe média iraquiana foi dizimada, ou pela emigração daqueles com habilidades comercializáveis ou pelo empobrecimento progressivo daqueles que permaneceram. O exorbitante custo humano ajudou a mobilizar a oposição pública às sanções, mas não ao regime, particularmente no mundo árabe e, também, ao redor do mundo. À medida em que a década de 1990 avançava e a situação da população iraquiana deteriorava, contra todas as apostas, o regime de Saddam parecia cada vez mais seguro internamente. (BARAM, 1997; TRIPP, 2007)

Assim, tornou-se cada vez mais claro que, enquanto Saddam permanecesse no poder, os Estados Unidos, com poder de veto no Conselho de Segurança, não aprovariam o levantamento das sanções econômicas. No início dos anos 2000, o apoio internacional às sanções estava em franco declínio, em parte porque outros atores internacionais, especialmente a Rússia e a França, demonstravam um interesse crescente em fazer negócios com o Estado iraquiano - embora expressassem sua impaciência para que as sanções fossem levantadas em termos jurídicos e humanitários, e em parte pela escancarada destruição da população civil iraquiana, denunciada, não raramente, pelos próprios funcionários da ONU que visitavam o país em Comitivas designadas pela organização internacional.

## 4.2 A POLÍTICA EXTERNA DO IRAQUE SOB O REGIME DE SANÇÕES (1991-2003): CONTINUIDADES E INFLEXÕES ADAPTATIVAS

Aprovada em 6 de agosto de 1990 - apenas quatro dias após a invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque -, a Resolução 661 exigia que todos os Estados membros da ONU evitassem qualquer tipo de negociação, inclusive financeira, com o Iraque ou com o Kuwait ocupado. A Resolução 661 foi reforçada pela Resolução 665 do Conselho de Segurança, aprovada em 25 de agosto de 1990, autorizando a imposição de medidas que garantissem o embargo ao Iraque e ao Kuwait ocupado. A Resolução 666 do Conselho de Segurança, de 13 de setembro de 1990, tornou as medidas impostas ainda mais rígidas, estabelecendo as condições sob as quais medicamentos poderiam ser fornecidos ao Iraque e quais tipos de circunstâncias humanitárias justificariam o fornecimento de artigos alimentícios desde que não apresentassem nenhuma característica dual de aproveitamento para outros fins. Em 25 de setembro, 12 dias depois, outra lacuna em potencial foi fechada pela Resolução 670, garantindo que as sanções de importação de bens pelo Iraque fossem aplicadas a todos os meios de transporte e de entrada no país, incluindo aeronaves. Ainda, os Estados, sobretudo os que fazem fronteira com o território iraquiano, foram instruídos a negar permissão a qualquer aeronave para decolar de seu território caso a aeronave transportasse qualquer carga de ou para o Kuwait que não fossem artigos relacionados às questões humanitárias, alimentos ou suprimentos destinados estritamente para fins médico, pré-definidas pela organização. (UNSC, 1990; UNSC, 1990; UNSC, 1990; UNSC, 1990)

O fim do conflito, em 28 de fevereiro de 1991, trouxe mudanças para o regime de sanções, mas não o levantamento dos impeditivos lançados durante a guerra. Assim, a Resolução 687, de abril de 1991, foi responsável por criar a estrutura sob a qual o Iraque seria forçado a existir e operar até 2003, e, por isso, merece uma análise mais detalhada. As imposições presentes na Resolução 687 eram expressivas: além do controle sob a produção e venda de petróleo, sob a importação de bens de consumo e bens duráveis e sob a utilização de aeroportos, rodovias e portos, a Resolução ainda possuía exigências relacionadas a fronteiras territoriais, desarmamento completo, e reparações internacionais. (UNSC, 1991)

Assim, exigia que o Iraque e o Kuwait respeitassem a inviolabilidade da fronteira internacional acordada em 4 de outubro de 1963, criando uma zona desmilitarizada ao longo da fronteira, estendendo-se por dezesseis quilômetros no

território iraquiano e cinco quilômetros no território do Kuwait. No que diz respeito ao desarmamento, a resolução decidiu que o Iraque deveria aceitar incondicionalmente a destruição, remoção ou tornar inofensivo, sob supervisão internacional de (1) todas as armas químicas e biológicas e todos os estoques de agentes, subsistemas e componentes relacionados e todas as instalações de pesquisa, desenvolvimento, suporte e fabricação relacionadas a isso; e (2) todos os mísseis balísticos com um alcance superior a 150 quilômetros assim como peças principais relacionadas e instalações de reparo e produção militar. Ainda, a Resolução 687 considerou o Iraque responsável, de acordo com o Direito Internacional, por todas as perdas e danos - inclusive danos ambientais e esgotamento de recursos naturais - ou feridos não-iraquianos resultantes da invasão e ocupação do Kuwait. (UNSC, 1991)

Não houve redução substancial no impacto das sanções, portanto, decorrente da assinatura do cessar-fogo e da retirada das forças iraquianas do território kuwaitiano. Afinal de contas, permitir que o Iraque importasse alimentos, remédios e alguns artigos de perfil civil sem, em contrapartida, liberar o controle sobre suas receitas petrolíferas - principal fonte de renda do governo -, significava que não haveria a possibilidade real de adquirir receita suficiente para suprir a necessidade de um nível substancial de importações demandados pela população. Este foi o impasse imposto pelo regime de sanções, que vigorou até dezembro de 1996, quando o Iraque optou por aceitar o Programa Petróleo por Alimento das Nações Unidas.

Ainda, a reação do Iraque à Resolução 687, na época, merece atenção porque resume bem a postura de Política Externa iraquiana do período, comprometida com a exposição das contradições e da hipocrisia política das potências ocidentais e, sobretudo, dos governos norte-americanos. De acordo com Ahmed Hussein, Ministro das Relações Exteriores do Iraque na época, a Resolução incorporava uma contradição fundamental: começava com uma reafirmação sobre o *status* soberano do Iraque, mas, na prática, constituía um ataque sem precedentes à soberania do Iraque, tendo em vista que impunha ao Estado iraquiano o reconhecimento de limites fronteiriços impostos pelo Conselho de Segurança, e não um limite acordado por meio de negociações bilaterais entre os dois países diretamente interessados. Desta forma, violava, também, a Resolução 660, que havia convocado o Iraque e o Kuwait para resolverem suas diferenças por meio de negociações bilaterais. Ademais, expressou, ainda, que as medidas tomadas pelo Conselho de Segurança privavam o Iraque de "seu direito legítimo de adquirir armas para defesa nacional" descritas, na carta Ahmed, como

responsáveis por facilitar a intervenção militar estrangeira nos assuntos internos do país, ameaçando, desta forma, desestabilizar o Iraque e colocando em risco a paz, a segurança e a estabilidade da região como um todo. (NIBLOCK, 2001)

Sobre a questão da compensação, Ahmed Hussein apontou, ainda, que a Resolução 687 não reconhecia que o Iraque possuía reivindicações justificáveis de compensação próprias, relacionadas à destruição deliberada da sua infraestrutura, sobretudo civil, durante as campanhas da Coalizão em 1991: estações geradoras, redes de distribuição de água tratada, represas de irrigação, pontes, centrais telefônicas, fábricas de produção de leite em pó para bebês e medicamentos, abrigos, mesquitas, igrejas, centros comerciais, bairros residenciais, entre outros.

Mesmo assim, dois dias após a aprovação da Resolução 687, outra resolução foi aprovada, dizendo respeito às questões sociais internas no Iraque. Assim, a Resolução 688 de 5 de abril de 1991 destinava-se a questão da "repressão da população civil iraquiana em qualquer parte do Iraque, incluindo mais recentemente em áreas povoadas de curdos, cujas consequências ameaçam a paz e a segurança internacional na região", e exigia que as formas de repressão fossem suprimidas pelo governo central. (UNSC, 1991)

Apesar da Resolução 688 não contar com mecanismos de sanções - um indicativo que aponta para uma possível falta de compromisso real com a questão humanitária - Estados Unidos e a Grã-Bretanha usaram a Resolução 688 como base para a criação de duas zonas de exclusão aérea no Iraque: ao norte, uma zona cobrindo o território iraquiano acima do paralelo 36 foi estabelecida em junho de 1991; e, ao sul, cobrindo o território abaixo do paralelo 32, estabeleceu-se outra zona em agosto de 1991. O Iraque opôs-se veementemente às zonas de exclusão aérea, alegando que, acima de tudo, iam contra o Direito Internacional; e, além disso, eram medidas de natureza política antes de qualquer outra coisa. Da forma como foi percebida pelo governo iraquiano, o objetivo real da Resolução era interferir nos assuntos internos do Iraque utilizando-se do subterfúgio do "*safe haven*" para desmembrá-lo progressivamente utilizando-se de bases étnicas e religiosas. (AHMAD, 1991; NIBLOCK, 2001; TRIPP, 2007)

Durante o período da década de 1990, os objetivos perseguidos pela política iraquiana não são facilmente elencáveis, principalmente pela escassez de documentos oficiais. Contudo, a literatura especializada indica que a política iraquiana muito provavelmente esteve guiada por três objetivos principais e essencialmente conectados:

(i) a proteção do regime; (ii) a defesa da soberania do Iraque; e (iii) a busca pelo levantamento das sanções impostas às exportações petrolíferas e importações de bens do Iraque.

Ainda, sobre a postura propositalmente intransigente do governo Iraquiano direcionada às Nações Unidas durante, principalmente, a primeira metade da década de 1990, duas considerações parecem justificá-la, uma instrumental e outra simbólica. Instrumentalmente, Saddam Hussein calculava que a aceitação das medidas impostas ao Iraque poderia aliviar a situação sócio-econômica do país no curto prazo, mas, no longo prazo, tenderia a perpetuar o regime de sanções, uma vez que minaria as crescentes preocupações humanitárias sob as quais esperava que levassem à remoção das sanções; e, ainda, havia a preocupação dentro do núcleo de poder do regime de que o acordo por parte do Iraque fosse considerado como uma representação da aquiescência de seu governo às sanções punitivas impostas a ele, simbolicamente, tão perigoso para a autoridade da administração de Saddam Hussein quanto para a perda explícita e implícita de controle dos fundos do Estado. (TRIPP, 1991)

No entanto, em 1996, o governo iraquiano aceitou a Resolução 986 do Conselho de Segurança da ONU, que permitia a venda de petróleo no valor de US$ 2 bilhões a cada seis meses para importação de artigos de necessidade básica para a sua população, mas que, no geral, impunha condições aparentemente tão rigorosas quanto as que o Iraque havia rejeitado anteriormente. No entanto, houve algumas mudanças, em Bagdá, que parecem ter alterado a visão de Saddam Hussein sobre os méritos da aceitação de tais condições. Financeiramente, os cinco anos de sanções, sem uma perspectiva real de fim, pressionavam a economia iraquiana como um todo, mas, sobretudo, minavam permanentemente a capacidade do regime no poder de exercer sua função distributiva, impedindo-o, ao mesmo tempo, de fornecer recursos necessários para cimentar a adesão de parcelas da sociedade iraquiana que tinham expectativa de fazer parte da rede privilegiada clientelista na qual a estrutura governamental se pautava, representando, portanto, uma ameaça não somente ao Estado iraquiano, mas ao status das elites governantes. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

Ademais, fora os efeitos mais imediatos e aparentes das sanções, extensivamente discutidos na literatura especializada, as sanções tiveram, também, uma série de efeitos secundários, sendo um deles a compartimentalização da economia e do funcionamento do Estado. Dado que o planejamento dentro de um setor era frequentemente impossível, o planejamento entre os setores era quase invariavelmente impossível - com implicações

negativas para o enquadramento e implementação dos planos de distribuição dos quais dependiam as receitas do Programa de Petróleo por Alimentos. Dois anos após o início do Programa, ainda existiam impeditivos organizacionais que dificultavam a coordenação governamental para o estabelecimento de prioridades claras para o uso dos fundos disponíveis no âmbito do programa e alcançar uma implementação coerente do plano de distribuição. (NIBLOCK, 2001)

Portanto, aqui, residia, uma verdadeira ironia. Em um momento no qual que as potências ocidentais enfatizavam, em nível internacional, a ineficiência das formas de organização econômica que envolviam o controle e a supervisão do Estado, e os benefícios que poderiam ser obtidos através da flexibilização e da confiança dos ajustes do livre mercado, os procedimentos econômicos impostos ao Iraque representavam uma forma extrema de controle burocrático sistemático, e ainda, depositavam no Estado a responsabilidade de operacionalizar o funcionamento da economia iraquiana sob a estrutura da Resolução 986. Não deveria, então, emergir como uma surpresa o fato de que os controles embutidos na política de petróleo por alimento demonstraram a capacidade de inibir severamente o funcionamento eficiente da economia iraquiana e sua capacidade de atender às necessidades da sua população, mas as Nações Unidas não puderam conter a sua perplexidade.

Além das restrições impostas, o Iraque, na época, enfrentava uma inflação exorbitante que afetava diretamente a estrutura econômica iraquiana, pautada na importação, impactando diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. A queda no poder de compra do Dinar Iraquiano (DI) é indicada pela queda do valor da moeda em relação ao dólar americano em preços correntes no período analisado. Assim, a taxa de câmbio caiu de cerca de US $1 = 4 Dinares Iraquianos (DI) no início de 1990 para US $1 = DI $1.000 no início de 1996 e para US $1 = DI $1.850 no início de 2000. (ALNASRAWI, 1994; NIBLOCK, 2001)

Dito de outra forma, mesmo os funcionários mais bem pagos do setor público, portanto, não ganham nem a metade do que seria necessário para manter um núcleo familiar mediano. A sobrevivência da população, portanto, dependia de quatro fontes paralelas de renda: a compra de bens subsidiados por meio do sistema de racionamento atrelado ao governo; a venda de bens domésticos nas ruas das grandes cidades; a obtenção de renda em moeda forte, geralmente transferida por parentes residentes no exterior; e o uso da posição pública do indivíduo para obter algum tipo de recompensa,

por meio, por exemplo, da aceitação ou cobrança de subornos. (ALNASRAWI, 1994; GRAHAM-BROWN, 2003; NIBLOCK, 2010)

Pode-se argumentar, portanto, que os benefícios materiais esperados, não apenas para o pequeno círculo de governo, mas também para os círculos em expansão e para aqueles cujo apoio ou cumplicidade garantiam a reprodução do próprio sistema de governo, superaram a humilhação simbólica da perda de soberania. Estendendo o argumento, pode-se defender que o Iraque da década de 1990 passava por uma reconfiguração da sua identidade nacional baseada, sobretudo, na capacidade de adaptação que os desafios ofereciam a ele, muitas vezes fazendo com que as elites recorresem a um passado glorioso, como uma espécie de fuga do presente. Esses valores, portanto, estarão presentes nas formulações de política externa do período e influenciaram diretamente no processo de tomada de decisão iraquiano.

Em um nível simbólico, pode haver momentos na história do estado iraquiano em que as considerações envolvendo soberania e a humilhação de aceitar as limitações dessa soberania predominavam nas mentes dos tomadores de decisão, em parte em função da percepção de mundo aqueles que integravam a *Ahl al-Thiqa*, o círculo de confiança de Saddam Hussein. Sendo assim, também é possível argumentar que este simbolismo não necessariamente corresponde ao modelo ocidental de Estado soberano, e não é necessariamente a consideração mais importante em outros momentos. Além de, não raramente, o processo prático e objetivo de tomada de decisão estar muito mais ligado a questões materiais e não simbólicas, ainda estão associados a um repertório simbólico bastante diferente do ocidentalizado, envolvendo a imaginação e a lealdade daqueles que estão no centro do poder, moldados por ideias mais significativas de *status*, diferenciação social e os usos adequados do poder que surgem de uma história local, tanto ideacional quanto material. (BARAM, 2012; TRIPP, 1991; TRIPP, 2019)

## 4.3 ENTRE *SHAYKHS* E ALIADOS INTERNACIONAIS: A SOBREVIDA DO REGIME DE SADDAM HUSSEIN

A capacidade do regime de sustentar a mensagem baathista anterior, em grande parte responsável pela legitimação da estrutura política, pautada nas evidências de avanços sociais e econômicos, ou através da visão de que o Iraque desempenhava um papel de liderança e coordenação no mundo árabe, foi substancialmente prejudicada durante o período de imposição das sanções. Contudo, a força e a coerência dos

elementos centrais dessa estrutura demonstravam sinais de que ainda não haviam sido enfraquecidos a ponto de ruptura.

Muito se discute sobre os aspectos negativos produzidos pela imposição das sanções econômicas, seja pela ineficácia das medidas paliativas adotadas pelas Nações Unidas ao longo do período, seja pela intrusão excessiva e a produção de relatórios inconclusivos das Agências e Comitivas formadas pela ONU. Contudo, existe um aspecto ainda pouco explorado sobre os resultados paralelos, não antevistos e até mesmo anti-intuitivos, que a manutenção do regime de sanções teve sobre a estrutura do governo iraquiano. A pesquisa defende, portanto, que a excessiva ingerência internacional foi capaz de, involuntariamente, reforçar o controle que os elementos centrais do regime exerciam sobre a população iraquiana. Sob essa lógica, existem três dimensões explicativas, discutidas a seguir, capazes de ilustrar as dinâmicas que contribuíram para a manutenção do regime de Saddam Hussein até a invasão norte-americana no início do século XXI.

Primeiro, pode-se defender que as sanções alteraram o equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado, enfraquecendo a sociedade civil e enfatizando o poder do Estado e sua autonomia. Isso porque, na medida em que forjou um novo e poderoso instrumento de controle social, o sistema de racionamento de alimentos e medicamentos acabou reforçando a força do poder estatal. Além disso, se o sistema de racionamento foi realmente usado para privar potenciais oponentes do regime de suprimentos ou não, este não foi o fator crucial que o definiu. O conhecimento da população de que as autoridades detinham as informações e os meios práticos para reter os cartões de racionamento exercia papel suficiente no desistimulo a qualquer ação que pudesse comprometer o acesso aos alimentos. Desta forma, considerando que, no passado, foi o partido Baath e os serviços de inteligência que penetraram todas as partes da sociedade iraquiana, desde 1990, o principal instrumento de inserção passou a ser o sistema de racionamento do Estado. (BARAM, 1997; DAWISHA, 1999)

Em segundo lugar, destacando-se novamente o poder do simbolismo, as sanções progressivamente reforçaram, entre a população, uma percepção que o próprio governo iraquiano projetava há muito tempo: a de que as potências estrangeiras, ao optarem pela continuidade das sanções econômicas, demonstravam um compromisso apenas com seus próprios interesses em detrimento da população iraquiana. Existia uma forte percepção entre os iraquianos de que as sanções eram parte de uma campanha de longa data para enfraquecer e dividir a população iraquiana, impedindo que o Iraque

desempenhasse o seu papel legítimo e central na região. Essa percepção foi reforçada, ainda, pelo tratamento diferenciado que outros Estados recebiam. Conforme apontado anteriormente, as resoluções críticas a Israel eram aplicadas apenas na medida em que o governo israelense desejava cumpri-las, enquanto aquelas que diziam respeito ao Iraque eram implementadas em detalhes. Essas percepções foram ainda mais reforçadas pela maneira como as sanções afetavam todos os cidadãos iraquianos, estivessem vinculados diretamente ou não ao governo central. Desta forma, de forma não intencional, a manutenção das sanções aprofundam, em certo grau, a aceitação, por parte da população, de alguns dos princípios centrais da ideologia do regime.

Por último, a estrutura do regime acabou sendo reforçada pelo temor, de uma grande parcela da população iraquiana, de que uma mudança política abrupta pudesse levar a um conflito social intenso, talvez até ao desmembramento do país. Essa percepção era reforçada, ademais, pela existência das zonas de exclusão aérea dentro do território iraquiana, que indicavam uma cisão concreta do tecido social. Ainda, a construção desse ideário preocupava tanto os iraquianos quanto os governos de países vizinhos. Existia, portanto, uma crença generalizada - mesmo entre aqueles antipáticos ao regime - de que uma mudança de governo, naquelas condições, poderia suscitar um violento conflito civil. Muitos dos desdobramentos no Iraque pós-2003 apontam, inclusive, que a percepção estava longe de estar incorreta. Assim, a organização social optou pela construção de mecanismos mais lentos de busca por mudança de regime, o que, ao mesmo tempo, forneceu tempo hábil para que o núcleo no poder pudesse reorganizar sua posição e seu domínio. (GRAHAM-BROWN, 1999; NIBLOCK, 2010)

### 4.3.1 Dividir para Governar: a instrumentalização do neo-tribalismo

Inegavelmente, as mudanças socioeconômicas e políticas testemunhadas durante a década de 1990 alteraram fundamentalmente o caráter social do Iraque e, consequentemente, a organização do regime de Saddam Hussein. Portanto, é necessariamente contra um pano de fundo de pobreza extrema, renascimento religioso, fissuras geográficas e tribais e ostracismo internacional que o resgate às instituições tradicionais, feito pela administração de Saddam, deve ser examinado.

Durante grande parte do século XX, o Estado foi o maior empregador dos iraquianos e foi praticamente seu único provedor de serviços. Essa característica foi especialmente pronunciada na era pós-68, quando o Estado utilizou seus crescentes

recursos para mover-se, cada vez mais, em direção a um modelo organizacional que impedia o desenvolvimento de estruturas sociais autônomas, ou seja, independentes da abrangência do Estado. Isso tornou a sociedade iraquiana, em 1990, especialmente vulnerável aos efeitos de duas décadas de conflito e das sanções econômicas. Com extensos danos estruturais sofridos durante as duas guerras do Golfo e com as sanções paralisando a atividade econômica, o Estado iraquiano foi incapaz de fornecer serviços à população como havia feito antes de 1990. Assim, o Estado recuou significativamente na década de 1990, inclusive terceirizando várias funções até então monopolizadas. Desta forma, faz sentido dizermos que, ao adaptarem-se às novas circunstâncias, tanto o Estado quanto a sociedade passaram por um processo de mudança que era, em geral, interdependente. (BAYART, 2005; HADDAD, 2014)

Por isso, os fenômenos sociais mais importantes da década de 1990, que contribuíram para os desenvolvimentos da política interna e externa iraquianas, foram o neo-tribalismo, o resurgimento da religiosidade comunal e o retorno da identidade sectária. Pode-se argumentar que esses processos foram desencadeados na sociedade iraquiana pelos efeitos repentinos da guerra e das sanções, antes mesmo de tornarem-se uma política de Estado. No entanto, todas as tendências já apresentavam sinais de expansão anteriormente e, naturalmente, com sua incorporação à ideologia do Estado, tornaram-se mais visíveis, impositivos e profundamente enraizados na sociedade iraquiana. (BARAM, 1997, BAYART, 2005)

Historicamente, o tribalismo sempre esteve presente na composição social do Iraque. No entanto, o papel desempenhado pelas tribos iraquianas mudou ao longo do século XX, sendo especialmente ressignificado pelos últimos anos da administração de Saddam Hussein. Em 1958, o tribalismo era considerado um fenômeno regressivo (*raji'i*) pelas elites políticas da administração de Qasim; no entanto, a verdade é que o Iraque republicano precisou reinventar continuamente o lugar das tribos dentro da estrutura do Estado-nação iraquiano e, apesar da retórica comprometida com as instituições modernas, nunca tentou seriamente erradicar o tribalismo iraquiano. Outros regimes antes de Saddam Hussein utilizaram-se deste recurso para garantia de apoio e estabilidade. Essa prática aprofundou-se sob o regime de Saddam Hussein, atingindo seu auge na década de 1990. (BARAM, 1997; HADDAD, 2014)

Ideologicamente, o Baath, com seus valores modernos e laicizados, deveria opor-se ao tribalismo como uma força reacionária; de fato, a primeira declaração baathista, após tomarem o poder em 1968, expressava rejeição ao tribalismo, entendido

como um resquício do colonialismo britânico. Ademais, antes da década de 1980, o regime, pelo menos publicamente, considerava o tribalismo um obstáculo ideológico à visão do Baath para a reforma social iraquiana que propunha e como sendo antitético ao pan-arabismo. Esse posicionamento pode ser entendido como um reflexo das raízes ideológicas do baathismo e da composição amplamente urbana do Partido antes do início dos anos 1970. No entanto, conforme a pesquisa vem demonstrando, as afirmações ideológicas do discurso do Iraque Baathista não restringiram a sua prática política. Inclusive, seu discurso político público foi constantemente moldado de acordo com as circunstâncias.

A título de ilustração, atacar o tribalismo como um componente social regressivo coincidia com o Decreto de 1976, que proibia o uso de títulos tribais. No entanto, enquanto a retórica e a política do Estado eram ostensivamente voltadas para a redução da relevância e influência tribal, um número significativo de organizações tribais participavam dos canais representativos e institucionais do governo. Isso devia-se ao fato de que os escalões mais altos do Partido Baath pós-1968 possuíam origem tribal e contavam com redes tribais, de parentesco e de solidariedade na política e, além disso, ocupavam áreas sensíveis do Estado, como os serviços de segurança ligados diretamente ao governo. Essa característica, portanto, tornava-se cada vez mais evidente após a consolidação do poder pela ala *Tikriti* do Partido Baath e, principalmente, após os expurgos de 1979. Refletindo essa lógica, Hanna Batatu (1978) comentou que o seu papel continuava a ser tão crítico que não seria ir longe demais dizer que os *tikritis* governam o Iraque por meio do Partido Baath, em vez do Partido Baath por meio dos *tikritis*. (HADDAD, 2014)

Mesmo assim, ao aplicar suas políticas tribais a partir de 1990, Saddam Hussein alterou os princípios ideológicos mais centrais do Partido Baath. Na verdade, a política tribal de Saddam Hussein começou logo depois que o partido chegou ao poder em julho de 1968, mas passou por um salto qualitativo no final dos anos 1980 e, novamente, no início dos 1990. Primeiro, ao invés de eliminar o poder sociopolítico das figuras dos *shaykhs*, conforme ditado pela doutrina do partido, ele buscou manipular o papel dos *shaykhs* e suas redes tribais e, por meio de um processo de socialização (ou de "baathização"), transformá-los em ferramentas a serviço do regime. Desta forma, transformou os *shaykhs*, figuras tribais centrais, em parceiros legítimos para a divisão do poder e administração interna do país. Ainda, buscando garantir um grau de confiabilidade ainda maior para a segurança do seu regime, Saddam colocou em prática

um processo de tribalização da Guarda Pretoriana do regime, trabalhando para despertar afinidades tribais há muito suprimidas. Além disso, o movimento incluiu costumes tribais, reais ou imaginativos, no sistema jurídico do Estado iraquiano. Desta forma, o nepotismo, há muito praticado, foi abertamente legitimado como um princípio orientador da seleção dos líderes do partido e do Estado e, ademais, a concepção da honra tribal tornou-se um princípio orientador legítimo por trás das decisões de Política Externa. (BARAM, 1997)

Assim, revertendo drasticamente a tendência, a economia iraquiana sofreu com a inflação, o esgotamento das reservas estrangeiras e uma dependência crescente do crédito externo e da dívida de longo prazo no início da década de 1990. Desta forma, o ponto mais crucial da sua organização política neste período é que, o Estado, buscando manter o regime no poder, precisou priorizar laços de lealdade, e não simplesmente a possibilidade de expansão das redes clientelistas através da cooptação, ao distribuir os rendimentos de um reduzido bolo nacional.

Ademais, um ponto importante a se fazer aqui é a obliteração do que havia sido uma classe média em crescimento constante. Em outras palavras, o súbito empobrecimento da classe média não só levou a uma mudança em seu *status* econômico, mas também a removeu socialmente da emigração. Em meados da década de 1990, um grupo social muito menor tomaria seu lugar, conquistando o status por meio da aquisição de novas riquezas advindas ou do contrabando ou de outros laços econômicos com o regime. (BARAM, 1997; TRIPP, 2007)

Assim, o neo-tribalismo pode ser resumido em três razões principais: em primeiro lugar, em 1991, o Estado tinha uma política de recrutamento tribal em muitos setores-chave, especialmente nos serviços de segurança atrelados diretamente ao regime; além disso, as redes tribais há muito dominavam as estruturas estatais e partidárias. Em segundo lugar, o enfraquecimento da retórica baathista indicou a necessidade de desenvolvimento de uma nova forma de manter o controle social, sendo o tribalismo o véu ideológico adotado. Assim, a identidade tribal oferecia ao regime uma estrutura social orgânica que, esperava-se, poderia ser utilizada como uma forma de garantir a coesão nacional, dando proeminência ao tribalismo nas narrativas da identidade iraquiana. Por fim, durante o regime de sanções, os recursos reduzidos do Estado o impediram de manter uma presença significativa no espaço rural e nas periferias do país; portanto, a autoridade do Estado iraquiano, nestes espaços, foi reformulada e garantida pelas linhas tribais. Desta forma, as tribos - em uma espécie de

poder paralelo regulamentado - passaram a ser vistas como agentes a serviço do governo, com braços suficientemente largos e com capacidade de controle em locais nos quais o Estado parecia progressivamente menos capaz de atingir. Ademais, o setor agrícola iraquiano adquiriu nova proeminência econômica na década de 1990, impulsionando, assim, o nascimento de uma "burguesia rural". Nesse sentido, a figura do *shaikh* passou a ser o ponto de contato entre o Estado e a área rural de maneira semelhante à adotada durante o mandato britânico. Saddam, por sua vez, reforçava continuamente a importância do componente tribal no nível *meso* da política iraquiana, buscando ressignificar a imagem do Partido Baath como "a tribo que abrangia todas as tribos". (BARAM, 1997, DODGE, 2003; TRIP, 2007)

Com a construção das capacidades e recursos do Estado reduzida por sanções, as redes tribais ofereceram uma alternativa prática para o partido e para Saddam Hussein. Além disso, a tribo pode cumprir serviços que, de outra forma, teriam de ser atendidos por um Estado em exaustão. Assim, formou-se a estrutura neo-tribalista do Iraque sob o regime de sanções. A estrutura, em última análise, era composta por uma série de redes tribais ligadas, e essencialmente submetidas, ao centro indiscutível do poder no Estado, o Partido Baath. Ao longo da década de 1990 e até a queda do regime em 2003, as demonstrações tribais de lealdade dirigidas ao Baath eram uma característica da propaganda estatal que ofuscava a proeminência anteriormente dada às demonstrações públicas de lealdade por sindicatos, trabalhadores, estudantes e outras instituições modernas. Contudo, pode-se inferir que, apesar do fator tradicional das instituições tribais, a estrutura responsável por assegurar o governo não abandonou sua forma institucional moderna. (BARAM, 1997; BAYART, 2005)

Sobre o ressurgimento do islã, ainda, vale atentar para o fato de que, apesar de secular, seria enganoso retratar o Partido Baath como sendo contrário a religiosidade. Embora o nacionalismo árabe secular fosse a plataforma central de sua visão de mundo, o Baath não poderia ser caracterizado como uma instituição secundária iconoclastas simplesmente pelo fato de que a história islâmica era central para o nacionalismo árabe e inevitavelmente fazia parte da narrativa da construção histórica do Estado-nação iraquiano. Desta forma, talvez fosse mais preciso descrever a postura do Baath em relação à identidade islâmica, antes da década de 1990, como uma tentativa de incorporá-la como um componente secundário da identidade iraquiana, que buscava colocar o nacionalismo árabe, baathista e secular, acima de qualquer outra coisa.

Contudo, a partir de 1990, o esvaziamento das instituições secundárias foi acompanhado por um resgate progressivo dos valores tradicionais e da religiosidade. Por isso, a Campanha da Fé (*al-hamla al-imaniya*), de 1994, que, em um primeiro momento, pareceria um movimento errático da política nacional iraquiana, na verdade, demonstra um esforço crescente de unir instituições modernas às instituições tradicionais, em uma relação tanto de impasse quanto colaborativa. (HADDAD, 2014)

Desta forma, o recuo do nacionalismo será acompanhado pela expansão de noções identitárias abstratas, desprovidas das manifestações tangíveis que costumeiramente eram fornecidas pelo Estado. Contudo, a tribo ou religião (em uma sociedade multi-religiosa) não poderiam atuar, por muito tempo, como substitutos para o nacionalismo patrocinado pelo Estado porque, por definição, as categorias são excludentes: quanto mais expressiva a filiação subnacional maior o descolamento com os preceitos identitários do Estado-nação. Esse ponto será fundamental para qualquer analista que proponha-se à investigar a realidade social iraquiana, bem como as dificuldades que cercam o processo de reestruturação do Estado, a partir de 2003. No início dos anos 2000, o Estado havia, de fato, se retirado da gestão detalhada do país, exceto em algumas áreas vitais necessárias para a sobrevivência imediata do regime. (ALLAWI, 2007; HADDAD, 2014)

### 4.3.2 Contratos Futuros para Sobreviver ao Presente: petróleo e espaço de manobra

Apesar das sanções internacionais mais onerosas da história moderna, o regime de Saddam não apenas sobreviveu, mas utilizou habilmente as amarras internacionais em seu próprio benefício político. Isso porque, ainda que a maior parte de seu comércio fosse monitorada cuidadosamente e a maior parte de suas receitas fosse para uma conta caucionada sobre a qual não detinha controle, o Iraque tornou-se, de forma gradual, financeiramente relevante tanto para uma série de países no Oriente Médio como em outros lugares. Ainda que nenhum desses países tenha efetivamente colocado em risco o seu relacionamento com os Estados Unidos durante esse processo, Bagdá conquistou uma forma de influenciar a política internacional em seu próprio benefício, aumentando suas perspectivas de que o regime somente sobreviveria como, muito possivelmente, as

sanções poderiam, em um futuro próximo, serem levantadas em termos semelhantes aos exigidos por Bagdá anteriormente.

Assim, ironicamente, no início dos anos 2000, não era Israel, mas o Iraque, quem emergia como um centro comercial regional, utilizando as relações econômicas e contratuais para normalizar suas relações políticas com antigos concorrentes, inimigos e aliados anteriores. Aproveitando as oportunidades oferecidas pelo Programa Petróleo por Alimentos da ONU - embora continuasse, no nível do discurso, destacando sua oposição ao conjunto de princípios sob os quais o programa pautava-se - Bagdá contribuiu para o fracasso da política externa estadunidense de contenção dupla ao passo em que tornara-se, novamente, um fator a ser considerado nas decisões econômicas e diplomáticas do Oriente Médio. Assim, os laços econômicos cada vez mais profundos do Iraque com seus vizinhos desincentivaram consideravelmente os Estados árabes na colaboração de esforços tanto com as Nações Unidas quanto com os EUA para a queda do regime de Saddam Hussein sem que uma intervenção militar direta fosse necessária. (GAUSE III, 2010; RAAD, 2001)

A capacidade do Iraque de voltar a influenciar as Agendas Externas de atores internacionais relevantes foi demonstrada claramente no debate sobre a introdução de "sanções inteligentes", em 2001, propostas pelo governo britânico e apoiadas pela administração de George W. Bush, por meio do Conselho de Segurança da ONU. Diversos cálculos estratégicos estavam envolvidos na ameaça de Moscou de vetar as propostas britânicas apoiadas pelos EUA, muitas delas não relacionadas ao Iraque. É verdade que nenhum país efetivamente arriscaria seu relacionamento de longo prazo com uma potência militar simplesmente com base na promessa de contratos que podiam não virem a se concretizarem e dívidas que, não surpreendentemente, poderiam nunca serem pagas. No entanto, como o Ministro das Relações Exteriores da Rússia na época, Igor Ivanov, comentou abertamente em uma carta endereçada ao governo George W. Bush na época, cálculos comerciais estavam envolvidos no processo de tomada de decisão russo. (RAAD, 2001)

As “Sanções inteligentes” não era um plano para suspender as sanções tradicionais, mas, sim, uma proposta para modificá-las em um esforço que visava reconquistar o apoio internacional e regional para a contenção de Saddam Hussein e destituição de seu regime. A proposta de Powell teria aberto o comércio de bens civis, mas a ONU ainda controlaria as finanças do Iraque, já que os pagamentos do petróleo ainda seriam feitos na conta caucionada da ONU. Sua proposta também pedia que

inspetores internacionais fossem posicionados nos países que dividiam fronteiras com o Iraque, para que se fizesse cumprir a proibição de importações de uso duplo. A resposta internacional à proposta de Powell não logrou entusiasmo. A Rússia se opôs enquanto a França portava-se atônita. Os Estados vizinhos do Iraque, por sua vez, relutaram em hospedar um novo regime internacional de inspeções em seus portos e aeroportos. Nem a Jordânia nem a Síria assinaram o compromisso, e, além disso, a Síria continuou a importar petróleo iraquiano, violando as sanções existentes impostas pelas Nações Unidas. A Turquia, um aliado ocidental tradicional, também expressou reservas. Portanto, a proposta de sanções inteligentes morreu no verão de 2001. (GAUSE III, 2010)

Assim, o cenário geral demonstrava que a Política Externa de Moscou, no que tangia o Estado iraquiano e a região do Oriente Médio no período, não representava um ponto fora da curva, mas uma tendência geral. Ao opor-se às sanções inteligentes, a Jordânia, a Turquia e a Síria apontaram os danos que suas economias poderiam enfrentar caso Bagdá cumprisse sua ameaça e respondesse a uma nova resolução suspendendo o comércio entre eles. As propostas da ONU destinadas a acalmar esses temores - compensando os estados da "linha de frente" pela perda de comércio - apenas reforçaram a impressão da crescente importância comercial do Iraque na região. (NIBLOCK, 2001)

Ainda, a reação da Jordânia, da Turquia e da Síria às sanções inteligentes pareciam justificar os cálculos políticos dos funcionários e tecnocratas iraquianos que argumentavam, em meados da década de 1990, que o governo iraquiano poderia quebrar gradualmente o embargo e, por fim, desmantelá-lo aceitando o acordo do Petróleo por Alimento. Em retrospecto, tudo parece muito mais claro e mais lógico. Por isso, é essencial levar em consideração o timing dos eventos enquanto acontecem e os condicionantes que os cercam e determinam os cálculos e percepções políticas daqueles envolvidos. Em meio a deserção de Hussein Kamil em agosto de 1995 a crise fiscal no final daquele ano, convenceu o regime iraquiano a aceitar a oferta da ONU em princípio. mesmo assim, levou quase um ano de negociações difíceis entre o Iraque e a ONU para acertar os detalhes do novo sistema. (TRIPP, 2007)

Os defensores das sanções afirmam que Bagdá armazena deliberadamente suprimentos de ajuda humanitária para aumentar o sofrimento dos civis iraquianos e aumentar a pressão internacional para acabar com as sanções. seja qual for a verdade dessas alegações, é duvidoso, na melhor das hipóteses, concluir - como o Departamento

de Estado dos Estados Unidos faz - que o regime é o único responsável pelo sofrimento civil sob sanções. Diversos funcionários da ONU no terreno disseram que atrasos na entrega de mercadorias ao Iraque e retenções nos contratos de importação contribuíam significativamente para as interrupções no fornecimento. À parte esse debate, é verdade que, desde que finalmente concordou com o petróleo por comida, Bagdá explorou habilmente o programa para promover seus objetivos políticos.

Os esforços de Política Externa do regime eram ainda mais evidentes em suas políticas de comércio. No lado das exportações, o Iraque, de tempos em tempos, aplicava uma política de oscilação de preços intencional, realizando cortes e reduções repentinas no fornecimento de petróleo com a intenção de influenciar a tomada de decisões dos Estados-membros do Conselho de Segurança da ONU ao seu favor. Ainda, registros demonstram que o regime também recorreu a interrupções parciais das vendas de petróleo como um instrumento de Política Externa, depositando a confiança de que a influência sobre os mercados internacionais e a necessidade dos países importadores de estabilizar o preço da *commodity* surtiria efeitos ao seu favor. Desta forma, no início de 2000, o Iraque reduziu as exportações como forma de protesto pelo atraso na entrega de peças sobressalentes para o setor petrolífero, alegando que os níveis anteriores de cerca de 2.2 milhões de barris por dia não poderiam ser mantidos sem danificar permanentemente seus campos. O fornecimento de mercadorias foi subsequentemente acelerado com a introdução de um novo procedimento da ONU, e as exportações iraquianas voltaram aos níveis anteriores. Assim, os desdobramentos dos movimentos produtivos eram essencialmente políticos e possuíam um objetivo em comum: utilizar o comportamento da flutuação de preços do petróleo ou a incerteza de seu fornecimento para influenciar a tomada de decisões da ONU e, em algum momento, conquistar a retirada do regime de sanções sob o Estado iraquiano. (ALNASRAWI, 1994; RAAD, 2001)

Além de manipular suas exportações, a Política Externa Iraquiana baseava-se nas concessões de contratos futuros de venda de petróleo, fornecendo um número cada vez mais expressivo de contratos a empresas cujos governos buscam políticas favoráveis a Bagdá, dentre elas, grandes empresas russas, francesas e chinesas. O grau de alto risco das concessões era acompanhado por grandes possibilidades de lucratividade, além de oferecerem a supressão de intermediários desnecessários à transação entre contratantes e excluírem Estados concorrentes no mercado internacional

do processo. Desta forma, as concessões contratuais passaram a ser uma preocupação latente para todos os Estados não-inclusos.

Ainda, Bagdá instrumentalizou sua política de importação de maneira muito semelhante aos contratos de petróleo, mas sem dúvida com maior sucesso devido à possibilidade de influência de longo prazo. Ao selecionar seletivamente as compras oficiais no âmbito do programa Petróleo por Alimentos e seus esforços de contrabando de bens com outros Estados da região, o governo iraquiano restabeleceu relações comerciais importantes que o serviram politicamente. Os números revelam que a maior parte dos contratos de importação nos últimos quatro anos do regime de sanções no Iraque foram para empresas francesas, russas e chinesas, cujos governos têm sido os mais simpáticos entre os membros do Conselho de Segurança à causa de Bagdá. Ainda, esse mesmo conjunto de países respondiam por US$ 5,48 bilhões dos US$ 18,29 bilhões de contratos de importação aprovados pela ONU desde 1997. (ALNASRAWI, 1994; RAAD, 2001)

Sob essa mesma perspectiva, mais interessante ainda foi a estratégia de Bagdá de usar contratos de importação de bens para restabelecer suas relações com os Estados regionais. De acordo com os números da ONU, o comércio com quatro estados, em particular, aumentou significativamente nos primeiros anos do século XXI: Turquia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Egito. Parte desse aumento é responsável pela decisão da ONU de suspender os limites financeiros às exportações de petróleo do Iraque em 1999, bem como a expansão gradual da gama de produtos que a ONU classificou como "humanitária" - dois movimentos que ajudaram o comércio do Iraque, impulsionando sua estratégia política nesse sentido. No entanto, o padrão de comércio também reflete uma estratégia clara do Iraque: em 2000, as empresas dos Estados na região do Oriente Médio responderam por quase 30% de todos os contratos aprovados, em comparação com pouco mais de 20% em 1997, o primeiro ano após a implementação do Programa Petróleo por Alimentos. (ALNASRAWI, 1994; RAAD, 2001; TRIPP, 2007)

À medida que o volume do comércio com o Iraque crescia, os Estados da região demonstravam uma intenção cada vez maior de cultivar uma boa relação com o regime de Saddam Hussein. Desta forma, em 2001, este era mais um fator que reforçava a pressão pela normalização das relações com o governo de Saddam Hussein e o estreitamento das relações econômicas bilaterais.

Desta forma, o cálculo da Política Externa iraquiana pode ser classificado como essencialmente pragmático. Por mais que o regime de Saddam não gostasse do Programa de Petróleo por Alimentos das Nações Unidas, foi objetivo o suficiente para utilizá-lo para o seu próprio benefício político, conquistando um apoio crescente de seus parceiros comerciais. Ao buscar a concessão de contratos de importação e exportação, o regime encontrou uma forma de posicionar, novamente, o Iraque como um foco importante para o comércio regional e vinculou suas próprias fortunas aos Estados no cenário regional e internacional, contribuindo, em um primeiro momento, para a sobrevivência do regime, mas, mais do que isso, fomentando a reabilitação do Iraque como um ator internacional relevante.

Às vésperas do 11 de setembro, em 2001, portanto, a administração de Bush encontrava-se em uma posição difícil: incapaz de impor maiores restrições ao Iraque, a outra alternativa de Washington - mudança de regime - era ainda menos popular entre os estados da região, tanto por razões de opinião pública regional quanto por laços comerciais. Quanto o regime de Saddam Hussein fosse capaz de transformar o lucrativo potencial comercial e de produção de petróleo do Iraque em relações comerciais ativas, mais forte seria a sua posição. Por mais que os movimentos de Política Externa iraquianos lograram levar ao levantamento total e formal das sanções, e que fizesse pouco para amenizar a crise humanitária no Iraque, certamente tornou os esforços para conter o regime iraquiano, significativamente, mais difíceis. (GAUSE III, 2010)

## 4.4 A INVASÃO NORTE-AMERICANA E A QUEDA DE SADDAM HUSSEIN (2003)

No início dos anos 2000, assegurando o controle através do resgate de um tradicionalismo inventado e mostrando-se capaz de instrumentalizar fluxos econômicos para fins diplomáticos, sobretudo dissuasórios, os movimentos da Política Externa da administração de Saddam Hussein dava sinais que de encontrara uma forma de reinventar o seu regime sem mudanças significativas na sua estrutura e, principalmente, no núcleo restrito no poder.

No período que antecedera a invasão norte-americana de 2003, a administração de Saddam Hussein adotou um jogo político duplo. Em função da revelação de uma série de documentos oficiais, sabe-se, hoje, que o Iraque não detinha armamentos de destruição em massa na época. Contudo, a postura do regime, propositalmente ambígua,

trazia à tona um clima de incerteza internacional. Em algum nível, a opção por manter uma postura ambígua, talvez o último movimento de Política Externa do Iraque baathista, pode ser explicada tanto como servindo ao propósito de dissuasão de ameaças regionais contra o regime, direcionada ao Irã principalmente, como ao controle interno, dado que a segurança do regime era entendida como a capacidade de manter a ordem domesticamente e, através da reafirmação contínua de um mito nacional pautado no poder e na força iraquiana, demonstrar algum tipo de controle sob os movimentos políticos internacionais. Ainda, os cálculos políticos feitos pelo regime indicavam que, seguindo uma percepção otimista, que levava em consideração o clima internacional geral cada vez mais favorável ao Iraque vis-à-vis a expressiva desconfiança em relação a capacidade das Nações Unidas e a eficácia da manutenção das sanções econômicas ao Iraque, não haveria no horizonte iraquiano uma nova intervenção militar em seu território. Ademais, dado o bom relacionamento com franceses, russos e chineses, a administração iraquiana sustentava a direção da sua política contando com o poder de veto desses atores no Conselho de Segurança, em caso de ameaça de intervenção. Ainda, no pior cenário antecipado por Saddam Hussein, o Iraque sofreria novamente uma ofensiva aérea liderada pelos norte-americanos aos moldes da operação Raposa do Deserto (1998). Assim, havia mais incentivos do que constrangimentos que incentivaram a decisão de manter o comportamento da Política Externa iraquiana naqueles moldes naquela época. (BARAM, 1997; BARAM, 2012)

Contudo, a crescente insegurança securitária no Golfo Pérsico, os levantes islâmicos radicais e o fenômeno da exportação da *jihad* irradiada, principalmente, da Arabia Saudita e os desdobramentos do 11/09 mudaram drasticamente os arranjos e cálculos políticos na região do Oriente Médio e, mais importante, organizaram as prioridades do governo norte-americano sob a administração de George W. Bush. Portanto, a história da decisão norte-americana de ir à guerra contra o Iraque, em março de 2003, pode ser contada de forma direta. Os ataques aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, influenciaram diretamente a visão estratégica do presidente George W. Bush, que aceitou os apelos de algumas figuras de seu governo, pelos quais não havia mostrado nenhum entusiasmo particular, de que uma campanha militar para destituir o presidente iraquiano, Saddam Hussein, era um interesse vital da segurança norte-americana no contexto da contenção do terrorismo através da "Guerra ao Terror". Uma vez que essa decisão foi tomada, os argumentos foram organizados - de uma forma muito pouco rigorosa, dada a indisposição de considerar a complexidade e a

ambigüidade da realidade iraquiana) para mobilizar a opinião pública interna, internacional e do Congresso em apoio à decisão. O elemento internacional dessa campanha falhou em grande parte, enquanto o elemento doméstico foi muito bem-sucedido. Com forte apoio do Congresso e substancial apoio da opinião pública norte-americana, mas com pouca preparação para o que viria depois, o presidente Bush deu início a guerra preemptiva contra o Iraque. (GAUSE III, 2010; VISENTINI, 2014)

Ainda que a investigação sobre o processo de tomada de decisão norte-americano, bem como seus motivos e justificativas, estejam aquém do escopo desta pesquisa, parte significativa da literatura aponta para perspectiva analítica de que o 11 de setembro pode ter contribuído como um pretexto, e não como uma causa, para a guerra. O fracasso do pós-guerra em descobrir quaisquer armas de destruição em massa no Iraque, a principal justificativa pública para a guerra na época, sem dúvida, contribui para a sensação de que existem fatores não-explícitos na opção pelo conflito.

De qualquer forma, as conseqüências das suposições incorretas mais prejudiciais que o governo Bush enfrentou na Guerra do Iraque não foram nem sobre a posse de armamentos de destruição em massa, por parte do governo iraquiano, nem sobre as conexões do regime iraquiano com a *Al-Qaeda*, ambas as suposições, até hoje, não comprovadas, mas sobre como o Iraque seria após a queda de Saddam Hussein e qual seria o papel norte-americano no Iraque pós-Saddam. As suposições incorretas sobre armas e laços terroristas levaram os Estados Unidos a uma guerra que, inicialmente, se revelou relativamente fácil de vencer. As forças armadas iraquianas, desequipadas e com enorme desfalque após a dispensa de grande parte do seu contingente, no início dos anos 1990, por falta de recursos econômicos para manter a estrutura das Forças Armadas ou para incentivar o movimento de conscrição universal da população - em um cenário no qual 70% da população iraquiana encontrava-se abaixo da linha de extrema pobreza -, não ofereceram nenhuma resistência real à invasão, enquanto o núcleo do poder, incluindo Saddam Hussein, bateu em retirada. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

As suposições equivocadas da administração Bush sobre a situação do pós-guerra, portanto, levaram a uma seqüência de erros de cálculo que envolveu os Estados Unidos em uma ocupação longa, custosa e debilitante. Organizado em identidades sub-regionais, sectárias e tribais, atreladas ao núcleo central do regime, a verdade é que poucas coisas permaneciam iguais no Iraque dos anos 2000 quando comparado àquele que iniciara duas guerras nas décadas anteriores. Tomado por identidades Ao

desconsiderar a importância e a influência do fator nacional sob o comportamento da política externa iraquiana, os Estados Unidos cometeram um erro de cálculo que os levou a 8 anos de conflito no Iraque. (COCKBURN, 2015; TRIPP, 2007)

Assim, ainda que em termos gerais, o cálculo político e as motivações para a guerra norte-americana no Iraque fossem bastante diferentes das motivações de Saddam Hussein durante as guerras do Golfo discutidas nos capítulos anteriores, ambos os conjuntos de motivações cruzam-se em um ponto interessante da narrativa: a indissolução das políticas nacional e externa, e a centralidade da organização política nacional para explicar as decisões de política externa dentro e fora do Oriente Médio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi investigar os movimentos da Política Externa do Iraque durante a administração de Saddam Hussein partindo do pressuposto de que existe uma relação intrínseca entre a formulação da Agenda externa, o processo de tomada de decisão política e as dinâmicas do ambiente nacional. Por isso, a pesquisa esteve comprometida com uma análise dinâmica dos três níveis propostos, indicando o processo contínuo da construção do Estado iraquiano através da constante reorganização da distribuição do poder.

Neste sentido, as três imagens fundamentais utilizadas por Waltz em "*Man, the State and War* (2001)" prestam assistência analítica para o objetivo geral proposto. Contudo, não basta só percebermos a progressão das imagens, começando com o homem, passando para o Estado, e terminando com o sistema internacional de Estados. A essência da abordagem de Waltz não reside em amalgamar três imagens ou tendências de pensamento, mas na maneira particular como equilibra as relações entre as imagens em oposição às imagens em si mesmas.

É sobre a análise de Rousseau a respeito do Sistema Internacional que Waltz constrói o padrão da terceira imagem, particularmente importante para as análises de Política Externa dos Estados. Enquanto que para Rousseau as principais causas dos conflitos convencionais, a guerra, encontram-se no próprio sistema de Estados, Waltz leva o argumento adiante e enfatiza a relação do Sistema Internacional com as outras duas imagens. Para Waltz, a terceira imagem é, na verdade, o fator integrador que incorpora as outras duas imagens na complexa estrutura de causas que podem levar à guerra.

Desta forma, em consonância com a estrutura de análise desenvolvida por Waltz, a pesquisa comprometeu-se em demonstrar que as ações dos Estados são influenciadas por seu ambiente internacional e, da mesma forma, o ambiente internacional desenvolve-se a partir da natureza dos Estados que o compõem. O homem, a figura do estadista que compõe o núcleo no poder, se desenvolve em relação ao seu Estado e ao ambiente internacional que o limita e, por um lado, estimula a sua expansão. Então, os Estados são influenciados pela natureza dos homens que governam e vivem dentro de seus limites nacionais. (WALTZ, 2001)

O objetivo de argumentar que a Política Externa do Iraque pode ser melhor compreendida examinando o próprio Estado do Iraque foi chamar a atenção para sua natureza múltipla, inconclusiva e historicamente contestada. Esses aspectos do Estado o problematizam como ator internacional e ajudam a revelar o processo contínuo de interação entre o projeto nacional sendo realizado dentro das fronteiras iraquianas e o seu comportamento no Sistema Internacional no qual a premissa de McDonald (1996), "*everybody's strategy depends on everybody else's*", ou "a estratégia de todo mundo depende da estratégia de todos os outros", continua amplamente válida ainda que, individualmente, aponte para a necessidade de ser melhor qualificada.

A questão de por que os líderes estatais decidem ir à guerra permanece central para o estudo da política internacional. Analistas de diferentes perspectivas teóricas tentaram explicar os motivos que justificariam as três guerras protagonizadas pelo Iraque durante o governo de Saddam Hussein em um espaço temporal de apenas 24 anos, geralmente fornecendo explicações ou excessivamente generalistas ou excessivamente compartimentalizadas. Portanto, a explicação apresentada nesta pesquisa tomou emprestados elementos de todos os três níveis de análise descritos acima durante o esforço explicativo.

Tendo isso em vista, reafirma-se que o processo político só pode ser adequadamente entendido através da análise de múltiplos fatores e não de cálculos simples de custo-benefício, ou seja, (1) os interesses e desafios sobre os quais os tomadores de decisão respondem quando formulam suas políticas; e (2) a interação entre o conjunto das estruturas globais e os Estados nos quais operam, oferecendo tanto incentivos quanto constrangimentos à ação individual em um contexto coletivamente construído. (HINNEBUSCH, 2003)

Assim, o Estado iraquiano, não menos do que qualquer outro Estado, incorpora uma estrutura hierárquica que expressa-se na distribuição de poder e na diferenciação

social, utilizando-se do monopólio da força para manter a ordem sugerida pelos valores e interesses materiais, por meio de privilégios e garantias de propriedade, daqueles que governam essa estrutura. Ao longo do período analisado, uma das principais preocupações da administração de Saddam Hussein (1979-2003) foi manter o controle sobre os limites iraquianos, tanto territorial quanto socialmente. Embora caracterizado por um governo composto por árabes sunitas associados às hierarquias do extinto Império Otomano, esse é um rótulo muito rudimentar para capturar as rivalidades, conflitos e lutas do Estado iraquiano até 2003. (DODGE, 2003; TRIPP, 1993)

Ainda, a política do Iraque Baathista era definida tanto por antagonismos dentro das frações de classe que compunham o núcleo no poder quanto por tentativas de garantir a exclusão de outros grupos ao governo com base em seu *status*, posição econômica e, não raramente, sua etnicidade. Dado o processo histórico de formação do Estado moderno iraquiano, o padrão do comportamento político nunca permitiu uma representação popular sistemática ou uma responsabilidade genuína dos governantes para com os governados, apesar da retórica coletivista pautada no nacionalismo árabe e a defesa do revisionismo político para fora de suas fronteiras. (TRIPP, 2002; TRIPP, 2007)

Em alguma medida, tanto Woodrow Wilson, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), quanto George W. Bush, no rescaldo da Guerra Fria, enfrentaram um dilema semelhante: como proteger os interesses estadunidenses impondo uma ordem a um Sistema Internacional de Estados que percebiam como perigosamente instável. Em ambos os casos, a opção política tomada foi a de restabelecer a estabilidade dessa ordem reformulando, em alguma medida, a noção *westfaliana* de soberania estatal e, em seguida, reaplicando-a aos Estados do mundo em desenvolvimento, garantindo a segurança dos interesses norte-americanos. Em 1920 e, novamente, em 2003, essa busca pelo estabelecimento de uma ordem internacional favorável aos interesses estadunidenses produziu um impacto profundo nas políticas interna e externa do Iraque.

Em 1920, forçou os britânicos a construir, aos seus moldes, um Estado autodeterminado; e, em 2003, levou os Estados Unidos a empreender uma mudança de regime sobre a qual George W. Bush comprometeu-se, publicamente, com a construção de um governo liberal, que, até hoje, permanece em aberto. Em certo grau, portanto, ao passou em que a política externa de Wilson propôs a extensão do *status* da soberania estatal ao redor do mundo, a política externa de Bush Filho, por sua vez, pareceu

revogar a premissa, retornando a concepção de que a soberania estatal é um princípio que precisa ser fundamentalmente conquistado e não concedido. (DODGE, 2003)

Assim, a inabilidade histórica de compreender a organização social e as estruturas de poder nacionais iraquianas justifica o fracasso das tentativas de estabelecimento de uma organização estatal aos moldes democráticos-liberais. O sentimento de incoerência e divisão política no cerne das tentativas norte-americanas de reconstruir o Iraque à sua imagem esteve intimamente ligado à incapacidade de estabelecer canais comunicativos concretos com os distintos segmentos da sociedade iraquiana, resultando na impossibilidade da construção de uma estrutura institucional estável após a retirada das tropas norte-americanas em 2011. (DODGE, 2003)

Desde 2003, a queda do governo de Saddam Hussein, ao invés de fornecer abertura para o surgimento de uma comunidade política verdadeiramente nacional, abriu caminho para uma mudança superficial da organização política, dando voz a lideranças cujo objetivo têm sido afirmar as reivindicações de suas próprias comunidades - xiitas, curdas ou sunitas. Longe de significar um pluralismo político, as lideranças xiitas, representantes da maior parte da população iraquiana, assim como aqueles que, representando outras minorias sociais, ocupam cargos a frente dos ministérios, preocupam-se com a reivindicação e garantia de uma parcela crescente de cargos administrativos e recursos para suas próprias comunidades políticas, operando, então, sob as mesmas linhas do regime anterior, mas com um elenco diferente de beneficiários.

Ainda, fragmentada, descentralizada e dividida entre diferentes grupos sub-nacionais, as Forças Armadas iraquianas desempenham um papel importante no Iraque atual, contudo, não mais como uma unidade organizacional, com identidade e etos próprios. Em vez disso, a antiga instituição encontra-se a serviço de uma variedade de visões concorrentes, tornando cada uma das unidades armadas, no Iraque, atores políticos individuais em potencial. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Desta forma, deve-se reconhecer que nenhuma dessas visões concorrentes para a redefinição atual do Estado iraquiano está operando em um vácuo regional. Como no passado, potências externas - regionais ou internacionais - procurarão desempenhar um papel ativo neste processo. Desta forma, a única certeza que resta a respeito do Estado iraquiano, atualmente, é que a narrativa deste novo momento da história do Iraque não poderá ser, essencialmente, uma narrativa iraquiana.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDEL-FADIL, Mahmoud. Macroeconomic tendencies and policy options in the Arab region. in GUAZZONE, Laura (ed.), **The Middle East in Global Change**. London: Macmillan Press, 1997.

AHMAD, Ahmad Yousef. The Dialetics of Domestic Environment and Role Performance: The Foreign Policy of Iraq. in KORANY, Bahgat; DESSOUKI, Ali E. Hillal (eds.) **The Foreign Policies of Arab States**: the challenge of change. Boulder: Westview Press, 1991.

AL-MARASHI, I.; SALAMA, S. Iraq's Armed Forces: An Analytical History. In: RUBIN, Barry (Org.). **Series:** Middle Eastern Military Studies. New York: Routledge, 2008. p. 1-247.

ALNASRAWI, Abbas. **The Economy of Iraq:** oil, wars, destruction of development and prospects, 1950-2010. Praeger, 1994.

AMIN, Samir. **The Arab Nation**: Nationalism and Class Struggles. London: Zed Press, 1978.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament, State Making, Regional Conflict and the International System**. Boulder: Lynne Rienner Press, 1995.

AYUBI, Nazih. Arab Bureaucracies: expanding size, changing roles. in DAWISHA, A. and ZARTMAND, I. W. (eds.). **Beyond Coercion**: The Durability of the Arab State. London: Croom Helm, 1988.

_____. **Political Islam**: Religion and Politics in the Arab World. London and New York: Routledge, 1991.

AZIZ, Tariq. Oral History. Public Broadcast Service, 1991. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/aziz/1.html> Último acesso em: 21 fev. 2021.

BARAM, Amazia. The Ruling Political Elite in Bathi Iraq, 1968-1986: The Changing Features of a Collective Profile. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 21, no. 4, pp. 447–493, 1989 .Disponível em: <www.jstor.org/stable/164101>. Último acesso em 5 Jan. 2021.

_____. Deterrence Lessons From Iraq: Rationality Is Not the Only Key to Containment. *Foreign Affairs*, vol. 91, no. 4, pp. 76–90, 2012. *Disponível em:* <www.jstor.org/stable/23218041>. Último acesso em 19 Dez. 2020.

_____. Neo-Tribalism in Iraq: Saddam Hussein's Tribal Policies 1991-96. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 29, no. 1, 1997, pp. 1–31. *Disponível em:* <www.jstor.org/stable/163849>. Último acesso em 20 Jan. 2021.

BARNETT, Michael. **Dialogues in Arab Politics**: Negotiations in Regional Order. New York: Columbia University Press, 1998.

BARNETT, Michael N. Sovereignty, Nationalism, and Regional Order in the Arab States System. *International Organization*, vol. 49, no. 3, 1995, pp. 479–510. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2706906>. Último acesso em 16 Jan 2021.

BATATU, Hanna. **The Old Social Classes and the Revolutionary Movements of Iraq**. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

BAYART, Jean-François. **The Illusion of Cultural Identity**. Chicago: Chicago Press University, 2005.

BIJAN, Mossavar-Rahmani. The OPEC Multiplier. *Foreign Policy*, no. 52, 1983, pp. 136–148. *Disponível em:* <www.jstor.org/stable/1148239>. Último acesso em 9 Jan. 2021.

BROWN, L. Carl. **International Politics and the Middle East**: Old Rules, Dangerous Game. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

BROWN, L. Carl. **The Price of Wealth**. New York: Cornell University Press, 1997.

BRYNEN, R.; KORANY, B.; NOBLE, P. The Analysis of National Security in the Arab Context: Restating the State of the Art. in BRYNEN, Rex; KORANY, Bahgat; NOBLE, Paul. (Org) **The Many Faces of National Security in the Arab World**. New York: Palgrave Macmillan, 1993.

_____. **Political Liberalization and Democratization in the Arab World**. Volume 1: Theoretical Perspectives. Edts. BRYNEN, Rex; KORANY, Bahgat; Noble, Paul. Lynne Rienner Publishers: New York, 1995.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear**. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

CAMMETT, M; DIWAN, I.; RICHARDS, A.; WATERBURY, J. **A Political Economy of the Middle East.** New York: Routledge, 2018.

CATRINA, Christian. The Second Gulf War and Transfers of Conventional Arms. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

CHUBIN, Shahram; TRIPP, Charles. **Iran And Iraq At War.** New York: Routledge, 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COCKBURN, Patrick. **The Rise of Islamic State**: ISIS and the New Sunni Revolution. London: Verso, 2015. p. 61-77.

DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. Epilogue: Reflections on the Kuwait Crisis as Part of an International Triple Crisis. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

DANSPECKGRUBER, Wolfgang F.; TRIPP, Charles. **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

DAVID, Steven. Explaining Third World Alignment. *World Politics*, Vol. 43, No. 2, Jan, 1991. p. 233-256.

DAWISHA, Adeed. Arab regimes: legitimacy and foreign policy', in LUCIANI, Giacomo (ed.) **The Arab State**. London: Routledge, 1990.

DELVIN, John F. **The Baath Party**: a history from its origins to 1966. California: Hoover Institution Publications, 1976.

_____. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. **The American Historical Review**. vol. 96, n. 5, pp. 1396–1407, 1991. Disponível em <www.jstor.org/stable/2165277>. Acesso em: 22 dez. 2020.

DESSOUKI, Ali ad-Din Hillal. The new Arab political order: implications for the eighties, in KERR, Malcolm and YASSIN, El Sayed (eds.), **Rich and Poor States in the Middle East**. Boulder: Westview Press, 1982.

DODGE, Toby. **Inventing Iraq**: The failure of Nation Building and History Denied. New York: Columbia University Press, 2003.

FAORO, Raymundo. **Machado De Assis:** A Pirâmide E O Trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3a ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FOSSAERT, Robert. *O Mundo no Século XXI*. Uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

FREEDMAN, Lawrence & KARSH, Efraim. How Kuwait was Won: Strategy in the Gulf War. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

GAUSE III, F. Gregory. **The International Relations of the Persian Gulf**. New York: Cambridge University Press, 2010.

GILPIN, Robert. **U.S Power and the Multinational Corporation**: The Political Economy of Direct Foreign Investment. New York: Basic Books, 1975.

GRAHAM-BROWN, Sarah. Multiplier Effect: War, Occupation and Humanitarian Needs in Iraq. *Middle East Report*, no. 228, 2003, pp. 12–23. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1559375>. Último acesso em 12 Jan. 2021.

_____. **Sanctioning Saddam**: The Politics of Intervention in Iraq, London: I. B. Taurus, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978ª.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Problemas de legitimação no Estado moderno *in* HABERMAS, J. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, pp. 219-247, 1983.

HADDAD, Fanar. **Sectarianism in Iraq**: Antagonistic Visions of Unity. London: Hurst Publishers, 2014.

HALLIDAY, Fred. **Islam and the my of confrontation**: religion and politics in the Middle East. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

_____**. Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **The Middle East in International Relations**: power, politics and ideology. Cambrigde: Cambrigde University Press, 2005.

HEIKAL, Muhammed Hassanein. **The Sphinx and the Commissar**: The Rise and Fall of Soviet influence in the Middle East. London: Collins, 1978a.

HINNEBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

HINNEBUSCH, Raymond. The Middle East Regional System. in HINNEBUSCH, Raymond and EHTESHAMI, Anoushiravan. **The foreign policies of Middle East states**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

HIRSCH, Joachim. Observações Teóricas sobre o Estado Burguês e sua crise. In: Poulantzas, N. (Dir) **O Estado em Crise.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

HOLSTI, Kal. National role conception in the study of foreign policy. *International Studies Quarterly*, vol. 14, n. 3, pp 233–309, 1970. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3013584>. Último acesso em 22 Dez 2020.

HUSSEIN, Saddam. **Social and Foreign Affairs in Iraq**. New York: Routledge, 1979.

ISMAEL, T. & ISMAEL, J. ARAB POLITICS AND THE GULF WAR: POLITICAL OPINION AND POLITICAL CULTURE. *Arab Studies Quarterly*, vol. 15, no. 1, 1993, pp. 1–11. Disponível em: <www.jstor.org/stable/41858038>. Último acesso em 6 Fev. 2021.

KAMRAVA, Mehran. Military Professionalization and Civil-Military Relations in the Middle East. **Political Science Quarterly**, Vol. 115, pp. 67-92, primavera de 2000.

KARSH, Efraim. Military power and foreign policy goals: the Iran-Iraq war revisited. **International Affairs**. vol. 64, p. 83–95, inverno de 1987.

KORANY, Bahgat; DESSOUKI, Ali E. Hillal. **The foreign policies of Arab states**: the challenge of change. Boulder: Westview Press, 1991.

KOSTINER, Joseph. **Conflict and Cooperation in the Gulf Region**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009.

KRÄMER, Gudrun. Order and Interest: The Kuwait War and the Arab State System. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

LIEBER, Robert J. Oil and Power After the 1991 Gulf War. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

LUCIANI, Giacomo. Resources, Revenues, and Authoritarianism in the Arab World: beyond the Rentier State? in BRYNEN, Rex; KORANY, Bahgat; NOBLE, Paul p. (eds.) **Political Liberalization and Democratization in the Arab World**. Lynne Rienner Publishers: New York, 1995.

MANSFIRLD, Edward D. & SNYDER, Jack. Democratization and the Danger of War. *International Security*, vol. 20, no. 1, 1995, pp. 5–38. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2539213>. Último acesso em: 26 Fev. 2021.

MARIDI, Nahas. State-Systems and Revolutionary Challenge: Nasser, Khomeini, and the Middle East. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 17, no. 4, p. 507–527, 1985. Disponível em <www.jstor.org/stable/163416>. Acesso em 14 Jan. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

MCDONALD, John. **Strategys in Poker, Business and War**. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail. The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, vol. 43, n. 4 (Spring, 2019).

MEINECKE, Friedman. **Machiavelism**: The Doctrine of Raison d'Etat and its Place in Modern History. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.

MUFTI, Malik. **Sovereign Creations**: Pan-Arabism And Political Order In Syria And Iraq. New York: Cornell University Press, 1996.

MYLROIE, Laurie. Saddam Hussein's invasion of Kuwait: a premeditated act. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

NIBLOCK, Tim. **"Pariah States" and Sanctions in the Middle East**: Iraq, Libya, Sudan. Boulder, Co: Lynne Rienner Publishers, 2001.

OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSON, Niels. **Globalization, a short history.** Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

OWEN, Roger. **State, Power and Politics in the Making of the Modern Middle East**. London: Routledge, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales.** Paris: Maspero, 1968

RAAD, Alkadiri. The Iraqi Klondike: Oil and Regional Trade. *Middle East Report*, n. 220, 2001, pp. 30–35. *Disponível em:* < www.jstor.org/stable/1559408>. Último acesso em 13 Dez. 2020.

ROBERSON, B. The Impact of the International System on the Middle East. in HINNEBUSCH, Raymond and EHTESHAMI, Anoushiravan. **The foreign policies of Middle East states**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

SCHLUMBERGER, Oliver. **Debating Arab Authoritarianism**: Dynamics and Durability in Nondemocratic Regimes. California: Stanford University Press, 2007.

SKOCPOL, Theda. **States and social revolutions**. Nova York: Cambridge University Press, 1979.

TELHAMI, Shibley (1990), **Power and Leadership in International Bargaining**: the Path to the Camp David Accords. New York, Columbia University Press, 1990.

TIBI, Bassam. **Conflict and War in the Middle East, 1967-1991**: From Interstate war to New Security. London: Macmillan, 1998.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992**. São Paulo: EDUSP, 1992.

TILLY, Charles. "War making and state making as organized crime" in EVAN, Peter B. RUESCHEMEYER, Dietrich and SCKOCPOL, Theda (eds). **Bringing the State Back In.** UK: Cambridge University Press, 1985.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.

_____. States, Elites and the "Management of Change"', in HAKIMIAN, Hassan & MOSHAVER, Ziba (eds.), **The State and Global Change**: the Political Economy of Transition in the Middle East and North Africa. London: Curzon Press, 2000.

_____. Symbol and Strategy: Iraq and the War for Kuwait. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

_____. The Foreign Policy of Iraq. in HINNEBUSCH, Raymond and EHTESHAMI, Anoushiravan (eds.). **The foreign policies of Middle East states**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

_____. The Iran-Iraq War and the Iraqi State. In Hopwood, Ishow, and Koszinowski (Org.). **Iraq: Power and Society**. Oxford, UK: Ithaca Press, 1993.

UNSC, UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Document S/RES/660**. Resolution 660 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/10/PDF/NR057510.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/661**. Resolution 661 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/11/PDF/NR057511.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/662**. Resolution 662 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/12/PDF/NR057512.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____ **Document S/RES/665**. Resolution 665 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/15/PDF/NR057515.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/666**. Resolution 666 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/16/PDF/NR057516.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/667**. Resolution 667 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/27/PDF/NR057527.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/670**. Resolution 670 (1990). New York, 1990. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/20/PDF/NR057520.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/686**. Resolution 686 (1991). New York, 1991. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/22/PDF/NR059622.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/687**. Resolution 687 (1991). New York, 1991. Disponível em <hhttps://documents-dds-

ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/23/PDF/NR059623.pdf?OpenElement)> Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. **Document S/RES/688**. Resolution 688 (1991). New York, 1991. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/24/PDF/NR059624.pdf?OpenElement> Acesso em: 11 dez. 2020.

VISENTINI, Paulo G, Fagundes. **O Grande Oriente Médio**: da Descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **O Universalismo Europeu**: A Retórica do Poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALTZ, Kenneth. **Man, the State, and War.** New York: Columbia University Press, 2001.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOHLFORTH, William C. From Kuwait to the Abyss: The Soviet Union's Last Foreign Policy. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

YESSON, Erik. Politics and Military Technology: Explaining the 1991 Gulf War. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.

ZVIAGELSKAIA, Irina. Moscow: The 1991 Gulf Crisis and Its Aftermath. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. & TRIPP, Charles (eds.) **The Iraqi Aggression Against Kuwait**: Strategic Lessons And Implications For Europe. New York: Routledge, 2019.